

MARIA AUXILIADORA MÁXIMO

**VIOLÊNCIA INFANTIL: UM OLHAR FOUCAULTIANO
NA COMUNIDADE VILA PRINCESA EM PORTO
VELHO/RO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE/MS
2009**

MARIA AUXILIADORA MÁXIMO

**VIOLÊNCIA INFANTIL: UM OLHAR FOUCAULTIANO
NA COMUNIDADE VILA PRINCESA EM PORTO
VELHO/RO**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório (UFMS). Co-orientação do Professor Dr. Walter Omar Kohan (UERJ).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE/MS
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Máximo, Maria Auxiliadora

Violência Infantil: um olhar Foucaultiano na Comunidade Vila Princesa em Porto Velho-RO/Maria Auxiliadora Máximo. – Porto Velho: UFMS, 2009.
134 p.

Orientador: Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório e co-orientador Dr. Walter Omar Kohan.

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1. Violência. 2. Infância. 3. Poder. 4. Disciplina. 5. Punição. 6. Sociologia Educacional. I – Título.

CDD: 306.43

CDU: 37.015.4

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório (UFMS).

Prof. Dr. Walter Omar Kohan (UERJ).

Prof. Dr^a. Constantina Xavier Filha (UFMS).

Prof. Dr^a. Jacira Helena do Valle Pereira (UFMS).

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Domingos Araújo dos Reis, pelo apoio e compreensão. Ainda que distante, esteve sempre ao meu lado!

Às filhas Natalí Máximo dos Reis e Gabriela Máximo dos Reis, por me transbordarem de orgulho por suas maturidades precoces, pelos esforços diários e pelas sucessivas vitórias em alto nível.

À filha do coração Jéssyca Martins de Sena, pela presença marcante e pela torcida.

À Maria das Dores “Dora”, que governou a minha casa com maestria e eficiência enquanto estive ausente. Obrigada pela fidelidade, amizade e sabedoria de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, pelo acolhimento, pelo desafio proposto, por acreditar no êxito deste estudo, pelas sábias orientações, instigação, profissionalismo e o apoio intelectual para os novos paradigmas adquiridos.

Ao Prof. Dr. Walter Omar Kohan (UERJ), pela presença neste estudo. Suas orientações promoveram o salto de qualidade para a pesquisa. Seus questionamentos iluminaram as minhas idéias, instigando-me a passar pelos obstáculos com visão clara buscando ampliar a procura e hoje questiono muito mais.

Ao Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), meu refúgio, pelas orientações paralelas, pelo apoio e pela torcida. À Aracy, pela cumplicidade, pelo gesto de carinho e confiança, pela família emprestada e a comida deliciosa, pela parceria nos estudos e pela amizade. À Myrna, pela presença marcante, carinho e amizade. À Livia, pela amizade, confiança e força. À Rose pelos questionamentos reflexivos. Ao Sílvia Lobo, pela força.

À Ir. Maria Aparecida Matias de Oliveira e à Ir. Lurdes Pilatti, diretoras da Escola Santa Marcelina (Embratel), em Porto Velho/RO, pelo apoio, companheirismo e amizade, por elevar meu trabalho e pela educação combativa à violência infantil na educação.

À Capes, pelo financiamento do estudo.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pelas orientações de base científica e por alavancar o meu avanço na pesquisa.

Aos amigos força/total: Cilene de Souza Matias (Curitiba/PR); Sandra Maria da Costa Matos e José da Costa Castro (Porto Velho/RO). Elas, professoras pesquisadoras comprometidas com a educação. Ele, o amigo inseparável sempre pronto a contribuir para o êxito do estudo, torcendo pelo seu sucesso.

À Profa. Dra. Constantina Xavier Filha (UFMS), pela postura límpida e o auxílio à distância e à Profa. Jacira Helena do Valle Pereira (UFMS), pelas sábias contribuições que reforçaram a composição do trabalho e pelo carinho demonstrado.

Ao Prof. Esp. Alessandro Amorim (Linguística Aplicada ao Português/Letras Inglês), pela leitura atenta, revisão ortográfica e abstract.

À Jaqueline, pela competência frente à secretaria do PPGEdU/UFMS e pelo auxílio quando precisei.

Aos amigos e colegas de jornada, pela participação direta ou indireta neste estudo:

Equipe pedagógica da Escola Municipal, de Ensino Fundamental João Afro Vieira, localizada na Vila Princesa em Porto Velho/RO e Associação dos Moradores da Vila Princesa;

Delegadas e servidores da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente de Porto Velho/RO (DEPCA);

Conselheiros(as) e demais servidores do II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA);

Equipe responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico de Porto Velho/RO (SEMDES);

Equipe de trabalho social da UNIMED/RO, pela disponibilização do Censo e relatórios dos trabalhos na Vila Princesa.

[...] É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para se continuar a olhar ou a refletir. (MICHEL FOUCAULT, 2007d, p. 13).

RESUMO

Relatório elaborado para finalização do Curso de Mestrado em Educação 2007/2008, UFMS, vinculado a Linha de Pesquisa: Educação e Trabalho e ao Grupo de Estudos e Investigação nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), buscou: a) identificar os fatores que influenciam o fenômeno da violência infantil na comunidade Vila Princesa, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia; b) explicitar seus fundamentos e as relações entre os indivíduos envolvidos e; c) abordar a gênese dos atos de violência entre as crianças e sua expansão no meio social. O alicerce teórico do estudo foram os pressupostos arqueogenealógicos de Michel Foucault e seu desenvolvimento empírico ocorreu entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008 com consulta em arquivos, documentos, registros policiais e notificações dos atos de violência ocorridos entre os anos de 2003 a 2007. A leitura documental foi relacionada às modalidades da violência intrafamiliar, as relações de gênero e a agressividade abordando a infância em suas distintas dimensões. Buscou-se demonstrar como a punição no decorrer dos últimos séculos foi e continua sendo uma forma de manter a ordem nos diferentes campos do corpo social, numa atitude constante de justificação de poder, o que na Vila Princesa é formalizada pela “liberdade” vivenciada pelas crianças na comunidade. Essa tomada de atitudes de foro infantil promove atos de violência entre as crianças, consumida e silenciada pela comunidade, comprovando que a violência é redistributiva e adequada aos interesses dos grupos vulneráveis, que embora reconheçam e neguem, a exercitam de forma eficiente.

Palavras-chave: Infância; Violência infantil; Poder; Disciplina e; Punição.

ABSTRACT

Final report for the Education Master Course – 2007/2008, UFMS, linked to the research line: Education and Work, and also to the Group of Studies and Investigation on Foucault's References (GEIARF), which aimed: a) To identify some factors which influence the phenomena of childish violence over Vila Princesa Community, in Porto Velho City, Rondônia State; b) To explain their basis and the relationship among the involved individuals and; c) To approach the genesis from violence acts among the children and their expansion around the social living. The theoretical basis of the study were Foucault's archeogenealogical thoughts and their empirical development occurred between December 2007 and February 2008 with consultation on files, documents, police records and violence acts notifications taken place from 2003 to 2007. The documental reading was related to some kinds of intrafamiliar violence, the relationship of gender and the aggressiveness, approaching childhood in its various and different dimensions. The study tried to demonstrate how the punishment, along the last centuries has been and keep on being a way to maintain the order on different fields of the social living, in a constant attitude of power justification, which, at Vila Princesa, is formalized by the "freedom" lived for the community children. These prerogative childish attitudes promote violence acts among the children, consumed and silenced by the community, proving that the violence is redistributed and fitted to the vulnerable groups interests that, though they recognize and deny it, they practice in an efficient manner.

Key Words: Childhood; Childish Violence; Power; Discipline ; Punishment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - NAS TEIAS DESTE ESTUDO.....	19
1 Retrospectiva acadêmica: origem do tema	19
2 No reino da resistência	23
2.1 A escola: ponto de encontro comunitário	27
3 Marco teórico do estudo.....	29
3.1 Soberania e disciplina: características gerais do poder	30
4 Docilização, punição e controle: normalização	32
4.1 A manipulação dos corpos	35
4.2 O corpo: unidade de disciplina, resistência e sujeitamento	38
4.3 O disciplinamento do corpo e do comportamento: anseio social de ordem.....	40
5 Fio condutor: o discurso.....	42
 CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA INFANTIL	47
1 Focalizando a violência infantil.....	47
2 Violência e infância: o avesso do avesso das relações de poder.....	50
3 A (in) utilidade infantil	53
4 escola <i>versus</i> violência	58
4.1 Violência infantil: reprodução das vivências silenciadas?.....	63
4.2 Das modalidades de violência maculadora da infância.....	66
4.3 As estatísticas assustam. E a lei?.....	69
5 O acontecimento e suas repercussões na sociedade	80
6 Entre os ditos e os escritos: horizonte averiguado, comunidade, órgãos e instituições	82
6.1 Seleção de arquivos	83
 CAPÍTULO III - A INFÂNCIA.....	91
1 Condição de vida	92
2 Infância: generalidade e realidade discursiva	94
3 O estar na infância: desenhos e cores de compreensões	101
4 Pátrio poder: uma cultura marcante	104
4.1 A família, a criança e a disciplina moral e corporal de outrora	106
5 A infância nas malhas da política	112
6 Características que marcam o estar na infância	114
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

Este estudo discorre sobre a violência infantil entre os indivíduos na faixa etária de 0 a 12 anos, residentes na comunidade Vila Princesa, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Busca compreender a gênese da violência infantil nas crianças desta comunidade, explicitando um conjunto de elementos e facções que se fazem presentes nas práticas sociais nesta localidade.

Empiricamente se lida com um arsenal de informações quantitativas e qualitativas, além de subsídios documentais arquivados em órgãos do poder público e instituições envolvidas cotidianamente com os acontecimentos nesta comunidade. São registros que desenharam uma realidade obscura com diferentes interesses individuais e coletivos, que demonstram diferentes preocupações e compromissos com a violência, com as condições de vida, com a existência de um grupo de indivíduos.

É um campo tumultuado de investigação não só pela temática em si, mas pela subjetividade das relações que se explicitam por diferentes estratégias e rituais.

Este estudo nasceu da instigação causada anteriormente durante um plano de trabalho de iniciação científica no curso de graduação em que participei junto a esta comunidade, durante dois anos (2003/2004), trabalho este que buscou investigar as possibilidades aplicativas de uma abordagem diferenciada no processo de alfabetização das crianças.

As frequentes demonstrações de “ira” individual e por vezes coletiva entre as crianças, no desenvolvimento das práticas pedagógicas nesta fase inicial de escolarização, exigiam rupturas de tudo o que se escreve sobre o processo de alfabetização, marcado por sua descontinuidade diária.

Isto representava, de maneira geral, um problema para as três professoras responsáveis pelas aulas e para os próprios alunos: o retorno do aprendizado não alcançava o êxito esperado. Em síntese, comprometia o planejamento e as demais relações pedagógicas, alterando não só seus objetivos, mas também, reduzindo o espaço da sala de aula numa dispersão de difícil reagrupamento e de interesse em ser alfabetizado.

Por vezes, buscava-se a solução para os acontecimentos junto à direção da escola, quando não era possível acalmar os “ânimos” dos alunos mais exaltados e dos professores, se estabeleciam conflitos e contradições de toda sorte, criando assim um campo de desordem, cujo interesse poderia ser qualquer coisa, menos aprender. Num período temporal restrito, seja em cada aula ou no ano letivo dedicado aos conteúdos, percebeu-se a necessidade de inserir novas abordagens e atividades que explicitassem outras práticas sociais, para que o trabalho obtivesse sucesso mínimo necessário.

Isso me remeteu a questionar elementos contidos na prática pedagógica, que são definidores da aprendizagem, mas não se reduzem a elementos didáticos. Muito pelo contrário, são definidores para a condição do aprender. São marcas de uma condição individual de cada existência. Neste caso, a violência social.

Essa leitura, dentre outras, *a priori*, lançou-me um desafio: aprofundar essas questões fora dos limites do pedagógico, extrapolando os limites das relações do sucesso ou insucesso da alfabetização, numa busca pela compreensão das principais causas da violência infantil como elemento interventor e decisivo na escolarização das crianças.

A partir de uma concepção diferenciada do “ato pedagógico”, começaram a ser gestadas angústias, dúvidas, receios e responsabilidades em desmistificar a violência infantil, não só delimitada como um mero disciplinamento, mas como uma consequência da existência individual de cada criança criando e recriando diferentes práticas sociais e culturais.

Neste sentido, ao fazer o levantamento dos trabalhos existentes em nível de Brasil com esta temática, me deparei com uma vasta abordagem e pesquisas na área da violência contra a criança e o adolescente. Entretanto, nesta busca, a aproximação ao tema em voga (estudos com foco na gênese dos atos violentos nas crianças de 0 a 12 anos) se deu nos estudos sobre agressividade na escola e nas relações de gênero.

Constatei nesta pesquisa que a violência contra a criança e o adolescente tramita com maior frequência como tema abordado principalmente pelo setor da saúde e envolvem estudos biológicos (médicos, psicológicos, psiquiátricos e de enfermagem), áreas em que o destaque fica na investigação e descrição dos fatos

consumados visando promover debates e discussões que fomentem a inserção de políticas de prevenção voltadas para o pedagógico.

O foco desses estudos são majoritariamente as crianças “vitimizadas”, com menor investida para as crianças como algozes, que se envolvem neste acontecimento como provedores da violência contra seus pares e demais indivíduos como professores, pais e/ou outros e, em contrapartida contra si mesmo, visto que a postura antissocial o torna uma criança indesejada e mal vista em seu meio.

No Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionei 03 (três) estudos¹ que, dentro do período 2003/2007, trataram da temática da violência infantil. Dentre os estudos pinçados para leitura analítica, pela ausência de outros (dentro da abordagem buscada nas pesquisas brasileiras), elegi, como base para a compreensão e desenvolvimento do estudo, a criança que pratica a violência como uma contribuição compreensiva deste acontecimento tão comum nas escolas.

Nesse levantamento, selecionei ainda uma pesquisa que apresenta formulações delineadas para a violência intrafamiliar destacadas por modalidades, as quais se tornaram um marco para o desenvolvimento deste estudo. Ainda que seu foco esteja no campo da violência contra a criança e o adolescente e não na violência a partir da criança, a conceituação apresentada pelos estudos do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP) aflorará aqui como contraponto de atitudes agressivas e determinantes no sujeitamento pela coerção, em qualquer que seja a diferença destas relações na ordem social.

Assim, a violência contra a criança e o adolescente engloba atitudes adultas que ferem o princípio básico de proteção, atenção e cuidados que a criança conquistou, principalmente nas últimas décadas, com a promulgação de leis pensadas para este fim. Não é do meu interesse qualquer manifestação contrária ou favorável a nenhuma forma de abordagem violenta, quer seja do adulto sobre a criança ou da criança sobre seus pares e/ou outros.

¹ 1) CRUZ.Tania Mara. **Meninas e meninos no recreio**: gênero, sociabilidade e conflito. 1v. 194p. Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO, 2004; 2) SEGAT. Taciana Camera. **Infâncias em uma Vila Popular Urbana**: pequenos sonhos na rudeza do cotidiano. 1v. 204p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – EDUCAÇÃO, 2007; 3) HAUSHAHN, Roberta Cavaleiro. **Concepções de agressividade no âmbito da educação infantil**. 2v. 134p. Mestrado. UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS, 2007.

Mas o que pensar sobre a criança que pratica atos de insubordinação e falta de disciplina, ações dentre outras que se apresentam como uma das responsáveis pelas angústias contribuintes do desconforto escolar e social? As atitudes antissociais das crianças têm sua gênese na escola? O que se considera como atitudes antissociais infantis? Pode-se pensar que a agressividade infantil que ocorre no ambiente escolar está relacionada às resistências ao poder exercido pela escola? Quais seriam os motivos plausíveis para a agressão entre as crianças neste suposto ambiente de socialização?

Esses questionamentos e as formulações das modalidades da violência intrafamiliar, dos conflitos presentes nas relações de gênero no espaço escolar e na agressividade infantil compõem os elementos compreensivos deste fenômeno, sobre o qual este estudo se pauta.

Visando o entendimento de como se dá o fenômeno da violência infantil a partir das relações de poder que estas ações representam, encontrei em Michel Foucault o suporte teórico/metodológico que contemplou a formulação e elaboração dessa temática. Com estes subsídios, busquei desenvolver uma arqueogenealogia dos acontecimentos violentos que envolvem as crianças da comunidade Vila Princesa, em Porto Velho, Rondônia.

Teoricamente, embasei-me em conceitos que se explicitam na postura de vida comunitária e no entendimento da realidade social que envolve este grupo. Metodologicamente, busquei operacionalizar os acontecimentos por meio do empreendimento da coleta de dados no local, relacionando-os às informações obtidas nos documentos oficiais que analisei, bem como nos aportes teóricos² eleitos para esta tarefa. Como fase inicial foi a principal fonte de inspiração e de delimitação do objeto de estudo.

Ocorrências e atendimentos referentes aos últimos cinco anos foram folheados, nos arquivos dos seguintes órgãos e instituições: a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA); o II Conselho Tutelar de Porto Velho (CTCA); a Secretaria Municipal de Desenvolvimento socioeconômico (SEMDES) de Porto Velho/RO; a instituição Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, na Vila Princesa; a Associação de Moradores

² Conceitos e teorizações foucaultianas e dados estatísticos da violência contra a criança e o adolescente no Brasil, relações de gênero, agressividade e violência.

da Vila Princesa e a Associação Médica UNIMED/RO. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008.

Este estudo envolveu também nesta fase uma busca nos registros de ocorrências policiais, de atos de “falta de disciplina” na escola, atendimentos dos conselheiros tutelares, notificações das observações feitas no local, a partir dos documentos escolares e da Associação de Moradores, das informações obtidas nas conversas informais com a equipe pedagógica da escola e análise do Censo local³.

Registra-se que as consultas em arquivos transcorreram dentro de um cuidado especial por se tratar de uma pesquisa com crianças sobre a regularização da proteção a elas atribuída pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), que determina em seu art. 17: “[...] a preservação da imagem, da identidade, da autonomia [...]” complementado pelo art. 18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Além disso, os contatos com os espaços institucionais que tentam garantir a normatização prescrita nesses artigos salvaguardam algumas restrições como o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, que possibilita o acesso às atas, notificações e intimações, desde que preservada a identidade das pessoas envolvidas.

O acesso às informações e outros subsídios necessários para este estudo ocorreram mediante a carta de apresentação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, reiterando cuidados com a preservação da identidade infantil quanto aos registros e observações realizadas junto a comunidade. Contudo, as ocorrências e notificações por compromisso assumido com cada órgão envolvido serão parcialmente disponibilizadas neste relatório.

Embora sofra diferentes estratégias por parte do alunado, marcadas pelas ameaças e inibições de forma a coagir qualquer aparato punitivo de falta de disciplina, a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, um dos *locus* da pesquisa, não apresentou nenhuma restrição quanto ao levantamento de

³ O censo realizado no ano de 2006 pela UNIMED-RO teve por interesse as composições estatística, social e econômica da comunidade Vila Princesa. Buscou frisar seus hábitos de saúde e higiene, a fim de difundir a necessidade do planejamento familiar para uma melhor qualidade de vida e, também, contribuir com a compreensão e desenvolvimento político desta população, visando a instalação de uma cooperativa no local.

dados. As agressões não se dão somente contra a instituição escolar provocadas pelos alunos, mas acentuam-se entre as próprias crianças, onde umas agredem as outras constantemente.

Visando organizar a conduta relacional entre os alunos e os servidores da instituição escolar, a orientadora educacional desta escola, após atuar por um ano tentando implementar o serviço que, além do diagnóstico da violência, explicitasse outro mecanismo de conduta dos alunos de Ensino Fundamental, teve que se retirar da mesma pela insatisfação dos alunos às formas que ela adotou para resolver os problemas apresentados no coletivo e no individual.

O que facilitou o levantamento de subsídios junto à instituição escolar foi o fato de eu ter atuado, por dois anos, naquele estabelecimento como pesquisadora/professora de alfabetização de crianças e permanecer posteriormente visitando a escola pelo vínculo dos estudos do Programa de Iniciação Científica pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR – durante a graduação.

Na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), o acesso aos arquivos foi concedido sem restrições, porém com recomendações de que os mesmos não poderiam ser deslocados e nem xerocopiados. Assim, o trabalho se realizou com visitas diárias e anotações dos fatos pertinentes no caderno de apontamentos.

Os arquivos do II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente (CTCA) foram liberados para a consulta, após consenso entre os conselheiros, que a autorizaram, sendo comunicado a permissão desta autorização pelo telefone. Antes, porém, quando me apresentei e comuniquei o teor da pesquisa, houve certa apreensão por parte dos responsáveis por este Conselho Tutelar. Tão logo os objetivos ficaram claros, foi possível desenvolvê-la e a pesquisa transcorreu sem embargos.

O conjunto de subsídios levantados abrangendo a comunidade nos últimos cinco anos em diferentes fontes institucionais é marcado por fragmentos discursivos, muitas vezes dispersos, contraditórios e ambíguos. Mesmo assim, são importantes para a composição da genealogia local, numa abordagem que buscou contemplar o impacto social provocado pelas modernas discussões sobre a violência envolvendo crianças e os acontecimentos na comunidade.

Percebo que há conversões de olhares para os acontecimentos dentro e fora da comunidade. São formas diferentes de explicar a beligerância pela vida e a morte da esperança por dias melhores, da organização da comunidade, da docilização dos corpos, do foco punitivo infantil e da própria violência.

As justificativas discursivas para a existência da violência infantil na comunidade são variadas, porém os resultados que este estudo buscou, na medida do possível, foram explicitações da violência com gênese infantil na comunidade como um acontecimento modificador da rotina comunitária e escolar. Seus pressupostos têm a finalidade de disponibilizar à ordem pública alguns subsídios para o entendimento deste sujeitamento e as suas formas de possíveis resistências.

Com pressupostos arqueogenealógicos, encaminhou-se o estudo intencionalmente adentrando as modalidades de violências praticadas contra a criança. Interessou-me explicitar as práticas ocultas da violência contra a criança e pela criança, sob o signo da disciplina onde a punição corporal ou psicológica encontra campo fértil e se expande, ignorando preceitos e regras estabelecidas pelos aparatos legais de proteção.

Esse relatório se estrutura por capítulos de forma a garantir uma distribuição que permita compreender da melhor forma possível os aspectos teóricos, metodológicos e os resultados atingidos. Como se trata de uma temática com suas peculiaridades pontuais, a configuração dos capítulos ocorre dentro de uma linha muito tênue para caracterizar cada enfoque, garantindo assim, inexistência de uma superposição entre os mesmos, embora as informações garantam uma totalidade deste estudo. Com isso é importante evidenciar que cada análise buscou subsídios de autores conforme a necessidade de composição deste relatório.

No primeiro capítulo, com o título **Nas teias deste estudo**, são tecidos aspectos da Vila Princesa de forma a permitir explicitar um conjunto de elementos sobre a comunidade em estudo, origens dos diferentes fatos sociais que envolvem a população infantil, num diálogo com os principais conceitos Foucaultianos utilizados como ferramentas nesta pesquisa, tendo como fim a análise das discursividades, da violência e da infância local.

Em linhas gerais Michel Foucault não abordou de forma efetiva a violência infantil, mas as bases de seu pensamento oferecem subsídios para compreender a

exclusão e a disciplina por meio da punição e da valorização de certas práticas discursivas que, nos diversos momentos da história, exerceram os poderes na composição social por meio dos discursos.

Ajudam, assim, a compreender a conexão entre o poder/saber e suas abordagens. Insere o controle populacional, o biopoder⁴, a biopolítica⁵, a guerra pela sobrevivência, a punição, a disciplina e os discursos de verdade dentre outros que fazem o dia-a-dia da comunidade Vila Princesa no Município de Porto Velho/RO.

Composto dentro da lógica que orienta a pesquisa, o segundo capítulo, **A violência infantil**, aborda a temática de como esta tem se apresentado perante a opinião pública, suas atribuições e a inversão discursiva que a coloca como centro de atenções. Como e onde surgiram os olhares que apontam a disciplina pela punição como uma violência contra a criança.

Com o intuito de pontuar as formas deste acontecimento, conceituo suas modalidades a partir de um estudo⁶ que busca considerá-lo pela ação do adulto sobre a criança: a) violência sexual; b) física; c) psicológica; d) negligência; e) superproteção e; f) fatal.

Assim, as estatísticas apresentadas pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP) acerca da violência intrafamiliar no país e o estabelecimento das modalidades definidoras da sua tipologia, bem como os estudos já citados que tratam dos conflitos presentes nas relações de gênero, agressividades e violência, orientaram-me nesta pesquisa da violência infantil na Vila Princesa.

A ênfase à empiria deste estudo, delimitado na Vila Princesa, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, iniciou pela consulta aos arquivos e observações realizadas em outro estudo e neste com uma intencionalidade delimitada.

Na comunidade, documentalmente, foquei-me no “Relatório de Acontecimentos Escolares” (2007). Este documento foi elaborado pela equipe

⁴ Procedimentos de poder via disciplina corporal cultuaram o corpo-máquina, adestrando-o e ampliando suas aptidões ao mesmo tempo em que tornavam os corpos dóceis para utilização da sua força, integrando-o ao sistema de controle.

⁵ Intervenções e controles reguladores fizeram o corpo-espécie, um suporte dos processos biológicos, proliferação, nascimentos, mortalidade, nível de saúde, duração da vida, habitação, longevidade.

⁶ Modalidades delimitadas mediante os dados fundamentados numa pesquisa nacional recente e ativa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP), alojado no Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP.

pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira e tem por objetivo registrar os fatos ocorridos no ambiente escolar. De um lado busca-se inibir a falta de disciplina praticada pelos alunos e, por outro, munir a escola com um instrumento de autoproteção e salvaguarda dos atos da depredação desvalorizadora da prática pedagógica e do patrimônio público instituído no local.

No “Relatório de Acontecimentos Escolares” (2007), consta do registro, do dia 28/04/2007, que uma criança de 8 anos (conforme relato de alguns membros da comunidade) é consumidora de drogas. No mesmo caso, consta ainda que essa criança levou uma faca para a escola com a intenção de matar um colega. Ao perceber a presença da orientadora educacional, jogou a faca que estava em sua mão para debaixo da mesa do professor. De posse da faca a orientadora chamou-lhe a atenção para que o fato não se repetisse.

Na sequência dos registros, o aluno, após ter sido chamado a atenção, retornou à sala de aula para as atividades pedagógicas. Mesmo assim, conforme consta na ocorrência: “[...] não se sabe como ele apareceu com outra faca para consumir seu desejo.”

A equipe pedagógica da Escola segurou o aluno que estava irado e decidido a “furar” o colega, tirando-lhe a faca das mãos. Ao interrogá-lo, ficou claro que a sua intenção era cometer o assassinato, conforme depoimento: “[...] mataria com a maior simplicidade e sem se arrepender depois”.

Esse e outros registros explicitam as dinâmicas da violência na escola e as dificuldades de superação desse cotidiano, que extrapola a simples compreensão do ato pedagógico restrito ao aprender e ensinar. Envolve aspectos de diferentes naturezas e ordens, cujas materialidades são definidoras a partir das condições sociais impostas à realidade do aluno e do professor.

No terceiro capítulo, com o título **A infância**, a abordagem se dá em diferentes momentos históricos, destacando o surgimento da sua cultura em um passado não muito distante e como esta visão permeia a constituição de foro infantil na atualidade.

A temática abordada pela pesquisa engloba a infância e conduz à sua compreensão e ao seu entendimento com maior profundidade. Filosoficamente, um

estado do Ser, sociologicamente, potencialidade em desenvolvimento, fortemente marcada pelos discursos de verdade, que servem de base para sua constituição.

Tecendo relações com as teorizações Foucaultianas frente aos documentos (registros de ocorrências e notificações dentre outros), analisando os discursos conferidos e referendados sobre os acontecimentos, elaborei a análise investigativa dos mesmos na Vila Princesa. Por meio destes acontecimentos, o aspecto da violência infantil tem uma íntima relação saber/poder e verdade a serviço do controle social e resistência desta população.

Assim, como *locus* de pesquisa, elegi a Vila Princesa para dar consistência a esse estudo, pela forma de vida dos moradores desta comunidade e pela maneira como educam os filhos, dando-lhes “liberdade” total sobre si e sobre os outros. Atribuem a responsabilidade de educar à escola, sem, contudo, manter um vínculo de compromisso nesta relação.

Sem lançar suspeitas de valoração moral sobre estes acontecimentos, destaca-se a história do presente no cotidiano da Vila Princesa, sua história e sua gente, a infância e a violência das suas crianças.

CAPÍTULO I

NAS TEIAS DESTE ESTUDO

Opera-se, igualmente a partir de um esquadramento mais rigoroso da população e das distinções que se tenta estabelecer entre as diferentes categorias de infelizes, aos quais, confusamente, a caridade se destinava: na atenuação lenta dos estatutos tradicionais, o ‘pobre’ é um dos primeiros a desaparecer e ceder lugar a toda uma série de distinções funcionais (os bons e os maus pobres, os ociosos voluntários e os desempregados involuntários; aqueles que podem fazer determinados trabalhos e aqueles que não podem).
(MICHEL FOUCAULT, 2007b, p.196). Grifos do autor.

Esse capítulo busca contextualizar o presente estudo, caracterizando o *locus* da pesquisa em um diálogo epistemológico, resgatando elementos históricos e sociais tendo como vigília os artefatos Foucaultianos de forma a garantir, na medida do possível, uma interlocução entre a Vila Princesa, a infância, a violência e o aparato teórico.

Nesse sentido, ao traçar um marco situacional, procuro situar o leitor acerca do estudo fazendo uma retrospectiva acadêmica sobre a origem do tema e a trajetória da pesquisa englobando, o panorama comunitário e institucional em que a pesquisa se deteve.

Teoricamente fundamentando, procuro apresentar as características gerais do poder dentro dos pressupostos Foucaultianos. Discutindo o encadeamento entre soberania e disciplina na manipulação dos corpos, o corpo como unidade de disciplina, resistência e sujeitamento encontra-se cerzido pelo fio condutor do poder: o discurso. É um exercício de aproximação e distanciamento, mas acima de tudo, um processo de superação de uma realidade marcada pelo confinamento da violência infantil que ainda exige um compromisso social de rupturas e superações.

1 Retrospectiva acadêmica: origem do tema

Durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, o desenvolvimento das atividades nas disciplinas se deu sob a forma de

projetos, os quais foram executados em três escolas do Município de Porto Velho/RO: Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Clara de Assis, Escola Comunitária Lar de Nazaré e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Soares Ferreira, localizadas na zona leste (periferia da cidade), onde tive contato com muitas crianças, suas brincadeiras e seus comportamentos interativos e sociais.

Nessas escolas havia diversas maneiras de controle nos grupos, manifestações de lideranças, domínio e poder entre as crianças, tudo muito tranquilo, salvo quando um ou outro mais exaltado agitava o ambiente, com brincadeiras mais pesadas, causando dor e choro a outro colega. Tudo era considerado dentro da “normalidade” pelas equipes pedagógicas locais.

A execução desses projetos (todos tinham por foco a relação professor/aluno, aluno/aluno e a alfabetização) embasou um projeto de maior alcance e ambição, institucionalizado e desenvolvido dentro dos pressupostos da pesquisa-ação por uma equipe composta por três acadêmicas de Pedagogia e um professor/orientador.

Sob o título **As contribuições de Vygotsky à pedagogia histórico-crítica: um estudo a partir de uma experiência na educação infantil com crianças de cinco e seis anos** (PIBIC/CNPq 2003/2004), tendo como um dos subprojetos **As contribuições metodológicas da concepção histórico-cultural à luz da pedagogia histórico-crítica enfatizando os métodos de ensino na alfabetização infantil na Vila Princesa** (2004)⁷. Este trabalho enfocou a congruência de três vertentes de análise: epistemologia local, psicologia e método de ensino na alfabetização.

Seu caráter metodológico pautou-se na pesquisa-ação, o que me levou a pesquisar trabalhando na comunidade, num corpo-a-corpo diário com todos os moradores e principalmente com as crianças.

O plano de ação e planejamento didático tornou-se o projeto de extensão **Alfabetização pré-escolar**: uma proposta sócio-interacionista sob ótica da pedagogia histórico-crítica na Amazônia (2004), com as diretrizes para a pesquisa empírica, custeado pela UNIMED/RO, teve um caráter de trabalho social junto à comunidade.

⁷ MÁXIMO, M. A. **As contribuições metodológicas da concepção histórico-cultural à luz da pedagogia histórico-crítica enfatizando os métodos de ensino na alfabetização infantil na Vila Princesa** (2004). Artigos Pibic 2004. Disponível em: <<http://www.unir.br/html/pesquisa/pibic.htm>>

Em 2003, o foco foi a pesquisa teórica e conceitual, fixadas em leituras e visitas à comunidade para levantamento de dados e compreensão local, bem como a interação com os moradores e introdução do trabalho alfabetizador propriamente dito, que teve início no ano seguinte.

Desta pesquisa saíram 03 (três) Monografias para a conclusão do Curso, dentre elas, uma sobre o tema da alfabetização das crianças de 05 e 06 anos, na qual experimentou-se uma abordagem de ensino diferenciada.

Ao dar início às atividades, em fevereiro de 2004, veio à tona a dimensão do trabalho a ser realizado ali. As crianças eram “ativas” e “donas de si” alheias à noção de ordem referendada pela sociedade, bem como a “ausência de respeito” com os seus pares e professores. Surgiu um elemento novo com o qual se preocupar: “as crianças se agrediam demais”.

Acostumadas ao assistencialismo, as crianças viam a presença das professoras como alguém que estivesse ali apenas para servi-las e a sala de aula como mais um espaço para brincarem, brigarem e correrem umas atrás das outras.

O estabelecimento da ordem na sala de aula foi um componente essencial para o andamento da pesquisa. O sentido de posse e de poder entre as crianças fluía livremente de forma agressiva e imediata. As ações de controle comportamental ficaram evidentes e cada vez mais urgentes. As crianças brigavam por tudo e por nada. O que já não significava “nada” para muitas crianças da cidade, para elas era “tudo”.

Esse acontecimento demonstrou a bipolaridade das duas noções do poder apresentadas por Foucault (2007b), o “repressivo” e o “arrepressivo”⁸, entremeando-se um ao outro na composição da classe de alfabetização e na conduta das professoras e dos alunos.

A forma de poder “repressivo” ocorreu quando se fez necessário colocar ordem no grupo de alunos, estabelecendo regras com o objetivo de implementar um

⁸ A terminologia utilizada por Foucault, traduzida para o língua portuguesa, foi *a-repressivo*, valendo-se da utilização do prefixo “a” (negação/contrariedade) com o adjetivo “repressivo”. Porém, seguindo o que dita o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde 1º de janeiro de 2009, o termo “a-repressivo” deve ser grafado como “arrepressivo”, como expressado: “Não se emprega o hífen nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Base XVI, 2ª, a).

sistema básico de conduta para os trabalhos pedagógicos. O poder “arrepressivo” se manifestou na materialização da pesquisa, na contrapartida recebida pelas crianças no processo de alfabetização e pela comunidade que teve essas crianças na condição de alunos para serem alfabetizadas.

Na obra **Microfísica do poder** (1979), Foucault diz que “A noção de repressão por sua vez é mais perversa; [...] na medida em que parece se adaptar bem a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos do poder” (FOUCAULT, 2007b, p. 7).

O poder repressivo tem forma jurídica com base na proibição, “[...] identifica-se o poder a uma lei que diz não” e complementa com a noção arrepressiva do poder: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 2007b, p. 8).

Outro desafio enfrentado pela equipe englobou o universo linguístico local, composto por palavras básicas entremeadas por um vocabulário próprio que não podia ser descartado, mas sim, adequado e problematizado de forma a trabalhar os conceitos sistematizados sem discriminar a linguagem corrente na comunidade.

A compreensão da vida pelas crianças foi se revelando como uma luta pela sobrevivência a qualquer custo, reflexo das condições vivenciadas por elas no cotidiano tendo como componente principal o uso da força física por meio de agressões mútuas em prol da defesa do poder de liderança, por posse de algo e, também, pela repressão aos colegas e demais pessoas envolvidas.

Essas atitudes fugiam da visão “normal” de traquinagens infantis e escolares vistas e vivenciadas em outros ambientes educacionais. Percebia-se a cada dia que as crianças ali instituídas possuíam uma maneira “diferente” de encarar as situações e os problemas que surgiam. A tendência sempre pendia aos atos de violência como solução imediata.

Isso estava se tornando um problema gigantesco para a condução da pesquisa. O estado de alerta era contínuo para separar as brigas e para conversar com os brigões, o que nem sempre trazia resultados favoráveis, pois, logo se pegavam novamente ou faziam ameaças verbais.

Era possível visualizar, entre as crianças, posturas antissociais de grau elevado, onde um número significativo dos alfabetizandos (05 e 06 anos)

comportavam-se com agressividade, calando os demais colegas, deixando-os submissos. A proposta pedagógica elaborada ficava comprometida pelas constantes interrupções nas atividades.

Esse acontecimento alimentou a idéia de um estudo sobre tal comportamento das crianças e entender a gênese dessa ira individual e por vezes coletiva. Para isto fez-se um recorte englobando o ano de 2003, quando tive o contato inicial com a comunidade Vila Princesa e o ano de 2007, quando este estudo tornou-se oficial como pesquisa de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

2 No reino da resistência

Quem passa pela Rodovia BR 364, quilômetro 12, sentido Porto Velho/RO a Rio Branco/AC, ignora que naquela aparente paz que superficialmente se pode ver, encontra-se um agrupamento de pessoas que, entre as idas e vindas dos seus 13 anos de existência em casas mal-estruturadas, convivendo numa precariedade alarmante, se encontram indivíduos lutando pela sobrevivência de forma desigual, aproveitando restos urbanos e dando sua contribuindo com o meio ambiente por meio desta ação.

A estrutura física da Vila Princesa foi organizada de acordo com as necessidades locais e pelos próprios moradores. As opções de lazer são limitadas, o encontro das pessoas se dá no trabalho, nas reuniões semanais da UNIMED/RO e na “fé” representada no número de Igrejas construídas no local: 03 Igrejas evangélicas (Igreja ‘Viagem com Deus’; Igreja ‘Assembléia de Deus’ e Igreja ‘Emanuel’), as Missas católicas são realizadas mensalmente num galpão construído por padres para que os catadores utilizassem-no para o trabalho diário (onde armazenam e selecionam os dejetos recolhidos) a salvo das chuvas constantes do inverno amazônico.

A comunidade dispõe dos serviços de um agente de saúde encarregado de fazer lâminas⁹, distribuir os comprimidos àqueles com resultados positivos para a

⁹ Procedimento que consiste na coleta de sangue para o exame e diagnóstico da malária, doença comum nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, pela proximidade das matas, córregos e locais com grande acumulação de águas represadas.

malária (atende aos moradores da Vila Princesa e sitiantes próximos) e acompanhar os acontecimentos relativos a saúde local, relatando-os à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho/RO.

O cotidiano dessas pessoas se pauta no trabalho rejeitado pela grande parcela social e inclusive por elas próprias que enfrentam este espaço insalubre para garantir o mínimo de sobrevivência digna para si e para a família.

Seus companheiros de trabalho são: o mau cheiro, o barulho das máquinas enterrando o lixo, as moscas e o vôo rasante dos urubus. Nesse ínterim, a maioria das crianças ficam à vontade para se locomoverem dentro da comunidade, fazendo o que desejarem, da forma que quiserem.

Há dias em que acontece uma movimentação maior no lixão: é quando chega para descarga um caminhão trazendo produtos com prazo de validade ultrapassado proveniente dos mercados e distribuidoras de alimentos do Município de Porto Velho/RO, chamado de “caminhão do bamburro”.

Essas mercadorias são valiosas para a população local. Disputados pelos catadores estes produtos são recolhidos, levados para casa e utilizados como fonte de alimentação de muitas famílias ali residentes.

A fonte de renda e sobrevivência é a coleta e a seleção de materiais recicláveis no lixão do Município de Porto Velho/RO. De forma precária, as pessoas vindas dos bairros periféricos da capital demarcaram lotes, construíram barracos e se aglomeraram junto a outras que vieram dos Estados do Amazonas e do Acre, onde grande parte vivia nos seringais.

Até o ano de 2004, a comunidade sofria com a incerteza de permanência no local graças a rumores de que seria construído um aterro sanitário municipal em outro espaço geográfico da capital. Este fato movimentou a comunidade na luta para que continuassem ali e também por melhorias nas condições de trabalho, com vistas a um maior aproveitamento dos dejetos urbanos.

Neste sentido, não havia interesse dos moradores em melhorar a estrutura das suas casas, as mesmas eram em sua maioria construídas por materiais recolhidos na região, como resíduos de tábuas, pedaços de papelões dentre outros. A Associação de Moradores encontrava-se inoperante, bem como a Associação dos Catadores ainda não estava efetivada.

Constituiu-se de fato a Associação dos Moradores no ano de 2004 e, com o apoio da equipe administrativa municipal eleita, tiveram certeza de que poderiam ficar no local. Esta certificação impulsionou os moradores a construírem suas casas com materiais resistentes, em alguns casos de alvenaria.

Houve a ampliação geográfica com novos lotes de terra e novas casas, abertura de ruas e mais urbanização local. O trabalho até então era desordenado, cada um ditava suas próprias regras havendo aqueles que trabalhavam durante o dia e a noite, incluindo finais de semanas e feriados.

O cenário aproximava-se ao que fala Foucault em **Microfísica do poder** (1979), ao tratar da urbanização da França na época clássica, do amontoado de casas ao trabalho desorganizado. Com o afã de normalizar a comunidade a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico de Porto Velho/RO (SEMDES), responsável por aquela área, instituiu e apoia a Associação dos Catadores e por meio de reuniões periódicas acompanha as ações no setor socioeconômico local.

Essa ação municipal delimitou as atividades no lixão com vistas à organização do trabalho com regras a cumprir como horários de entrada e saída e fins de semanas livres, tentando, na medida do possível, estabelecer uma ordem. Em consonância com o art. 60 do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), é proibido o trabalho infantil e também há o impedimento da entrada de crianças e adolescentes nessa área insalubre.

De acordo com o “Diagnóstico Social dos Catadores de Porto Velho/RO” (2005), tudo é vigiado e controlado por fiscais da prefeitura que trabalham na balança que é a porta de entrada para o lixão. Nesse local as pessoas se aglomeram esperando pela abertura do turno. Encontra-se em fase de implantação uma máquina seletiva de dejetos, para somar-se a uma prensa já em funcionamento.

Segundo o “Diagnóstico Social dos Catadores de Porto Velho/RO” (2005), o catador que não se adequar às regras é punido com a proibição de adentrar a área do lixão por um determinado tempo, ficando sem trabalhar.

Outros fatores de punição são: o desrespeito aos colegas no ambiente de trabalho, bebidas e prostituição. Estas ações do poder público municipal visam

também o afastamento do atravessador que atuava livremente na comunidade propagando uma vida de maior sacrifício e pouco retorno.

Informações da Associação de Moradores dão conta de que as moradias encontram-se aproximadamente a 500 metros do local de descarga dos caminhões de lixo devido ao crescimento populacional na localidade e pela área ocupada. A maioria dos moradores passam o dia na área destinada ao soterramento do lixo.

O Relatório Nacional sobre moradias em Porto Velho (2004) propõe para a Prefeitura Municipal assentar as famílias, que hoje vivem em área insalubre junto ao lixão, em área municipal próxima, de forma a garantir tanto o direito à moradia adequada desta população como sua atual forma de subsistência.

A cooperativa médica de Rondônia UNIMED/RO, desenvolve um trabalho social na Vila Princesa, o qual objetiva despertar a população local para a emancipação político/econômico/social com vistas à condução da própria vida com autonomia.

Esse trabalho é realizado por meio de reuniões semanais para os adultos e apoio financeiro (salário da professora), uniformes para as crianças e materiais escolares para a educação infantil, atendendo às crianças que se encontram em idade abaixo daquela servida pela educação instituída na comunidade pelo poder público municipal.

A UNIMED/RO, buscando compreender as bases daquela população e para bem realizar seu trabalho, pesquisou e organizou um Censo particular no ano de 2006, delimitando o campo geográfico e demográfico local e o estilo de vida dos seus moradores (hábitos alimentares, costumes, faturamento, cuidados com a saúde e planejamento familiar).

A composição do total de moradores que o Censo/2006 apontou foi de 428 (quatrocentas e vinte e oito) pessoas, o que, segundo a pesquisa com a Associação de Moradores, o número aproximado é de 500 (quinhentas) pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

Nos dados estatísticos do Censo da Vila Princesa consta um número de 93 (noventa e três) famílias. Porém, dados obtidos em fevereiro de 2008, a partir do controle populacional registrado pela Associação de Moradores em seu caderno de anotações, dão conta de que a comunidade Vila Princesa está composta atualmente

por 150 (cento e cinquenta) famílias e que em algumas casas moram mais de uma família. O que aponta para o crescimento populacional em 02 (dois) anos de 67 (sessenta e sete) famílias no local.

O número aproximado de crianças de 0 a 12 anos até fevereiro de 2008 era de 215 (duzentas e quinze). Dados numéricos captados nos arquivos da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, pelas matrículas e frequências dos alunos em idade escolar.

Das crianças que não frequentam a escola os dados submergem por meio do controle da Associação dos Moradores que os mantém atualizados para informar aos interessados como a Secretaria Municipal de Saúde dentre outros que prestam assistência no local.

Há famílias que têm a Vila Princesa como ponto de passagem, ficando por alguns dias e logo desistindo de morar ali. Um dos motivos alegados é a não adaptação ao local. Suas crianças são matriculadas por pouco tempo, gerando uma descontinuidade escolar, visto que seguem suas vontades de entrar e sair da comunidade quando der vontade.

Essas crianças crescem sem um compromisso educacional, numa reprodução do modelo de vida adotado pelos pais ou responsáveis, tornando-se adultos analfabetos ou com poucos anos de escolaridade. A vivência destas pessoas os empurra para uma vida de muitas dificuldades e desregrada socialmente.

2.1 A Escola: ponto de encontro comunitário

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira é o local onde se concentram os acontecimentos mais importantes da Vila Princesa. Localizada na parte central da comunidade, na Rua Francisco Fontinele, s/n. Pertence à zona rural de Porto Velho/RO e é mantida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Essa Escola foi criada sob o Decreto-lei nº 348, de 13/11/1959 (Diário Oficial), na localidade Trata Sério Alto Madeira, onde funcionou de 1960 a 1998

com o ensino multiseriado¹⁰. A transferência da Escola se deu pela ausência de alunos no Trata Sério Alto Madeira e a necessidade de uma escola na Vila Princesa.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, elaborado no ano de 2004 – com a colaboração de executores do Projeto “Ensinar a Ensinar”, após diversas reuniões de trabalho com a equipe pedagógica local – consta que, em janeiro de 1999, a Instituição foi remanejada para a Vila Princesa, para atender aos filhos dos moradores com aulas dos primeiros anos (Ensino Básico).

Composta por 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) cozinha e banheiros, o prédio foi construído pela UNIMED/RO, mantido pela prefeitura com servidores – atualmente o quadro está completo – antes, havia a Direção/vice-direção, orientação e os professores, que tinham que desempenhar seu trabalho dentro das suas possibilidades no momento. A merenda era feita por uma senhora moradora da comunidade e a limpeza por outra moradora.

Estruturadas horizontalmente, as salas estão dispostas na sequência e uma varanda de 02 (dois) metros compõe um dos lados no comprimento total. Não há um pátio delimitado para compor o espaço escolar, muros ou cercas inexistem, ficando aberto para as pessoas a qualquer hora do dia ou da noite.

Atualmente as salas receberam uma parede divisória para ampliar espaços e acolher mais crianças, como é o caso dos alunos com idade abaixo dos 06 (seis) anos, que começaram a frequentar a escola com a inserção na comunidade do citado projeto de extensão originário da iniciação científica Pibic/CNPq (2003/2004).

A água consumida pelos alunos advém do sistema de abastecimento local e é comprovadamente saudável (poço artesiano e reservatórios suspensos situados ao lado da escola). A merenda é fornecida pelo Município. Na Vila Princesa a escola é o ponto de encontro para todas as intencionalidades assistenciais ou não, que se pretende implantar ou comunicar aos moradores.

¹⁰ Consiste na prática pedagógica em que um único professor é responsável pelas aulas dos anos iniciais numa mesma sala e ao mesmo tempo. Atende ao Ensino Básico, sendo comum nas comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, seringais e locais afastados do Município. Muitos desses professores não têm formação; começam pela necessidade local e recebem acompanhamento pelos cursos e projetos que trabalham com este segmento, buscando adequá-los ao sistema de ensino, bem como inserir os moradores em atividades que gerem renda a partir de um desenvolvimento sustentável na Amazônia, cito exemplo do Projeto “Ensinar a Ensinar”: Programa Educação na Amazônia.

3 Marco teórico do estudo

Ao delimitar o tema e o problema na elaboração do projeto dissertativo **Violência Infantil: um olhar foucaultiano** (2007), base para este Relatório, o marco teórico definido (teorizações Foucaultianas) propiciou o desenvolvimento do estudo de forma enriquecedora na obtenção dos dados e nas suas interpretações.

Com Michel Foucault se entende que a história da existência humana é composta por acontecimentos que delimitam a liberdade do indivíduo. A rede de poder que se desenvolve apresenta-se nas práticas sociais com o apoio dos discursos difusores dos saberes.

As relações das pessoas, consigo e com os outros, traçam os pilares da interdição disciplinatória, do controle e da punição com vistas ao equilíbrio e manutenção de *status*, nem que seja pela violência e pela coação.

Michel Foucault, ao concentrar seus estudos nos excluídos e na medicina, dentre outros, cria a necessidade social da revisão dos conceitos a partir de uma busca arqueológica documental que se converteu numa explosão compreensiva da rede de poder, instaurada pelas discursividades centralizadas num saber constituído como verdade.

Neste sentido, os estudos foucaultianos se constituem em três fases¹¹: a arqueologia do conhecimento denota uma análise dos discursos ao longo do tempo; a genealogia compõe investigações que se centram nos discursos emergentes, que nas mudanças de posição dadas pela dinâmica da vida passam da interdição para a legitimação; a fase ética centraliza-se nas práticas exercidas pelos indivíduos na dominação e na subjetivação.

Esses marcos não ocorrem numa cronologia positivista e sim por meio de compromissos do autor com a calamidade cerzida na realidade social nos limites daquilo que poderia, então, ser denominado de sujeito de sua própria existência.

A apropriação das teorizações de Michel Foucault pela pesquisa educacional figura um instrumental que compõe uma das formas analíticas do discurso pedagógico. O poder estendido às elaborações didáticas e de manutenção da ordem

¹¹ Anotações feitas a partir das discussões realizadas nas reuniões (2007/2008) do Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), instituído na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS desde 1999.

presente nas tendências da educação explica a necessidade da docilização do corpo (disciplinamento) e do intelecto dos alunos, a subjetividade.

3.1 Soberania e disciplina: características gerais do poder

Historicamente, a punição está entranhada na conduta de vida dos indivíduos como um sinônimo da disciplina de forma contundente, constante e contínua. Foucault (2007a) delineia a época clássica como o momento em que a ordem se mantinha na população pela força representativa dos suplícios.

O corpo como alvo do processo de imposição da força do poder soberano sofria as sanções penais determinadas e era o personagem principal do espetáculo da morte. Uma platéia cada vez mais docilizada e normalizada pelas leis, confissão dos condenados e punição pretendida como ideal, assistia a tudo por imposição e obrigação.

Com as “Luzes”, a proposta de humanizar as penas e isentar o soberano de qualquer culpa propõe a transição dos suplícios do corpo para a alma. Os ares da modernidade iluminam novas idéias punitivas favorecendo a disseminação do capitalismo como fonte de recurso em expansão. A vida humana atinge o ápice das atenções passando a ser mais importante como força útil do que a morte.

Esse pensamento traduziu-se em ação de uma época. Fortaleceram as ciências da vida e o mercado de trabalho se expandiu. A população docilizada tranquiliza o poder central e a vida de cada indivíduo pertence ao soberano, que a tem à sua disposição de uma forma natural e aceita por todos, sob um discurso que impõe regras e normas de disciplina.

O indivíduo se adapta tanto às imposições vigentes quanto ao comportamento social, disciplinando-se, forçando sua própria natureza. E quando se trata das crianças? Da urgência desta adaptação e da velocidade exigida para sua realização? Não seria um suplício esta adaptação à vida social em tão tenra idade? Uma normalização forçada vista como necessária neste momento de formação da personalidade individual.

Essa adaptação às regras impostas pelo meio social e absorvidas pela família em que está inserida conduz a criança por um caminho de urgência em ser aceita numa sociedade extrema e egoisticamente adulta. Os direitos das crianças, proclamados por documentos e leis, são tendencialmente funcionais apenas para uma minoria privilegiada.

Nem mesmo a criança “bem nascida” tem garantias de ter uma vida saudável dentro de cumprimentos das normas estabelecidas por leis e decretos. Por serem apenas formalidades intencionalmente determinadas para fins econômicos, imperam à frente de uma vivência individualmente digna e coletivamente ética.

A relação de domínio exercido por muitos pais sobre os filhos tem herança cultural: manter a ordem na família, seu território de soberania e exercício do poder. Para Foucault (2005), a fixação do poderio nas sociedades modernas parte de um discurso organizado pelo direito público articulado a partir do princípio da soberania, onde atua a força do Estado, estando encerrada entre o direito da soberania e a mecânica da disciplina, dois limites que “[...] são de tal forma, e são tão heterogêneos, que nunca se pode fazer que um coincida com o outro” (FOUCAULT, 2005, p. 45).

Destaca que a soberania tem discurso próprio, cria seus espaços de saberes e a disseminação dos mesmos e que:

[...] o discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma (FOUCAULT, 2005, p. 45).

Validam-se os discursos por meio das instituições. Estas formulam seus mecanismos configurativos de uma administração própria, regida por uma norma geral. A família, base do princípio educativo de cada indivíduo como modelo de organização econômico/político/social, reformula sua ação, cede lugar a uma base ampla de governo, a arte de governar, e se fortalece (sem sair de cena).

A família [...] deve se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. [...] serve

ainda para dar continuidade a duas linhagens e, portanto, para produzir descendência, mas também para fabricar, nas melhores condições possíveis, um ser humano elevado ao estado de maturidade (FOUCAULT, 2007b, p. 199).

Dotada de superpoderes, a família torna-se a instituição responsável pelos movimentos sociais sem se dar conta. Adquire obrigações e as cumpre, construindo um corpo social com potencialidades para traçar os rumos do sistema, sendo a célula mais importante na constituição e na manutenção das suas posses e conquistas.

Na obra **Vigiar e punir** (1975), compreende-se que no campo administrativo social e pelo papel representativo de bem gerir o território, sanções punitivas foram levadas ao extremo. As repressões e execuções espetaculares objetivaram não somente a punição exemplar, mas o estabelecimento do poder. A assimetria que se estabeleceu nas relações favoreceu o sujeitamento e a racionalidade; fixa-se em determinadas valorizações onde se insere a lógica do suplício.

O grande desafio: manter a ordem – algo almejado por todos – implica em tomar atitudes que por vezes aparenta ser, segundo a norma vigente, um ato de irresponsabilidade dos adultos para com as crianças. O ordenamento legal objetiva a proteção da criança por meio do crescimento da noção de cuidados e da aplicação da lei pelo Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar por sua vez contribui para o apaziguamento e a constituição da docilização e disciplinamento das pessoas. Sua configuração se deu pela necessidade de afirmação de uma política de contenção dos abusos, porém reverteu-se para uma política de regulamentação e controle populacional.

4 Docilização, punição e controle: normalização

Entre gritos e gemidos, choros e súplicas, surge a sociedade disciplinar, docilizada. Verdades são estabelecidas no entrelaçar discursivo da soberania *versus* disciplina estabelecida por um movimento social que justificaram ações e ganhos numa disparidade alarmante pelos privilégios presentes. O poder administrativo buscava justificar perante a população tal conduta punitiva, validando sua ação.

Essas atitudes apresentadas como justiça em forma de vingança fortaleceram na população exemplos de punições que faziam com que os atos criminosos propagassem e a violência aumentasse. Esta prática de punição saturou-se e a nova onda punitiva adotada pelo judiciário optou pela ausência do toque ao corpo do condenado, fragmentando as sentenças “[...] O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena” (FOUCAULT, 2007a, p. 14).

O tormento mental figura como pena de grande eficácia pelo poder que exerce no indivíduo acerca do autocontrole e moderação das atitudes. A violência psicológica incide sobre a criança, quando esta é ignorada na tomada das decisões dos seus responsáveis, ou quando é pressionada a tomar atitudes, muitas vezes para uma limitada e difícil convivência social.

A pressão psicológica sob a qual vive grande parcela de crianças favorece as mais diversas reações de falta de disciplina e agressões mútuas entre elas. A adultização propagada pelas mídias, pelo mercado, pelas tecnologias e aquisição de bens materiais, atropela a infância, ignorando sua existência na própria composição do Ser e das coisas.

As imprecisas e inesperadas atitudes infantis temidas por Platão na composição da *Pólis* e o “Ser-criança” desconhecido e amedrontador necessitado de controle e disciplina da época clássica figuram hoje na infância que mata e que morre por suas próprias atitudes.

Enquanto domínio de poder, conter as revoltas, os crimes e os roubos praticados pela criança está cada vez mais difícil na sociedade brasileira. O poder exercido precocemente, presente nas atitudes que ‘não se espera’ de uma criança assemelha-se às doenças contagiosas e mortais. Tomam a população, acometendo-a de imenso terror e uma certa temeridade na preocupação político/social.

Dentre a complexa rede de poder nas estratégias adotadas de controle, a crescente precarização humana que compromete a sobrevivência e favorece a aparição dos mendigos e desempregados também é responsável pela manutenção deste espaço no corpo social – o espaço da violência sofrida e/ou praticada pela criança. Crianças que nascem e crescem sem um referencial de vida digna em suas proximidades. Meninos e meninas que tão logo se põem em pé precisam tomar decisões para estarem vivos amanhã e muitas vezes são arrimo da família.

Em Foucault (2007a), entende-se que a organização social, implementação de regras, normas, leis diferenciadas, contextualizadas e generalizadas, movimentam a sociedade desde o século XVIII. Neste período segundo Ariès (1981), a infância é engendrada como objeto de interesse e estudo. A supressão da sua liberdade pela disciplina e pela punição corporal é reforçada nas atitudes pedagógicas a ela dirigidas. Com efeito, em nome de um princípio de moderação, a dor contida, as confissões forçadas e a autocondenação como controle figuram também na vida das crianças, em suas famílias e na escola.

A situação de risco em que se encontra a criança que “vive” só dá a ela uma potencialidade vigorosa na guerra pela vida, a ordem dos seus atos é a sua resistência, seu discernimento é o suprimento da sua necessidade imediata. Nada lhe é estranho ou proibido, por ser da sua natureza “viver em liberdade”.

É, pois, lançado ao corpo social um desafio de organização fixado na adequação e nas normas, base para o desenvolvimento das tecnologias idealizadoras e mantenedoras das instituições depositárias (escolas) e controladoras da população infantil. O enclausuramento eficiente do panoptismo indutivo à autodisciplina submete a criança ao olhar do adulto controlador, que limita suas atitudes e, regidas pelo temor, reprime seus desejos e contribui para a expansão social desta ordem.

Dentro da lógica vigente, este sistema torna-se educativo pelo poder exercido de docilização e imposição de uma cultura inventada e propagada como verdade. Nas palavras de Foucault (2007a, p.118):

[...] é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une o corpo analisável, o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2007a, p. 118).

Concomitantemente com a formação do homem-máquina, docilizado e sujeitado, nascia a infância-máquina, fonte inesgotável de saberes acerca da vida e do homem. Assim como se procurou isolar os “acometidos” pela loucura, também se fez com a infância.

O Mundo nos séculos XVII e XVIII foi testemunho da mudança no cenário arquitetônico; em pouco tempo construíram-se lugares adequados ao

enclausuramento daqueles em que pairavam a presença subjetiva de certo desconforto social, os quais deveriam estar sob vigilância.

4.1 A manipulação dos corpos

Com características consideradas fora dos padrões de normalidade que a sociedade validou por meio dos discursos da lei, manipulados de acordo com os desejos soberanos, os corpos, elementos receptivos dos castigos, se destacam como foco de todas as ações. Por meio desta disponibilidade corporal, se manteve uma nação docilizada e submissa com duplo significado: controle e disciplinarização.

Para Foucault (2007a), a incorporação desse procedimento na sociedade suprimia a visão de violência. O cálculo de sofrimento se dava de acordo com a gravidade do crime e o tipo de pessoa que o praticou. Neste sentido, o exercício do poder concentrou-se na manutenção da ordem pública e na pacificação dos súditos, “[...] o suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho” (FOUCAULT, 2007a, p. 44).

Os usos políticos do suplício estabeleceram-se no exercício de direito e na organização social. A ameaça à ordem promovida pelo delito simbolizava uma afronta ao sentimento soberano. A autocondenação internalizava a culpa e quebrava a resistência ao suplício. A vontade soberana simbolizava a vontade de todos.

Esse discurso paternalista ganhou ares educativos e penetrou no corpo social, docilizando, disciplinando, promovendo obediências e medos. Assim se estabeleceu um governo autoritário e absoluto e uma população submissa e sujeitada. As mudanças, as quais permeamos e somos permeados, entranharam-se pela microfísica do tempo, do espaço e das necessidades latentes da população.

As revoltas e resistências aos privilégios outorgados a uma minoria promoveram a expansão dos crimes e delitos. Influências que advinham da sociedade, pelo poder em vias de descentralização. Como plano de fundo, a expansão capitalista, o estabelecimento de uma nova ordem social, o avanço científico e tecnológico, o corpo vivo – mercadoria valiosa pela força de trabalho e a geração de riqueza.

Entra em foco o potencial humano. Centra-se a atenção nas minúcias do indivíduo, um fenômeno na ordem do saber/poder, campo das técnicas políticas. O biológico e o histórico se sobrepõem e se entrelaçam formando os elos do biopoder com a focalização na norma, no acúmulo de saberes constituídos (pedagógico/psicológico/médico) e no sistema jurídico da lei. As Ciências entremeiam a vida humana. Toda micro partícula deve ser observada, estudada e analisada.

Diz Foucault (2007b, p.80): “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo [...]” e continua: “Foi no biológico, no somático, no corporal, que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”.

É no prisma da docilização e domínio da vida humana que se centra a atenção à infância. Suas atribuições disciplinadoras se configuram numa educação direcionada e intencional, tendo a descoberta sobre o corpo e seu funcionamento a gênese da criação de uma rede de saberes acerca da criança/adulto saudável e docilizado.

Segundo Foucault (2007b), a medicina dos séculos XVIII e XIX se investe de captação dos saberes em busca de dominar o corpo do indivíduo com a finalidade de extirpar as pestes que dizimavam a população, controlando a vida. Para Foucault (2006), as experiências e as confissões minuciosas contribuíram nesta formação saber/poder sobre o corpo, que teve, por foco principal, o conhecimento acerca do sexo.

A ação dos indivíduos permeia o poder e estabelece sua forma e sua força estando relacionado com a sexualidade e o discurso sobre ela. Foucault (2006, p.125), busca explicar a máxima do poder: “[...] direito de morte e poder sobre a vida”. Este dualismo se reverte quando a dinâmica social da época clássica promoveu o estopim para uma revolução de idéias acerca do econômico/político/social. A expansividade capitalista nos séculos XVIII e XIX clama urgência para a reconfiguração social.

A reversão do direito de morte e do poder sobre a vida representou uma ruptura governamental. A interligação biopoder/biopolítica moldou a sociedade

necessária para a expansão do capitalismo e sua forma de governo, fixando a organização do poder sobre a vida.

Assim, o poder em escala menor insere-se no ambiente familiar e se manifesta na relação patriarcal. Na reprodução das atitudes sociais de disciplinarização pela força ou repressão, torna-se dinâmico e presente na busca por filhos/alunos disciplinados e obedientes e também pela organização familiar/escolar. Tal comportamento apresenta uma situação de composição de saberes na relação homem/vida, seus elementos constitutivos e com a história.

Sua base foi a docilização do indivíduo em tenra idade adequando-o às normas vigentes na sociedade. A instituição de procedimentos que contivessem a criança disciplinando-a permeia a vida social desde que a família torna-se a responsável pela educação de base. Na atualidade, esta tradição teoricamente se propaga como verdade incontestável em casa e na escola, porém as famílias encontram-se fragmentadas por suas necessidades diárias de trabalho e sobrevivência.

A disciplina hoje encontra-se individualizada, numa falsa noção de liberdade. Há inversão de papéis, a ocupação de muitos pais os mantém afastados dos filhos. Estes se responsabilizam pela rotina a ser seguida (cuidar dos pequenos da casa, ir para a escola, cuidar da própria higiene, alimentar-se e ser criança – brincar).

Valorizando o discurso de elevação humana, suas condutas e atitudes são acompanhadas e penalizadas com castigos corporais, psicológicos e morais na formação de uma sociedade disciplinar. A criança experimenta o ganhar/perder, a identidade e a liberdade e, vitimizada pelo olhar punitivo, torna-se foco de abusos e agressões com vistas à normalização.

A descontinuidade na composição dos discursos de verdade apresenta-se como a maior articuladora das injustiças sociais e, quando se fala de outras verdades inseridas nos discursos não referendados e nas estruturas de sustentação ocultas, a putrefação dos aparatos de poder se manifesta e contamina o ambiente com a sua ineficácia.

O saber/poder presente nos discursos como prática de manutenção de *status* eleva os que buscam perpetuação de privilégios e, pela dificuldade de se fazer uma leitura das entrelinhas, o que poderia ser contestado não é. Por esta razão, “uma

verdade” torna-se aceitável e por vezes ovacionada pela população numa alusão à representação de si.

Ao longo dos séculos, as punições violentas constituíram um corpo social dócil e útil, necessário àquele momento histórico (séculos XVII e XVIII). Esta herança punitiva alojou em cada indivíduo a adequação às normas e a autodisciplina como modo de vida.

As gerações pós-época clássica agregaram a disciplina pela punição como prática instrutiva e de organização da conduta populacional, colocando a criança neste eixo de atenção e cuidados intencionalmente disciplinatórios.

4.2 O corpo: unidade de disciplina, resistência e sujeitamento

Com o intuito de tornar os corpos produtivos, houve um investimento significativo em sua docilização. Com condutas punitivas e repressoras, se moldou o ser humano necessário à expansão do mercado. A vantagem da docilização dos corpos foi a ordem impositiva que se estabeleceu na vida social, com novos encaminhamentos que não deixaram de ser supliciantes. No entanto, com uma menor degradação física direta. Isto favoreceu o acúmulo de riquezas pela progressão da produção.

Na obra **Vigiar e punir** (1975), Michel Foucault aponta o panóptico, de Jeremy Bentham (1748-1832), como a idéia determinante para as novas posturas autodisciplinares dos corpos e das condutas. As prisões, fábricas, asilos, hospitais e escolas, tiveram seus projetos arquitetônicos nele inspirados.

A disciplina é internalizada pela noção-imaginária que os indivíduos têm de que estão sendo vigiados de um ponto em destaque (torre de vigilância - panóptico). Esta visão é disseminada pelo corpo social. De forma naturalizada e imperceptível, a disciplina é exercida no, pelo e para o indivíduo.

As experiências remetem à necessidade de regulamentos. Estes, por sua vez, negam a existência do sujeito, isolando-o numa ordem ideológica e não somente física. O castigo como necessidade para docilizar tem origem na crença, uma tecnologia do poder a serviço da ordem e da manutenção do Estado.

As formas de abordagem são diversas, porém os propósitos sempre são os mesmos. O modelo capitalista é a manifestação da violência, o substancial avanço mercadológico suplicia, domina a alma, fomenta a precarização humana.

De forma ampla, o discurso jurídico e as leis são exaltados como verdades desde o século XVIII, dando ênfase à criação das novas tecnologias discursivas de domínio, pela normalização.

É esta representação jurídica que continua presente nas análises contemporâneas sobre as relações entre poder e sexo. Ora o problema não consiste em saber se o desejo é realmente estranho ao poder, anterior à lei como se imagina muitas vezes, ou, ao contrário, se não seria a lei que o constituiria. A questão não é essa. Quer o desejo seja isso ou aquilo, de todo modo continua-se a concebê-lo relativamente a um poder que é sempre jurídico e discursivo – poder cujo ponto central se encontra na enunciação da lei. (FOUCAULT, 2006, p.100).

Essas novas tecnologias de dominação tiveram respaldo intensificado da ciência concedendo, privilegiando e enaltecendo discursos calculados, criados e validados, tendo por meta uma normalização social.

Para Foucault (2006), o poder não tem ponto fixo, vem de todas as partes, entremeado em cada relação pessoal. O dinamismo presente nas relações entre as pessoas não tem fronteiras e nem medidas; a força da mobilidade discursiva tanto eleva e mantém quanto pode derrubar domínios.

Tal comportamento apresenta elementos constitutivos e históricos na relação homem/vida. O poder biológico manifesta-se como base dessa tecnologia, o domínio da vida, e do corpo e a necessidade de conhecer figuram na história ocidental com processo acelerado a partir do século XVII.

Este foi um movimento que, atrelado ao capitalismo, buscou regular o corpo social. O desenvolvimento de um poder/saber científico transformador da perspectiva focal da vida e da morte.

Seu efeito voltou-se para a reorganização corporal, o conhecimento acerca da vida e dos corpos. A ciência suprimindo o controle dos antigos sistemas reinando soberana, determinando o que fazer e como fazer com a vida.

A busca pelo conhecimento e a “vontade de saber” foram alimentadas por idéias fervilhantes e descobertas constantes. Tudo e todos que representassem foco de poder tornaram-se alvo de interesse e estudos. Assim se compôs a vida social da

Idade Moderna. No seio de cada instituição, configurou-se uma administração própria.

O saber/poder é passado por meio do discurso e dado a conhecer quando Deus deixa de ser o centro das projeções humanas. O homem, desta forma, não se produz, sendo instrumento de produção. Nada está descolado, busca-se resistência dentro do próprio poder. Com a intenção de compreender como isso foi construído, Michel Foucault busca a ética grega e romana e, por meio deste estudo, procura entender e mostrar o processo de cuidar de si e do outro.

4.3 O disciplinamento do corpo e do comportamento: anseio social de ordem

É um equívoco pensar que todo acontecimento que envolva a “morte” infantil seja denunciado aos órgãos de proteção instituídos para recebê-la e puni-la com o rigor da lei. A força física contra a criança, o abuso sexual, a negligência, a pressão psicológica e até mesmo a agressão fatal que registram ser violência contra a criança entram no campo do apaziguamento social.

Durante as consultas realizadas nos arquivos dos órgãos e instituições para o levantamento e mapeamento das ações consideradas “anormais” vindas das crianças da Vila Princesa, percebi que os casos denunciados ou registrados não se encaixam com os resultados da pesquisa feita a partir de documentos na escola local.

O descaso para tal acontecimento é enorme e a política da cegueira por conveniência prevalece quando se trata do não envolvimento pessoal em casos de repercussões inesperadas e perigosas. A paz forçada pelo descompromisso social para com a criança em situação de risco fornece subsídios para a gênese e para a manutenção da violência sofrida e praticada pela criança.

Esse acontecimento tem origem na história ocidental no pensamento platônico e aristotélico quando se fala da permissão e do incentivo ao descarte das crianças “anormais” para o contexto e para a manutenção política e democrática desenvolvida na Grécia Antiga.

Buscava-se pensar na organização social do Estado/Nação e o descarte infantil representava uma válvula de escape para o equilíbrio e para a condução da

supremacia grega e sobrevivência confortável dos seus cidadãos. A infância era um momento da vida indesejável, menosprezado, vista como um problema social.

Iniciava-se o disciplinamento pelo enfaixamento total do corpo do bebê, na crença de que desta forma afastaria a tendência animalesca presente no ser humano nos primeiros meses e anos de vida, quando ainda não há firmeza e força no corpo. À criança, não se permitia liberdade corporal. Nos primeiros meses de vida, mostrava-se somente a sua face e, nos anos iniciais, todos os seus movimentos eram controlados.

Isso denota o retrato da civilização ocidental que difundiu a insignificância da presença infantil no meio social. Sua sobrevivência dependia da sorte e da família em que havia nascido. Não se cultuava a noção de proteção.

O alcance da atenção à criança na Grécia Antiga se manifestava em seus usos políticos, na expectativa de produção pela educação de homens com capacidades servis diferenciadas de acordo com suas competências demonstradas por meio de liderança, atos de bravura ou auto-organização administrativa.

A “genealogia cinza” em que a vida social esta imersa, promove a transmutação das idéias e formas de vida. Desconfiar sempre do que é colocado ajuda a compreender a realidade discursiva que está posta em favor e/ou contra a criança.

Busquei entender a vivência das crianças da Vila Princesa em suas práticas culturais e pedagógicas. Um lugar desconsiderado e instigado ao abandono pelos discursos de anormalidades sociais veiculados pelos diversos jogos de poder que os mantém sujeitados e ao mesmo tempo resistentes.

O modo de vida incorporado pela comunidade explicita a individualidade e a competição na luta pela sobrevivência. Os desafios encarados são de certa forma nauseantes, porém necessários às sobrevivências suas e nossas também, quando se pensa no Planeta Terra e na degradação ambiental. Reciclar é a sábia saída para diminuir a poluição.

A partir dos fatos estudados e analisados na comunidade Vila Princesa no que concerne às atividades e atitudes das crianças, nas relações com os seus pares e com os adultos e, tendo por base analítica as modalidades da violência intrafamiliar, conflitos das relações de gênero e agressividades, percebi que os parâmetros

estabelecidos e validados, ao dispensar os meandros dos acontecimentos, generalizam e caracterizam um falso modelo ideal de sociedade.

Vinculam-se os saberes ao controle discursivo – “polícia discursiva” – estabelecendo-se regras de conduta, atrelando o acontecimento à prática social. Ao fixar o estudo no lugar de onde se fala, entram em destaque as diferentes constituições e valores dos saberes de acordo com seu contexto formativo e/ou ambiental. Assim, leva-se em consideração que as rupturas promovem um discurso diferenciado a cada época e que este assume novas faces em dado momento histórico.

Foucault, em sua obra **Arqueologia do saber** (1972), diz: “A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço rigoroso nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída” (FOUCAULT, 1972, p.222).

Dessa forma, segundo Foucault (1972), o discurso deve ser considerado como saber e não como uma ciência. Não há como ter um domínio científico na arqueologia pela multiplicidade de ações e, pelos instrumentos de captação do conhecimento fugir a modelos ou modalidades conceituais como temas únicos.

5 Fio condutor do poder: o discurso

O resgate do homem, do corpo do homem, por meio de uma história do pensamento é o que propõe Michel Foucault com seus estudos acerca do pensamento humano. Ao negar a teoria do homem como produto do conhecimento, focaliza os acontecimentos que se dão como uma ruptura. Firma a idéia de que o acontecimento não é sempre um avanço evolutivo contínuo, existe a descontinuidade.

Como se constrói o acontecimento? A volta aos gregos é fomento para o entendimento do homem atual, enquanto o retorno a Kant é importante para conhecer o homem moderno. Estas revisitas foram fundamentais na composição do pensamento Foucaultiano para o entendimento das configurações humanas nos diferentes momentos da história.

As relações estabelecidas pelos acontecimentos se configuram de diferentes formas: reúne um conjunto de fatores dentro do contexto, das experiências e da

vivência de cada indivíduo que parecem ter sentido, tornando falsa a noção de uma idéia única e fixa que busca respostas para representar. Assim, para Foucault (2007c, p.57-8):

[...] o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2007c, p. 57-8).

Michel Foucault, questionando o acontecimento atual, não busca a superficialidade da verdade. A noção de acontecimento então, torna-se o questionamento de quem somos e como nos comportamos, suscitando um pensar e atuar diferentemente do que pensamos e atuamos. Assim o acontecimento não é um registro de fatos; demonstra um momento de constante reflexão e não sujeição.

A noção de acontecimento não se dá separado da problematização, forma crítica de não se sujeitar. É o poder conquistando, produzindo um discurso de verdade que vem com uma preocupação que não está contida apenas na estruturação das palavras. O jogo do verdadeiro e do falso estão entremeados pelo discurso. As práticas discursivas e as não-discursivas fomentam e referendam os acontecimentos com vistas a normalizar e tornar oficial aquilo que se discute na atualidade.

O saber, o poder e o discurso se entrelaçam formando um corpo único, um permear de anseios muitas vezes propositais e tendenciosos por serem regularizados gerando os acontecimentos. Michel Foucault trabalhou a história do pensamento com base na preocupação com as atitudes e comportamentos. Como pensar em não se pensar sobre o homem? E diz em sua obra **A ordem do discurso** (1971): falta “[...] uma teoria que permita pensar as relações do acaso e do pensamento” (FOUCAULT, 2007c, p. 59).

Foucault (1972) apresenta o enunciado como parte integrante e importante da relação discurso/poder. As teorizações de Foucault ao criticar a postura da História tradicional centraliza a noção da descontinuidade na composição das disciplinas, pois, esta permitiria a individualização dos domínios, numa comparação entre eles.

Essa noção de descontinuidade interfere na compreensão e na maneira como os acontecimentos são descritos. O desencadeamento ou não de um movimento propulsor para um acontecimento se manifesta nas interligações da memória coletiva, sua materialidade se dá pelo discurso que “[...] liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente todos os outros.” (FOUCAULT, 2007c, p. 43).

Com efeito, o discurso se transforma em significados pré-concebidos, regula o saber e compõe as subjetivações humanas pelos seus usos e efeitos, responsáveis pela constituição da sujeição. Michel Foucault se preocupa com a construção do homem moderno, seu enfrentamento é a transgressão que “[...] consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias, que, em um dado momento, formaram o que em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. (FOUCAULT, 2003, p. 339).

Assim diz Foucault (2007b, p. 172): “[...] enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade.”

Pela genealogia, Foucault faz a crítica do sujeito e questiona: como o sujeito foi constituído? O que somos hoje? Somos frutos da engenhosidade dos discursos? O discurso é, pois, focalizado como uma prática violenta entre nós e as coisas, onde seus elementos encontram o princípio da regularidade, veiculando os efeitos do poder, em que a repressão é um dos seus principais mecanismos, “[...] a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2005, p. 55), o poder político tem por função reinserir relação de força numa guerra silenciosa.

Ao vivenciar a forma de vida dos moradores da Vila Princesa, suas necessidades mal supridas e a exclusão em que se insere compreende-se quando Foucault (2005) fala da postura política como sanção que reconduz desequilíbrios de forças que se manifestam nas guerras. A verdade é a norma e esta população foge aos parâmetros normalizadores no que tange a moradias, postura crítica, educação – que lhes é suprimida – comportamentos, sendo suas crianças frutos da degenerescência humana atual.

O II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA), por meio dos seus conselheiros, busca realizar um trabalho de punição e contenção dos abusos contra as crianças e os adolescentes, no entanto, funciona pela denúncia de um fato consumado.

De uma forma geral, neste movimento de captura dos acontecimentos, o conselheiro também é capturado pelas malhas do sistema e num controle acirrado o CTCA disputa com o poder jurídico o julgamento da maioria dos casos e as determinações penais.

O trabalho de punição desenvolvido pelo II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA) se configura na resolução dos casos mais simples, buscando conciliação das partes envolvidas, aconselhamento e estabelecendo penalidades ao encaminhar os casos mais graves ao Ministério Público de Rondônia e/ou à Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) para as “providências cabíveis”.

É possível visualizar respostas em Foucault, quando ajuda a entender que a incorporação deste procedimento na sociedade suprime a visão de violência. O cálculo de punição se dá de acordo com a gravidade do crime e sua repercussão na prática. Neste sentido, o exercício do poder concentra-se na manutenção da ordem pública e na pacificação dos indivíduos figurantes.

As ações do II Conselho Tutelar de Porto Velho/RO (CTCA) com os moradores da Vila Princesa, de acordo com a consulta em arquivos e a análise documental, tem se pautado no atendimento a casos esporádicos, indicados por terceiros (denunciantes) e por “atendimento centralizado” realizado na comunidade por um período determinado – estes, segundo registros, não destacaram os fatos concretos que na prática se observa – mas se fixaram em solicitações de pensão alimentícia e a inclusão do nome do pai no registro da criança, dentre outros desta ordem.

Dentre esses e outros acontecimentos, a violência contra a criança e por ela praticada se estabelece e torna-se um fenômeno que se expande abrangendo parcela significativa da população brasileira, influenciando diversas atitudes no governo das instituições e das próprias pessoas visando o controle deste problema e consequente

diminuição dos mesmos no cotidiano social. Este será o assunto a ser discutido no próximo capítulo deste estudo.

Na abordagem que elaboro, busco enfocar a força da violência contra a criança e por ela praticada no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, mais especificamente na comunidade Vila Princesa no Município de Porto Velho/RO onde a observação deste acontecimento com gênese infantil deu origem ao presente estudo.

CAPÍTULO II

A VIOLÊNCIA INFANTIL

Ao problema “das crianças” (quer dizer do seu número de nascimento e da relação natalidade – mortalidade) se acrescenta o da “infância” (isto é, da sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas desta sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, em suma, da organização desta “fase” que é entendida como específica e finalizada). Não se trata apenas de produzir um melhor número de crianças, mas de gerir convenientemente esta época da vida.

(MICHEL FOUCAULT, 2007b, p. 198-9) Grifos do autor.

Este capítulo tem como objetivo pinçar elementos da violência infantil, enquanto fenômeno cultural que se materializa na sociedade pelas práticas institucionais, de forma determinante, exercendo influências nas políticas e nas atitudes dos adultos em relação à infância, bem como, das próprias crianças contra seus pares e sobre outros.

Utiliza-se de conceitos focados na violência contra a criança para pensar a violência a partir dela. Distribuído em seis subtítulos, busca focalizar a violência sofrida e praticada pela criança, as modalidades de violência intrafamiliar e as estatísticas deste acontecimento.

Procura evidenciar as relações de poder estabelecidas entre a violência e a infância representadas pela lei que quer coibi-la, mas que acaba por referendá-la. A violência contra a criança na trajetória da sociedade ocidental e as repercussões deste acontecimento revela as contradições sociais que a repulsa e a promove.

Entre os ditos e os escritos: a empiria e os procedimentos metodológicos que retratam suas ambiguidades, analisadas por meio dos arquivos selecionados que a pesquisa destacou.

1 Focalizando a violência infantil

A violência infantil é um tema que tem provocado amplas discussões no campo econômico/político/social, visto que afeta a dignidade das crianças e provoca

indignação na opinião pública. Este fenômeno tem movimentado as pesquisas desenvolvidas pelas Ciências Humanas e Sociais nas últimas três (03) décadas, principalmente sob o tema de violências nas escolas.

Sua forma de apresentação é variável. As mais estudadas se encontram na área da saúde e abordam a violência intrafamiliar como principal desencadeadora dos maus tratos e agressividades contra a criança, fomentando uma possível reprodução destas ações engendrando a violência infantil no ambiente escolar.

Apresenta-se demarcado pelo ato de “crueldade” devido à incapacidade física e psicológica de defesa da vítima e transitam do abuso sexual ao da força física, passando pelos trabalhos forçados, pela violência psicológica, fatal, superproteção, negligência e pelo ato de forçar a criança a assumir responsabilidades que caberiam exclusivamente aos adultos.

Este fator tem peso representativo para a manutenção do Estado Nacional na condição de país subdesenvolvido. A distinção entre os conceitos de poder e de violência se contrapõe quando o assunto são as relações sociais, “[...] se esses poderes centralizados ou difusos são negociados permanentemente entre grupos ou indivíduos, o mesmo não se pode dizer da violência” (CRUZ; CARVALHO, 2004, p. 126-7).

Assim, a constituição de gênero na cultura e na história remete a compreensão deste fenômeno na sociedade, com suas formas definidas e marcadas pela hierarquia e pela desigualdade.

No campo da violência infantil, o espaço escolar surge como um local propício ao acontecimento pelo contato das crianças umas com as outras, o que é menos comum na família, salvo quando esta é composta por muitos componentes com pouca diferença de idade, tais como irmãos, primos ou ainda por vizinhos.

É no ambiente escolar que se manifesta a grande oposição entre os pares. Muitos são os motivos. Porém, estudo recente tem sublinhado as relações de gênero como um dos principais responsáveis pelos conflitos internos da escola, contemplando principalmente as modalidades da violência física e psicológica entre as crianças.

Cito a tese de Tania Mara Cruz sob o título **Meninas e meninos no recreio: gênero, sociabilidade e conflito** (2004), que almejou compreender os conflitos

relacionais entre meninos e meninas. À luz da etnografia com base em outros estudos (psicologia, sociologia e antropologia) a autora enfocou diferentes formas disciplinares, priorizando atividades grupais na escola (educação artística e educação física) como recorte de análise.

Segundo Cruz (2004), dos vários aspectos encontrados que figuraram como relações de gênero, destacou-se a força da linguagem como importante veículo interativo, a inter-relação entre as brincadeiras, infância e a gestão dos espaços na escola, os corpos e a sexualidade. Fomentando os resultados que apresentam uma cultura infantil diferenciada produzindo e reproduzindo relações de gênero que tem na escola um dos espaços que acolhe, absorve e expande este tipo de comportamento, como, também, tem grande possibilidade de modificá-lo por meio das suas ações.

Outro estudo busca inter-relacionar a vivência de mendicância infantil com as políticas educacionais implementadas nas creches em locais pobres, falo da tese de Taciana Camera Segat, **Infâncias em uma Vila Popular Urbana: pequenos sonhos na rudeza do cotidiano** (2007), busca em suas abordagens compreender e analisar a inter-relação que envolve o contexto de vida das crianças de uma vila popular urbana de Porto Alegre/RS, visto como determinante no modo de vida dos moradores e das suas relações com a instituição de Educação Infantil por eles construída e gerenciada.

Segat (2007), em seu estudo, visou compreender a rede de inter-relações entre crianças populares, a vida infantil pobre, a comunidade popular, as políticas sociais, a educação da primeira infância e as creches comunitárias/municipal. Numa convivência junto ao grupo pesquisado, a autora buscou compreender o cotidiano e as condições de vida dos moradores, principalmente das crianças de 0 a 06 anos, bem como o relacionamento da comunidade com a escola local.

Entendendo a agressividade como base para a constituição individual e formação de personalidade infantil, a dissertação de Roberta Cavalheiro Haushahn, com o título **Concepções de agressividade no âmbito da educação infantil** (2007), foca-se na educação infantil e na agressividade dentro dos pressupostos freudolacanianos que, segundo a autora, consideram-na como uma tendência estruturante do eu. Tendo como princípio para estudo a insatisfação das professoras de educação infantil frente à agressividade dos seus alunos.

Em seu estudo, Haushahn (2007) explicitou a escassez de discussões e informações acerca deste acontecimento e suas respostas no meio escolar. Nos grupos focais (escuta dos relatos das professoras) a agressividade como influência do meio vem a tona, destacada como uma fase do desenvolvimento ou maneira de se expressar diferenciada da violência.

Os estudos destacados se aproximam da proposta deste relatório de uma forma confluyente. O primeiro: **Meninas e meninos no recreio**: gênero, sociabilidade e conflito (2004), se fixa na relação conflituosa de gênero, o segundo: **Infâncias em uma Vila Popular Urbana**: pequenos sonhos na rudeza do cotidiano (2007), evoca o ambiente pobre de um vila e sua influência na constituição educacional infantil e na relação comunidade/escola e o terceiro: **Concepções de agressividade no âmbito da educação infantil** (2007), se envolve mais diretamente com o acontecimento da violência infantil, sustentando que a agressividade contribui para a construção de personalidade individual. Assim, pode-se entender que a violência infantil na Vila Princesa se encontra neste triângulo de acontecimentos.

2 Violência e infância: o avesso do avesso das relações de poder

A violência infantil na sociedade brasileira promotora do medo carece de reflexões. As investidas governamentais para sua contenção e controle, apesar das boas intenções, tem priorizado mais ações de repressão pós-acontecimento e menos de prevenção.

As escolas tentam impor ordens para diminuir tais casos. No entanto, nem sempre conseguem manter um projeto por muito tempo na linha planejada. Isto muito se deve a cultura escolar reprodutora e arraigada em uma tradição secular e arcaica. A forma de condução em muitos casos desagrada aos maiores interessados e a violência de resistência, como diria Minayo (1994) torna-se real.

Para Minayo (1994), a violência se agrupa em 03 (três) vertentes: 1) A violência estrutural decorre de um foco educacional estruturado, organizado, institucionalizado a saber: a família, a economia, a cultura e a estruturação política que oprimem individual e coletivamente os indivíduos, assim como os preconceitos

de raças, religiosidade, opções sexuais, obstáculos a cidadania, dentre outras. 2) A violência de resistência se dá na manifestação dos indivíduos oprimidos pela violência estrutural, que não aceitam a tentativa de naturalização da repressão. 3) A violência da delinquência, revela-se nas ações contra a lei, promovendo a insegurança social.

Nesse sentido, a falta de acesso das pessoas aos bens que seriam coletivos os exclui cada vez mais de um bem estar ao qual pensam ter direito e pelo qual vivem, trabalham e lutam. O paradigma que está posto não permite uma boa socialização a todos. Está aí para ser decodificado através das verdades inventadas, ficando por conta das organizações e associações proverem ações que lhes seriam benéficas. O jogo de interesses desses grupos maximaliza os benefícios do sistema ao seu bel prazer, aumentando a taxa para a sobrevivência do grupo excluído.

A vida se faz pelo contexto; a conjuntura histórica promulga as sanções de sobrevivência. Nesse ínterim, as famílias fazem suas próprias leis dentro de um território considerado seu por direito, quando da sua constituição. A sociedade de controle que se faz pela vigilância pactuada adentra os lares se infiltrando nas minúcias da vida individual. O poder é sedutor, é criativo e conquista. A exposição dos acontecimentos pessoais e outros elementos particulares são prova disto.

A intimidade dos lares e das pessoas que nele convivem vem à tona num ciclo de urgências infindadas, os acontecimentos comportamentais considerados irracionais escapam da tutoria familiar e a violência intrafamiliar se apresenta numa comprovação de que a razão considerada como característica humana é uma idéia falsa. Suportar esta contradição é dos desafios, o mais difícil, diante da bagagem intelectual de cada um nas suas vivências e imposições educacionais.

Cada casa representa uma célula do poder constituído pelo Estado que, por sua vez, compõe uma hierarquia saber/poder indissolúvel, centralizada e individual e, como na sociedade, as atrocidades se manifestam sem medidas, dentro da família isto também vai acontecer. Na indústria da subjetivação, escravização e do medo se produz e reproduz o domínio e a soberania.

O processo de socialização não é fácil para o indivíduo, pois, vive em meio às imposições dos “guardiões” do saber e da verdade que o diluem a mero capital

humano, onde a relação com quem não tem cara e não é palpável amarra o sujeito e o detém sob forte regime disciplinatório e de controle social total.

Os acontecimentos têm origem nessa relação perigosa da sujeição à opressão, a recuperação da integridade do sujeito estaria em bases educacionais socializantes, enquanto a própria justaposição biopolítica encaminha-o para uma noção de vida individualizante. Como sobreviver nesta contradição?

Para a própria sobrevivência, o indivíduo tornou-se responsável por sua existência, historicamente desenvolveu um processo de domínio/poder/disciplina sobre si e sobre o outro, diversas formas de se manter soberano e com o domínio que pensa ter, busca disciplinar e manter uma ordem que é a sua verdade. Esta vontade de verdade visa descaracterizar o outro e o manter escravo do seu querer.

Vontade de verdade/vontade de poder, ponto do processo da divisão e do domínio do adulto sobre a criança. Através do controle e da disciplina impostos sobre o sujeito constituído, acontecimentos surgem sob receitas culturais que se estabelecem e se disseminam. Estratégias e táticas são pensadas como forma tecnológica de conquistas e sucessos pela criação de novas instâncias discursivas e de ação.

A legitimização dessas posições está posta nos conceitos do poder soberano atrelados ao biopoder e prescritos pelo saber/poder que antes determinava quem viveria e quem morreria, situação invertida ao limiar da nova ordem, numa trama microscópica e ultrapoderosa.

Segundo Foucault (2005), saber e poder justapostos representam o domínio que justifica a soberania de uns sobre os outros, permitindo sua utilização sobre aqueles sem força física ou moral, onde se enquadram as crianças que passam a internalizar essas formas de poder e a aceitá-las como verdadeiras, adequando-se ao sistema.

Assim, para Foucault, o poder se faz em redes de interesses, não se fixa numa pessoa, é efêmero, momentâneo, todos têm vontade de poder e quando o tem, sentem-se fortes e por tempo determinado se colocam acima do outro impondo regras de convívio. Assim fazem os adultos sobre as crianças. Para a criança, os adultos sendo os pais ou não, trazem em si a figura do soberano, do poder

incorporado, até pela estatura do corpo, sendo esta postura foco “educativa”, que tem na criança seu potencial propagador.

3 A (in) utilidade infantil

O ser/estar criança, fase transitória antes vivida e ignorada, encontrou com a invenção do estado infantil, sua definição e periodização de tempo vivido, uma seara de curiosidades. Registra-se que na Antiguidade era comum e obrigatório o descarte das crianças que nascessem deficientes e, caso houvesse necessidade do Estado, em manter-se ativo e soberano; também, abortava-se e tolerava-se o infanticídio àquelas que representassem uma sobrecarga às bases de sobrevivência familiar.

A queda do nível de vida dos cidadãos provocaria consequentemente, o declínio do Estado/Nação e isto seria catastrófico à governabilidade local. O aborto e o infanticídio passam a representar um pressuposto necessário ao equilíbrio social, devendo ser acatado pelos cidadãos residentes nas cidades onde houvesse o impedimento da exposição e abandono dos recém-nascidos.

Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação; se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deveria ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação de vida) (ARISTÓTELES apud CORAZZA, 2004, p.65).

Essa prática abortiva e infanticida figurava com naturalidade, sem o menor constrangimento ou sentimento de pudor, medo ou apego. Os recém-nascidos, vistos como animais dispensavam cuidados extremos. Quando indesejados, eram doados, expostos ou abandonados à própria sorte.

A desvalorização da criança avança no tempo e é no apogeu da cristandade, século XII, segundo Ariès (2006), que se começa a pensar na existência da infância enfatizando a criança como possível gênese do adulto perfeito. A princípio referenciada com a pureza, a delicadeza e a inocência atribuída aos anjos, devido naturalmente à expansão da fé religiosa entre a população.

A imagem de Deus era cultuada como perfeição e idealização do adulto. Crianças que nascessem com qualquer comprometimento físico ou mental poderiam ser sacrificadas como forma de preservação da imagem divina. O sexo feminino como não gozava das características da imagem da soberania divina ocupava um espaço de segundo escalão – por ser castrada.

Isso era perpetuado de forma ostensiva a garantir um modelo ideal de homem calcada na imagem de Deus, livres de pecado necessário para a guarda do adulto e o culto a doutrina religiosa, garantia da religiosidade humana.

No limiar do Século das Luzes (século XVIII) ainda se praticava com frequência o descarte dos recém-nascidos e das crianças pequenas, pois não eram valorizados como seres humanos. Enjeitados e abandonados nos lugares mais diversos, dispostos aos desafios das mudanças climáticas, muitos não sobreviviam.

Segundo Corazza (2004), ao amanhecer era comum encontrar crianças abandonadas nas ruas, nas matas, nas portas das casas ou das Igrejas, amarradas em cestos que flutuavam às margens de rios, quando estes não afundavam, ou partes dos corpos daqueles recém-nascidos que serviram de refeição fácil aos animais.

Pela vida dos “inocentes” abandonados surge a técnica da “Roda das expostas”, normalmente em Hospitais e Conventos para que, de forma “digna”, os responsáveis pela criança se livrassem do Ser indesejado. Humanizava o suplício de quem as abandonava e o suplício da criança, dando-lhes no mínimo uma oportunidade de vida, pela guarda a terceiros para adoção.

A “Roda das Expostas” nasceu da indignação do Papa Inocêncio III quando, na Roma do século XIII, os pescadores ao puxarem suas redes do fundo das águas do Rio Tibre traziam junto aos peixes, corpos de recém-nascidos assassinados por seus próprios pais. O Frei Guy de Montpellier, designado pelo Papa, criou um serviço no Hospital do Espírito Santo, em Roma, para receber as crianças enjeitadas.

Um buraco foi aberto na parede do Hospital e neste local era encaixada uma caixa cilíndrica. As crianças indesejadas eram deixadas ali pela mãe que, num gesto, girava a Roda, se livrava da criança e tinha sua identidade ocultada pela frieza do paredão e pela penumbra da rua deserta para onde a mesma se voltava. Este serviço expandiu-se por toda a Europa e em seguida para outros países.

A primeira Roda no Brasil foi instalada na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, no ano de 1726. Segundo informações contidas no site desta instituição de saúde:

[...] Salvador tinha em torno de 30.000 habitantes e o abandono de crianças já se constituía num sério problema. Todas as manhãs podiam ser encontrados, nas ruas da cidade, corpos de recém-nascidos deixados à própria sorte por seus pais, e que acabavam mutilados por cães e porcos.

O Vice-Rei Vasco Fernandes de Meneses (Conde de Sabugosa), reagiu ao problema do descarte de crianças e ordenou à Santa Casa a criação de “uma Roda para acolher os bebês enjeitados”. No ano de 1734, o rei autorizou a Roda do Asilo do Santo Nome de Jesus que funcionou até 1862, então foi transferida para a Pupileira, onde funcionou até 1935. Outros Estados¹² brasileiros também dispuseram deste serviço.

Justificada e aceita normalmente como saída para um dos nós da ordem social, a função da Roda era ofertar a vida às crianças condenadas ao abandono. A Roda foi um local que recebeu todos os tipos de crianças, porém nem sempre a necessidade de alimento e abrigo foi a base para a supressão das responsabilidades paternais e maternas, mas pela crença de que ali havia a instrução e a disciplina necessárias à formação, bem como o acolhimento¹³.

Jean-Jacques Rousseau, ao julgar-se incapaz de criar seus cinco filhos, os expôs na “Roda”.

Isso me seduziu; formei meu modo de pensar de acordo com o que via dominar entre pessoas gentis e no fundo tão honradas; e a mim mesmo disse: Já que é este o costume da terra posso segui-lo porque nela vivo. Eis o que eu procurava. Resolvi segui-lo com a alma leve, sem o menor

¹² “[...] Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e ainda em São Paulo (1825), já no início do império. Outras rodas menores foram surgindo em outras cidades após este período”. Verbete de Jussara Gallindo.

¹³ Eis um exemplo de uso para a Roda no Brasil: “(...) Entra hoje, 26 de maio de 1902, o inocente que se chamará José Maria, branco, nascido a 24 de maio de 1902, natural deste Estado. Será retirado por quem apresentar um documento idêntico a este no dia que completar três anos de nascimento. Não é levado ahi por abandono de sua Extremosa Mãe; pois ella comprehende o verdadeiro Amor e Deveres Maternais e tem recursos intellectuais e pecuniários para ministrar-lhe o indispensável. É unicamente por Dignidade Pessoal e de Família, que é indispensável cohonestar por algum tempo, isto é, não tendo a criança em casa alguma particular, para não apparecerem maos juízos ou conclusões que comprometam, pois é fructo de um - Amor Infeliz!!! (...)”. Disponível em: <<http://www.santacasaba.org.br/curiosidades.php>>

escrúpulo; e o único que tive que vencer foi o de Thérèse, com quem tive o maior trabalho do mundo para obrigar a adotar aquele meio único de salvar sua honra. A mãe que, além disso, receava novos embarços com a filharada, tendo vindo em meu auxílio. Thérèse deixou-se convencer. (ROUSSEAU, apud CORAZZA, 2004, p. 106).

Uma forma de acolher e controlar a população infantil indesejada, o recurso da “Roda” enquanto discurso tornou-se um instrumento e um meio de captação das crianças que eram expostas, enquanto prática, um depósito de meninos e meninas sob a tutela do Estado, um cabide de fraudes e corrupções em nome de uma dada ordem social daquele momento.

[...] mães que levavam seus próprios filhos para a Roda e, em seguida apresentavam-se na instituição oferecendo-se como amas-de-leite, de modo a receberem o pagamento mensal; senhores que mandavam suas escravas depositarem os filhos na Roda, para depois irem buscá-los a fim de serem amamentados com estipêndio e, finda a criação paga, continuarem com as crianças como escravas; amas-de-leite que não declaravam a morte das crianças à Santa Casa para continuarem recebendo os salários, como se as crianças estivessem vivas; ‘amas externas que costumavam escravizar ilegalmente os abandonados’; tesoureiros desonestos que ‘matriculavam’ expostos já mortos, pagavam criadeiras inexistentes, forjavam listas de rações com preços exorbitantes, inventavam dotes às meninas expostas de idade inferior a dezoito anos, faziam constar das despesas crianças que não tinham mais direito à pensão pela idade completa, ou que haviam ficado em casa das criadeiras, ou tinham sido adotadas (CORAZZA, 2004, p. 81). Grifos do autor.

A preocupação com a educação pela disciplina normalizou o pensamento moderno, que buscou conhecer e dominar o “espírito infantil”. Enquanto um ser estranho e ameaçador, diverso em constituição de personalidade, sua subjetividade e ingerência nas atitudes, fomentavam a insegurança no adulto, promovendo o interesse de entendimento e suscitando a constante elaboração de políticas próprias de contenção, controle e regulamentação.

Nessas práticas, o controle e o domínio se encontram interligados e exercem o poder em bases complementares. Suas composições se fundamentam, pode-se dizer, totalmente na disciplina dos corpos e mentes na instrumentalização da repressão, criando uma falsa noção de liberdade e o livre arbítrio. A materialização do poder se manifesta por meio de forças quer suas origens sejam físicas ou psicológicas, mas tendo o mesmo propósito: a vigília do controle.

Nessa convergência as ações ultrapassam a noção da conduta ética da vida em sociedade e fazem emergir atos que violentam a experiência de vida de muitas crianças, pois as regras estabelecidas impõem condutas. O domínio pela força repressiva tem sua gênese arraigada na História das guerras, nas políticas coercitivas e controladoras da população, com maior vulnerabilidade para o seguimento populacional infantil.

A responsabilidade, a guarda, a pseudopropriedade do adulto sobre a criança, supostamente seu “proprietário” lhe garante lançar mão de “formas de correção” disciplinares marcadas por coerção, nem sempre brandas em sua tecnologia. Enfatizando a fragilidade e o elo da corrente familiar antes inexistente, Ariès (1981), destaca que muitas crianças não sobreviviam por muito tempo e que este acontecimento era aceito com naturalidade pelas pessoas, sendo uma das razões para a não valorização das mesmas enquanto seres humanos em sua gênese.

Viviam na expectativa de que logo nasceria outra criança e tudo estava bem. Cita Ariès (1981) uma passagem do século XVII por **Le Caquet de l'accouchée** (1622), que relata o apoio de uma vizinha a uma mulher que havia dado à luz e já tinha outros cinco filhos: “Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos” (ÁRIÈS, 1981, p. 22).

A valorização da vida infantil atingiu extremos com a legalização do assassinato das crianças da Antiguidade grega ao século XVII quando nasciam com algum tipo de comprometimento. Era uma prática oficial coordenada pela cultura de forma que até os dias de hoje esse princípio se mantém por algumas tribos indígenas. O sacrifício representava a superação de um problema.

As mortes constantes estariam ligadas ao ambiente e a ausência de higienização e cuidados com a saúde. Por meio das intervenções da medicina (arcabouço do saber) e a urbanização francesa (manifestação do poder), tornou-se essencial a missão de combate às mortes e controle da população pela manutenção da vida, como aponta Foucault na obra **Microfísica do poder** (1979).

Estas atitudes se enquadravam na relação de poder adultocêntrica determinante e determinadora das condutas sociais de soberania e imposição de valores temporais, delimitadas por momentos históricos das concepções de infância

por cada sociedade, explicitadas nas práticas sociais e culturais, reforçadas pelas práticas pedagógicas.

4 Escola *versus* violência

Nas últimas duas décadas do século XX, o tema da violência na escola toma forma e torna-se foco de estudos, segundo Neves (2005)¹⁴, favorecido pelas “[...] políticas aplicadas à educação no processo de democratização (Zaluar, 1999, Peralva, 2000)”, dentre outras. Um balanço sobre a violência nas escolas analisa essas pesquisas em nível de Brasil e destaca a grande atribuição destes acontecimentos como fato exterior à escola.

No ano de 2001, Marília Pontes Sposito mapeou as pesquisas acerca da violência nas escolas e esclareceu que o debate sobre este tema e suas relações com protagonistas e vítimas é intenso, porém a assimilação pelos pesquisadores é lenta, o que muito se deve a “[...] inexistência de um programa nacional de investigações sobre violência escolar proposto pelo Poder Público através de suas agências de fomento à pesquisa” (SPOSITO, 2001).

Outro fator destacado nesta análise é que “[...] é preciso reconhecer a fraca indução por parte dos organismos públicos. Não é possível desconsiderar, também, que o interesse acadêmico pela questão ainda seja bastante incipiente” (SPOSITO, 2001).

As iniciativas tomadas pelas políticas de segurança pública estrategicamente ignoraram naquele momento a prevenção e investiram seus esforços na linha da repressão dos acontecimentos e punição dos envolvidos. Isso deu aos ambientes escolares um perfil almejado, porém com certa temeridade.

Assim, nos anos de 1990, segundo Sposito (2001), inicia-se a discussão sobre o fato de que a violência não é um fenômeno apenas externo à escola, mas sim, brota das suas entranhas.

¹⁴ Neste Relatório existem citações em que a página foi suprimida em razão de que a mesma tem origem em artigos dentre outros textos retirados da internet, onde a paginação inexiste, porém, as referências aos mesmos estão registradas no local apropriado. Cito: Neves (2005), Azevedo (2007), Sposito (2001), dentre outros.

Que as condições fora do ambiente escolar dão norte à violência na escola, não se pode contestar, porém a escola com seu sistema de ensino e ações diárias em todos os âmbitos também produz violência de diferentes modalidades em suas atribuições disciplinatórias que visam controlar e conter palavras, gestos e atitudes, não somente dos alunos, mas de todos aqueles que adentram este espaço.

O trabalho desenvolvido pelas rondas escolares atualmente comuns colaborou com esta percepção, visto que o conflito gerado entre alunos/alunos ou alunos/equipe pedagógica acontece majoritariamente dentro do espaço escolar.

Com a modernidade, a função educativa da escola estreita laços com a opressão, com vistas ao domínio e ao controle das ações humanas. Ao passar dos anos, mudaram-se as estratégias de proximidade/distanciamento entre as ações escolares e a sua finalidade. No entanto, a vigília e a punição no processo educativo são presenças marcantes e acompanham os ideais de quem o produz.

Regras e normas na escola como forma de ensinar pelo controle das ações dos alunos têm seu princípio justificado em Durkheim (1925), que, segundo Neves (2005), assim emitiu seu pensamento sobre a função escolar:

Para ele, a criança seria marcada pela ausência porque lhe faltariam qualidades morais, ou seja, careceria de condutas recomendadas para a convivência social. Os adultos, portanto, deveriam educar a criança a fim de suprir essa ausência, transformando-a em um ser social e moral e neutralizando sua natureza: o “mal natural” deveria ser contido pela disciplina e pelo controle, propiciadores dos limites morais e de uma multiplicidade de obrigações e regras às quais as crianças deveriam ser submetidas na escola.

Neves (2005), fala sobre a ultrapassagem necessária das origens da função escolar nos dias atuais buscando amenizar as possíveis conexões com a violência escolar e, citando Luiza Camacho (2001, p. 129), acrescenta:

[...] mesmo reconhecendo o valor e as contribuições do legado de Durkheim à educação e, acima de tudo, que os ideais da escola tradicional ainda estão fortes e presentes no cotidiano de muitas escolas, é necessário ir além e buscar novos caminhos.

Urge a compreensão das relações múltiplas entre violência escolar, suas modalidades e a dinâmica presente nos mínimos detalhes da composição social presente no espaço escolar. Sendo de grande importância os estudos debruçados sobre esta questão como estes que, segundo Neves (2005):

[...] ressaltam a presença efetiva de práticas violentas na unidade escolar e abordam desde a problematização da indisciplina (Aquino, 1996) até a presença de gangues no interior da escola (Aquino, 1996; Abramovay, 1999, 2001, 2003, 2004; Camacho, 2001; Sposito 1998; Zaluar, 2001).

Abramovay e Rua (2002) utilizam duas definições para violência na escola como citado no artigo **A violência e a escola: caso Brasil**, publicado em seu site na internet:

- 1) Intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no trânsito, (disfarçada sob a denominação de “acidentes”), além das diversas formas de agressão sexual. 2) Formas de violência simbólica (abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade); verbal; e institucional (marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder).

Complementando, Abramovay e Rua (2002), asseguram que todo ato que rompe com a estabilidade social usando a força é considerado uma violência. Neste sentido, a comunicação responsável por uma socialização harmoniosa fica comprometida gerando conflitos.

Ao pensar sobre o que poderia ser gerador de violência, busquei significados etimológicos para alguns conceitos que seriam seus dispositivos e pressupostos.

Os conceitos que seguem tiveram como fonte um dicionário internacional da língua portuguesa (Priberam) e outro dicionário etimológico nacional (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). Busquei captar suas conceituações e aflorou a

semelhança de resultados, embora não houvesse definição para a palavra violência no Priberam.

Com efeito, conflito, de acordo com o Priberam (2009), é uma palavra que vem do latim *conflictu* e significa: “1. choque, embate das pessoas que lutam; 2. peleja; 3. recontro; 4. discussão; 5. altercação; 6. desordem; 7. antagonismo; 8. oposição; 9. conjuntura; 10. momento crítico.”

Para Ferreira (2007, p. 256), conflito quer dizer: “1. luta, combate; 2. guerra; 3. enfrentamento; 4. oposição entre duas ou mais partes; 5. desavença entre pessoas, grupos; 6. divergência, discordância de idéias, de opiniões.”

A agressividade aparece no Priberam (2009) como: “1. disposição para agredir; 2. combatividade.” Ferreira (2007, p. 103) a define por: “que denota agressão.”

A indisciplina, do latim *indisciplina*, para o Priberam (2009), se apresenta como: “1. falta de disciplina; 2. desobediência; 3. sublevação; 4. rebelião; 5. desordem.” Segundo Ferreira (2007, p.474), é o “procedimento, ato ou dito contrário a disciplina.”

Assim, os conceitos apresentados se relacionam com a violência, por serem uma espécie de dispositivos que a pressupõe como diz Marilena Chauí (1998), citada por Neves (2005), “[...] o ato de violência é definido pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pelo terror”.

Para Demartini (2002), ouvir as crianças é um aprendizado da maior urgência na contemporaneidade. Segundo a autora, existe uma infinidade de problemas que são fomentados pela falta de entendimento e diálogo limitado ou inexistente entre adultos e crianças e, quando há, apresentam-se marcados pela posição de comando que incitam a ordem do adulto e seu respectivo cumprimento pela criança.

A incapacidade atribuída às crianças decorre da normalização de um pensamento social em que desconsidera as suas expressões ou reportam a elas com discursos referendados justificados pelo controle sobre o infantil que nos últimos séculos desfila no imaginário adulto e na tradição que deposita na escola a responsabilidade de bem educá-la, subjugando suas manifestações que parecem ter como fim, a atração da atenção do outro para si.

A repressão escolar (assim como outras formas de repressões sociais) tem em sua cultura um afirmativo de discriminação, pelo tratamento desigual que em muitos casos faz parte das ações cotidianas, promovendo a exclusão das crianças pobres (intelectualmente e economicamente), incorporando critérios de avaliação de aprendizagem firmados na disciplina e no comportamento, que muitas vezes torna-se subsidiária, para os conflitos, a agressividade e a própria violência.

Dessa forma, para Aquino (1998), não há como o indivíduo estar livre de uma institucionalização (família, escola dentre outras) e, citando Guimarães, o autor reforça:

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora das experiências de opressão, de violência, de conflitos, advindas do plano macroestrutural. É importante argumentar que, apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina (GUIMARÃES, 1996, p. 77 apud AQUINO, 1998, p. 10).

Mas não só de conflitos declarados e violências destacadas e públicas estão sujeitas as crianças que enfrentam o cotidiano escolar. Na escola também há espaço para o sofrimento infantil silencioso, que se manifesta abundantemente e merece atenção, pois representa outra forma de resistência ao sujeitamento e consequentemente violência. O silêncio do discente nem sempre significa consentimento pelo que está posto. Cruz (2004) o retrata como *silêncio-denúncia*.

Outra questão latente causadora de atrito entre as crianças concerne na diferença de gênero e os possíveis favorecimentos que o fato de ser menino ou menina possa influenciar em determinados acertos e/ou premiações. Esta prática encontra no ambiente escolar um possível campo propício para fixação.

Segundo Xavier Filha (2008, p. 135) “Gênero é um conceito que se diferencia do que se convencionou chamar de sexo. Enquanto sexo (macho; fêmea) se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero estaria ligado à sua constituição social [...] masculino e feminino”, indicando relação entre os indivíduos e com a sociedade.

Citando Louro (2000, p. 98) complementa: “Uma identidade é sempre, necessariamente, definida em relação à outra, depende de outra – na afirmação da identidade, inscreve-se a diferença” (XAVIER FILHA, 2008, p. 138).

4.1 Violência infantil: reprodução das vivências silenciadas?

A cultura carrega o ônus de ser naturalmente responsável pela formação do indivíduo. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, a cultura machista se coloca em um patamar elevado e a violência física, psicológica, sexual e fatal contra as crianças e entre elas também figura como um fermento nas relações de gênero conflituosas.

Por vezes são forçadas a compreensão e adaptação, como ressalta Xavier Filha (2008), trazendo para “[...] discussão a temática da violência para além dos discursos moralizantes, deterministas e maniqueístas, deslocando a questão ora tratada da sua forma isolada, para situá-la como um *constructo* social” (XAVIER FILHA, 2008, p. 126).

Assim, insere em seus escritos os conflitos das relações de gênero, uma questão que marca quando o assunto é violência nas escolas. Buscando contribuir com a pauta desta discussão destacando “[...] a violência como produção humana”. (XAVIER FILHA, 2008, p. 127) aborda a problemática de 02 (dois) filmes em que a constituição de identidade é forçosamente imposta a crianças. O primeiro apresenta as relações de poder exercidas pelo homem: “*O despertar de um homem*” (1993), em que a supremacia forçada da masculinidade como postura de poder individual é imposta na constituição de identidade masculina de um menino.

O segundo filme, “*Marcas do silêncio*” (1996), contempla as formas de constituição da identidade feminina sob o menosprezo e a violência física e psicológica tanto da mãe quanto da filha.

Muitas crianças têm a vida marcada pela violência intrafamiliar – ainda que silenciadas pelo medo – vítimas de agressões como submissão forçada ao pátrio poder e transmissão cultural de disciplinamento. Com seus direitos negados e seus interesses ignorados pelas atitudes matri/patriarcais e pela falsa noção de educação, destaca-se o desrespeito aos direitos de uma possível vivência em harmonia.

Ao citar Deacon e Parker (2002), Neves (2005) argumenta que a agressão verbal, física ou mediante atitudes de rebeldia, “[...] não é nunca oposta ao poder; em vez disso, o poder produz múltiplos pontos de resistência contra si mesmo e, inadvertidamente, gera oposição”.

Assim, com o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), o Ministério da Saúde visa propor as diretrizes para a contenção dos atos abusivos pelo pátrio poder, em parceria com outras Instituições¹⁵ que desenvolvem estudos acerca da infância e da violência. Juntos elaboraram o Relatório “Violência contra a criança e o adolescente: uma proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica” (1993), conclamando uma articulação entre os profissionais da saúde e da educação para a discussão e controle dos abusos por meio do lançamento de propostas.

O Relatório “Violência contra a Criança e o Adolescente: uma proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica” (1993) afirma que a timidez participativa dos profissionais (médicos, professores, psicólogos), não notificando os acontecimentos por eles atendidos, proporciona a continuidade da violência no meio social.

Essa pressuposta “timidez” dos profissionais também fomentaria a existência da violência entre as crianças pelo “exemplo permitido” gerador de uma reação de resistência em casa e manifestação no recinto escolar?

Citando Guerra (1992), diz o Relatório:

[...] há uma LEI DO SILÊNCIO, em torno da violência doméstica dirigida à criança e ao adolescente, inclusive por parte dos profissionais que, ao se defrontarem com a questão, abstêm-se de discuti-la cientificamente e até mesmo de recorrer às chamadas instâncias de proteção à infância para a notificação de casos, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (grifos do autor).

Outros trabalhos publicados sobre o assunto demonstram em seus resultados com bases nas estatísticas que, após a promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), a violência tem se expandido e ampliado, exigindo maiores

¹⁵ a) Organização Mundial da Saúde - Organização Panamericana da Saúde - OMS/OPAS. b) Coordenação Materno Infantil do Ministério da Saúde - COMIN-MS. c) Centro Latino Americano de Estudos Sobre Violência e Saúde - CLAVES/ENSP/FIOCRUZ. d) Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - CRAMI. e) Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio. f) Laboratório da Criança - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. g) Gerência de Programas de Saúde do Adolescente - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - SMS/RJ. h) Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA. i) Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ.

cuidados e a busca de possíveis amenizações por meio de prevenções e campanhas educativas.

Um dos eixos destes estudos é realizado sob a coordenação da Dr^a Maria Amélia Azevedo, do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da USP.

Todas as obras estudadas das autoras Azevedo e Guerra enfatizam o histórico da violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil. Estatísticas são crescentes a cada ano (este estudo dissertativo focalizou os anos de 1996 a 2007). São elas: **Violência doméstica na infância e adolescência** (1994); **Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes** (2004); **A ponta do iceberg: dados de incidência e prevalência. Brasil – 1996 a 2007** e **Apresentação: como não mentir com estatísticas. Brasil - 1996 a 2007**.

A palestra **Prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes**(2004), proferida pela Dra. Viviane Guerra, no **I Seminário Regional de Combate à violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes – Ação em Debate** – segue as mesmas análises das suas publicações.

Os trabalhos acima (referentes aos estudos do Laboratório de Estudos da Criança - LACRI/IP/USP) encontram-se em destaque no presente estudo por intermédio das formulações em modalidades e apreensão do problema que os tornam diferentes dos demais mapeados quando realizado o estado da arte deste Relatório.

Os filmes citados e discutidos por Xavier Filha (2008) trazem em seus comentários baseados no poder exercido pelo adulto sobre a criança uma questão importante para reflexão de todos aqueles (pais, professores dentre outros) que têm sob sua responsabilidade crianças de toda e qualquer idade, pois, por vivenciar o contexto social formador, contribui com sua perpetuação, ainda que seja imperceptível a si mesmo, também é responsável pela constituição de identidades, e a intolerância entre os sexos.

A resistência e a reprodução geram conflitos individuais que por vezes explodem no coletivo como marca de manifestação cultural de um grupo ou indivíduo. “Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e

totalização própria às estruturas do poder moderno” (FOUCAULT, 1995, p. 239 apud NEVES, 2005).

Assim é perceptível a inter-relação entre a resistência e o poder; um não se dá sem o outro e neste liame a agressividade e os atos violentos promovem movimentos de intensos desajustes causadores de intrigas entre as crianças.

4.2 Das modalidades de violência maculadora da infância

Ao discutir os conceitos de violência no patamar do Laboratório de Estudos da Criança, busco aflorar as várias formas em que o adulto faz prevalecer o seu poder sobre a criança, dando exemplos de “supremacia” aos quais a criança tem a possibilidade de acatá-las e reproduzi-las em suas relações entre pares no espaço escolar.

Dos trabalhos enunciados sobre a violência contra a criança e o adolescente, Azevedo e Guerra (2007) agrupam-na em seis formas diferenciadas de modalidades. Mencionam que: a violência contra as crianças se manifesta de diferentes formas: a) física; b) psicológica; c) sexual; d) negligência; e) fatal e; f) superproteção. Todas com alto grau de perversidade, costumam deixar marcas profundas na conduta comportamental daqueles indivíduos a ela sujeitos.

A modalidade da violência física caracteriza-se pelo uso da força, vista como essencial pelos pais ou adultos próximos (familiares), no processo educativo e disciplinar, como destaca Azevedo (2007), “[...] desde a palmada no bumbum até as agressões com armas brancas e de fogo, com instrumentos (pau, barra de ferro, taco de bilhar, tamancos etc.) e imposição de queimaduras, socos, pontapés.”

Segundo Azevedo (2007), em alguns “[...] países como a Suécia em 1979, a Finlândia em 1983, a Noruega em 1987 e a Áustria em 1989 as legislações proibem o uso da punição corporal em todas as modalidades nas relações entre pais, filhos e responsáveis.”

Estudando a violência psicológica contra a criança em Garbarino (1996), Avanci (2005, p. 702) comenta:

[...] a violência psicológica contra a criança e o adolescente é caracterizada como uma agressão orquestrada por um adulto. As ações executadas por esse adulto são no sentido de: rejeitar (ele se recusa a reconhecer a importância da criança e a legitimidade de suas necessidades); isolar (ele separa a criança de experiências sociais normais, a impede de fazer amizades e a faz acreditar que está sozinha no mundo); aterrorizar (a criança é atacada verbalmente, criando um clima de medo, ameaça, fazendo-a acreditar que o mundo é excêntrico e hostil); ignorar (ele priva a criança de estimulação, reprimindo o desenvolvimento emocional e intelectual) e por fim, corromper a criança (o adulto conduz negativamente a socialização da criança, estimula e reforça o seu engajamento no comportamento anti-social). Assim, qualquer consideração sobre a violência psicológica depende grandemente do contexto sociocultural [...].

Azevedo (2007) corrobora com este pensamento quando descreve a violência doméstica psicológica que se caracteriza pelo sofrimento mental causado à criança, quando o adulto a menospreza desvalorizando o seu poder de cognição, por vezes ameaçando-a de abandono, provocando-lhe o medo e a ansiedade.

Suas formas de manifestação incorporam o isolamento emocional, as dificuldades de fala, a ausência de contato visual e o medo real ou aparente que a criança sente do seu algoz.

Essa postura cristalizada nas relações sociais contribui para fomentar a cultura do fenômeno da violência infantil, pela reprodução da vivência que compõe um ciclo de vida descontínuo e real.

Todo ato ou jogo sexual, hetero ou homossexual entre adultos e crianças e/ou entre adolescentes e crianças se caracteriza por violência sexual, quer venha a ser para estimulação sexual da vítima ou obtenção de prazer pelo agressor. “Ressalte-se que em, ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré” (AZEVEDO, 2007).

Esse processo reforça a violência física quando provoca lesões no corpo e a violência psicológica quando provoca o isolamento emocional e a precocidade em temas sexuais.

Abusa-se sexualmente de uma criança de duas formas: com contato físico forçando a relação consumada sob uso de violência física ou ameaçando-a verbalmente, ou sem contato físico, assediando-a através de palavras e posturas vulgares, pelo constrangimento com olhares intimidatórios e inserindo a criança na pornografia infantil por meio de fotos, filmagens ou sexo explícito.

Em qualquer um dos casos, constata-se a manifestação do poder hierárquico e abusivo do adulto, seja para conseguir algum tipo de prazer, satisfação interior ou pela exploração sexual do menor em troca de dinheiro ou outra forma de pagamento.

A negligência consiste na omissão do provimento das necessidades básicas, físicas ou emocionais de uma criança, quando há falhas na alimentação, vestuário, educação e orientações, quando tais atitudes estão ao alcance de realização pelos pais ou responsáveis sendo suprimidas por descuido ou falta de atenção.

Para Azevedo (2007), a negligência pode se apresentar como moderada ou severa, caracterizada pela exposição aos perigos e riscos de doença e de morte, pelas condições ambientais degradantes oferecidas à criança em seu cotidiano.

Outro fator agravante é o abandono, deixá-las a sós por diversos dias atribuindo-lhes responsabilidades com sua própria provisão e compromissos, como ir a escola ou cuidar de irmãos mais novos. Nesses casos, muito se atribui a desordens de personalidades dos responsáveis que se enquadram como dependentes de drogas e do álcool. Azevedo e Guerra (2007) buscam incorporar este termo na chamada supervisão perigosa através da ampliação conceitual.

A violência fatal é segundo Azevedo (2007), aquele acontecimento violento que leva a criança ao óbito, geralmente praticada em família contra crianças e/ou adolescentes. Segundo a autora, tem sido denominada, impropriamente, de infanticídio (morte nas primeiras horas de vida), assassinato infantil (morte de crianças dentro ou fora do lar) ou filicídio (morte dos filhos praticadas por pais consanguíneos ou por afinidade).

Esses termos são impróprios por serem parciais não contemplando as inúmeras formas do acontecimento, muitas vezes aglutinando fatos numa mesma perspectiva, generalização através de omissões fatais e conceituações de caráter legal, contraposta às conceituações médicas ou populares.

No pensamento de Michel Foucault, seriam os saberes locais, descontínuos e não legitimados sendo sobrepostos pelo saber centralizado no discurso científico dito verdadeiro, numa atividade genealógica de desvalorização discursiva.

A superproteção familiar é para Azevedo (2007), quando os pais ou “cuidadores” da criança abusam do ato de protegê-la, isolando-a do convívio social. Esta atitude é tomada pelos pais diante da insegurança que há na região em que

moram, com o alto índice de criminalidade ou qualquer outro medo irracional que possam ter. Existe outro fator de isolamento e superproteção caracterizado, quando o ambiente em que a família da criança vive é afastado da cidade e, conseqüentemente, do convívio social (sítios, fazendas dentre outros).

Para Azevedo (2007), esse comportamento por parte dos pais ou responsáveis dá abertura ao isolamento emocional e social da criança, desenvolvimento de timidez excessiva, limitação de amigos, desempenho escolar excelente na infância e difícil na adolescência, uma ausência de contato visual e agressividade em família.

Ainda segundo Azevedo e Guerra (2007), terá dificuldades de linguagem, medo de novas relações, falta de interesse sexual e incapacidade de cuidar de si mesmo. Estes são outros pontos negativos da superproteção, sem contar que a criança evita estar em lugares públicos e, quando vai, procura não se envolver com nada que esteja em pauta.

A vulnerabilidade ao perigo quando a criança mora na rua é outra forma de se cometer violência contra ela, pelos riscos de morte, presentes nas condições degradantes de vida, com a má alimentação, falta de higiene e propensão às doenças ou pelos atropelamentos, assim como a violência física, sexual e policial, drogas, exploração do trabalho infantil e as doenças sexualmente transmissíveis.

A afetividade das relações familiares é quebrada, deixando um vácuo de incertezas e luta pela sobrevivência a qualquer custo, favorecendo a agressividade e os conflitos, dispositivos da violência.

4.3 As estatísticas assustam. E a lei?

Reintero que, ao conceituar os estudos realizados dando ênfase aos resultados do “Programa Plurianual de Pesquisa Lacri”, alojado no Departamento de Psicologia da USP entre os anos de 1996 a 2007, busquei apresentar a vitimização da criança como um dos possíveis motivos para a reprodução da violência por parte da mesma no ambiente escolar.

A citada pesquisa colocou em evidência a ocorrência de casos de violência contra a criança no Brasil, trazendo ao conhecimento um alarmante quadro de

acontecimentos como apontam os dados estatísticos apresentados pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP).

A vida transcorre em meio às diversas modalidades de violências destacadas. A alusão aos Direitos Humanos e as campanhas em favor da paz têm por objetivo diminuir estes acontecimentos no meio social e escolar. Há dezenove anos uma lei foi elaborada para esta finalidade, ainda que estabeleça várias contradições e ambiguidades.

O **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990) veio para atuar entre outros enfoques sobre os crimes e infrações cometidas contra crianças e adolescentes, punindo o abuso do pátrio poder, das autoridades e dos seus respectivos responsáveis. Este fator não era contemplado na lei anterior, o **Código de Menores** (1979) omissivo a este respeito.

Cada documento que surge fruto de pesquisas em território brasileiro que tem por foco o nível de vida da população condena a prática da violência infantil como uma das causas de atraso do país.

Dimenstein (2000, p. 49) cita revelações que chocaram o Brasil e o mundo sobre assassinatos de crianças e adolescentes. Em um levantamento feito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1989, registra-se que em cada dois dias uma criança era assassinada por policiais ou por grupos de extermínio. Sempre apontadas como meninos de rua sob acusação de serem marginais.

Inúmeros documentos produzidos no exterior referiam-se à violência contra a criança. As revelações serviram para mostrar que, apesar de o país ser democrático, não garante o direito mais elementar de um indivíduo: o direito à vida. (DIMENSTEIN, 2000, p. 49).

As intenções de Estado de Direito Democrático, em que está pautada a gestão da sociedade brasileira, determina a liberdade de locomoção sem constrangimentos ao indivíduo livre de culpas. Isto está assegurado pela **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988), mas a realidade social em muitos casos dita as regras contrariamente. O artigo 227 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Em 13 de junho de 1990, após a aprovação no Congresso Nacional, foi promulgado o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), com a proposta de pôr em prática o citado artigo constitucional e outros dispositivos concernentes aos cuidados e proteção infanto/juvenil. Essas prerrogativas são basilares para as ações do Conselho Tutelar, no desenvolvimento do trabalho de coibir atos abusivos de qualquer natureza que envolva menores.

Os setores de saúde lidam mais diretamente com a questão da violência infantil, quando, muitas vezes, cuidam de crianças com sinais de desnutrição, surras e hematomas suspeitos. Suas características são de perversidade pela incapacidade física e psicológica de defesa da vítima. Abusos sexuais e físicos maculam a criança influenciando em seu comportamento e possibilitando o aparecimento de condutas antissociais.

Trabalhos forçados estão agregados à violência física por comprometer o desenvolvimento corporal e psicológico, bem como a sexual, que muitas vezes acontece silenciando a criança sob ameaças impostas pelo agressor.

As incidências pesquisadas no Brasil revelam em números que em violência física foram registrados 49.481 casos; em violência psicológica 26.590; em violência sexual 17.482; negligência 65.669 e; violência fatal 532. Na totalidade dos casos notificados 159.757.

Na soma do total anual de ocorrências registradas abrangendo as diversas modalidades, percebe-se uma oscilação crescente assim representada: em 1996 foram notificados 1.192 casos; em 1997 – 2064 casos; em 1998 – 12.635 casos; em 1999 – 6.674 casos; no ano 2000 – 11.141 casos; em 2001 – 20.261 casos; em 2002 – 15.974 casos; em 2003 – 20.757 casos; em 2004 – 19.552 casos; em 2005 – 19.245 casos; em 2006 – 18.545 casos e, em 2007 – 11.714 casos notificados, embora represente informações disponibilizadas em decréscimo. A violência fatal passou a fazer parte das notificações a partir do ano 2000.

Assim, a passagem pelos estudos realizados pelo LACRI/IP/USP se fez importante pela abordagem e apresentação dos atos violentos por modalidades –

mesmo se tratando da criança vitimizada. Interessou-me estudá-los para a realização de um contraponto com a postura da criança algoz, sobre a qual a presente pesquisa se debruçou. Ao consultar os arquivos percebi nos documentos que as ocorrências policiais e as notificações dos conselheiros se utilizaram do discurso em que a criança é vítima.

Neste sentido, busquei na consulta em arquivos a materialização dos acontecimentos na base documental. Deparei-me com um número pequeno de denúncias, as quais apresento na sequência, fomentando os resultados em que a pesquisa se propôs, onde se destaca a modalidade da negligência com um número maior de registros.

Na consulta aos registros da Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente (DEPCA), os dados descritivos comprovam que na Vila Princesa, no ano de 2003, ocorreram duas denúncias de violência sexual.

Essas denúncias também fazem parte dos registros no II Conselho Tutelar de Porto Velho/RO (CTCA) encaminhadas pela DEPCA. Sob o enunciado “aliciamento de menor” a ocorrência prescreve:

a) ALICIAMENTO. Idade: 11 anos. Data da denúncia: 26/08/03. (Gab. DEPCA – Livro 19 – OC nº 001101/03).

Destaque:

O próprio acusado fez a denúncia para se proteger. Jura inocência e para tal comprovação trouxe a menina e os pais dela para fazer a denúncia.

b) ALICIAMENTO. Idade: 11 anos. Data da denúncia 01/09/03. Ofício nº 138/03 (Gab. DEPCA – Livro 19 – OC nº 1118/03).

Menciona:

O denunciante acusa como aliciadora a própria tia da criança.

Os casos de negligência registrados na DEPCA estão sob o registro de “abandono de incapaz”, sendo que dois deles – “a” e “b” – também constam das notificações do II CTCA:

a) ABANDONO DE INCAPAZ. Idades: 10; 08; 04 e 01 ano. Data da denúncia: 26/05/03 Ofício nº 75/03 (Gab. DEPCA – Livro 18 – OC nº 632/03).

Enfatiza:

Denúncia feita por policial que em diligência de buscas por outras denúncias no local encontrou este caso.

b) ABANDONO DE INCAPAZ. Idade: 04 anos. Data da denúncia: 27/05/03 Ofício nº 76/03 (Gab. DEPCA – Livro 18 – OC nº 315/03).

Informa:

A criança é irmã gêmea de uma das crianças acima.

c) ABANDONO DE INCAPAZ. Idades: 10; 08; 04; e, 01 ano. Data da denúncia: 01/12/03 (Gab. DEPCA – Livro 20 – OC nº 1648/03).

Caracteriza que:

Mãe vive em grupos (adolescentes e adultos) bebendo, deixando seus quatro filhos abandonados em casa e soltos nas ruas da comunidade à mercê da sorte.

Compreendendo as modalidades da violência que o estudo tem por base, tanto na DEPCA quanto no II CTCA, nota-se que, no ano de 2003, os motivos que levaram ao registro das 05 (cinco) ocorrências foram: a negligência com 03 (três) casos e a violência sexual com 02 (dois) casos.

No ano de 2004, a DEPCA registrou para a Vila Princesa dois casos de violência psicológica como “quebra de acordo judicial.”

a) QUEBRA DE ACORDO JUDICIAL. Idades: 04 e 02 anos. Data da denúncia: 02/01/04 (Gab. DEPCA – Livro 20 – OC nº 0005/04).

Destaque:

Mãe quebra o acordo feito com o pai e se apossa dos 02 (dois) filhos que estavam sob a custódia dele.

b) QUEBRA DE ACORDO JUDICIAL. Idade: 04 anos. Data da denúncia: 12/04/04 (Gab. DEPCA – Livro 21 – OC nº 483/04).

Menciona ainda:

Pai se apossa da criança para levá-la ao hospital não querendo devolvê-la para a mãe (pai mora no Município de Porto Velho e a mãe na Vila Princesa).

No ano de 2004, foi notificado pelos conselheiros do II CTCA somente um atendimento referente à negligência.

a) PENSÃO. Idade: 03 anos. Data da denúncia: 11/11/04.

Pede:

Solicitação de pensão.

O número reduzido de ocorrências registradas e/ou notificações no ano de 2004 aparece como representação da falta de interesse dos moradores em denunciar seus infortúnios. É como se encarassem esses acontecimentos com normalidade e sem sustos.

Em 2005 encontra-se registrado na DEPCA apenas um acontecimento na Vila Princesa Trata-se de negligência sob o enunciado de “abandono de incapaz.”

a) ABANDONO DE INCAPAZ. Idades: 06 e 04 anos. Data da denúncia: 12/01/05 (DEPCA – Livro 25 – OC nº 072/05).

Complementa:

Mãe deixa filhos na rua e troca as cestas básicas que recebe por bebidas e drogas.

Ainda no ano de 2005, o II CTCA, notificou os 03 (três) casos abaixo e outros 02 (dois) pedidos de pensão para crianças de 07 e 10 anos, curiosamente no mesmo dia, o que demonstra os atendimentos em forma de mutirão que o II Conselho Tutelar de Porto Velho/RO realizou na comunidade constando:

a) RACISMO. Idade: 04 anos. Data da denúncia: 22/07/05.

Destaque:

O pai encontra-se em fase terminal de câncer e a mãe da criança sendo impedida de visitá-lo por ser de cor. A avó não permite sua entrada em casa e ameaçando-a de tomar posse da neta.

b) RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE. Idades: 07; 06; 04 e 02 anos. Data da denúncia: 22/07/05.

Caracteriza:

Mãe quer o reconhecimento de paternidade para passar a guarda das crianças à avó paterna.

c) PENSÃO/RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE. Idade: 09 anos. Data da denúncia: 22/07/05.

Pede:

Solicitação de pensão e reconhecimento de paternidade para a criança.

Percebe-se que, no ano de 2005, o silêncio nos registros de ocorrências na DEPCA foi marcante, tendo apenas um acontecimento, corroborando com as notificações do II CTCA, que ocorreram por meio de um trabalho localizado, como consta nas datas dos atendimentos, denotando a falta de interesse dos moradores em tornar público problemas considerados individuais e localizados.

No ano de 2006, (duas) ocorrências com o enunciado “abandono de incapaz” estiveram presentes nas duas ocorrências registradas na Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente (DEPCA).

a) ABANDONO DE INCAPAZ. Data da denúncia: 23/01/06 (Arquivo de janeiro/06 – OC nº 270/06).

Menciona:

Criança de 08 anos fica sem atenção e cuidados dos responsáveis.

b) ABANDONO DE INCAPAZ. Data da denúncia: 23/09/06 (Arquivo de setembro/06 – OC nº 1523/06).

Caracteriza:

Cinco crianças ficam abandonadas pelos pais que bebem e se prostituem.

Nesse mesmo ano de 2006, os conselheiros notificaram um único atendimento sob alegação de “abandono noturno”.

a) ABANDONO NOTURNO. Idades: 07; 06 e 05 anos. Data da denúncia: 23/02/06.

Explica:

As crianças moram apenas com o pai que sai pra trabalhar como vigia noturno em Porto Velho e as deixam sozinhas.

Os registros de ocorrências nos documentos consultados, tanto da Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente (DEPCA), quanto as notificações do II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA), direcionam para uma violência de ordem psicológica, daquelas em que Foucault aponta como sendo no nível mais alto de sujeição.

Embora o corpo mantenha as “marcas”, as cicatrizes subjetivas sinalizam para uma violência de difícil superação. É para a “vida” toda – durante a existência do indivíduo. Isso permite então entender que a punição do corpo é uma violência física, possível de ser tratada, mas dificilmente superada, pois passa a ser subjetiva.

No ano de 2007 não houve nenhuma ocorrência registrada pela Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente (DEPCA) e nenhum atendimento pelo II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho (CTCA) referente à Vila Princesa.

Como visto às ocorrências registradas na DEPCA, bem como as notificações do II CTCA no período sob estudo, apresentam denúncias que corroboram com a incidência dos inúmeros estudos realizados sobre o tema da violência contra a criança e o adolescente.

A preocupação social quanto ao problema da violência infantil – a partir da criança – pertencem ao quadro da escassez de interesses e/ou recusa em desenvolver

estudo desta natureza focados na discussão e propostas. Seria o pressuposto da inviabilidade um fator de fomento para o não interesse em investir tempo nesta temática?

Assim, contrariando os registros e as notificações ausentes no ano de 2007 na DEPCA e no II CTCA, os fatos que compõem o “Relatório de Acontecimentos Escolares” da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, justamente neste ano – 2007 – resolveu dar início às anotações, tendo em vista o impacto que as atitudes antissociais das crianças estavam provocando no corpo social da instituição.

Observei que há divergências nos enfoques enunciativos, nas visões divergentes dos documentos pesquisados. A forma de registro que está se tornando comum ao interesse acadêmico de estudos e das publicações sobre a violência envolvendo a criança, onde a violência intrafamiliar ganha destaque por ser responsável pelo massacre dos direitos adquiridos pela criança, é diferente daquelas em que a criança, dentro das suas “limitações”, é capaz de promover.

Dentre as ocorrências na instituição escolar menciono doze registros conforme pode ser observado a seguir:

Registro nº 01. Data: 16/04/2007.

Fato: Dois alunos do 3º ano brigaram em sala de aula com agressão física e domínio de um sobre o outro. Segundo o agressor, o outro havia mandado que o mesmo calasse a boca.

Registro nº 02. Data: Sem data definida.

Fato: Dois alunos agarraram uma colega e enquanto um a segurava pelas pernas, o outro a mordia nas nádegas. Registro a partir do relato da menina.

Registro nº 03. Data: Sem data definida.

Fato: Um aluno muito agressivo vive esmurando gratuitamente os colegas na escola. Registro a partir da observação da orientadora.

Registro nº 04. Data: Sem data definida.

Fato: Registro das ausências constantes de um aluno na escola, o mesmo com passagem pelo Conselho Tutelar. Relatos atribuem a ele o envolvimento com drogas.

Registro nº 05. Data: 20/04/2007.

Fato: Três alunos do 3º ano num ato de falta de disciplina jogavam água em uma sala de aula no horário do recreio. Dois deles correram para não levarem bronca da Direção da Escola.

Registro nº 06. Data: 28/05/2007.

Fato: Citado na apresentação deste estudo.

Registro nº 07. Data: 30/05/2007.

Fato: Dois alunos do 3º ano brigaram em sala de aula e foram encaminhados ao serviço de orientação escolar.

Registro nº 08. Data: 14/06/2007.

Fato: Um aluno colocou fogo no cabelo de uma aluna na hora do recreio. O pai da menina compareceu na escola pedindo providências da equipe pedagógica da instituição para o caso.

Registro nº 09. Data: 14/06/2007.

Fato: Uma aluna bateu nos genitais de um colega dentro da sala de aula, o menino chorou com dor localizada.

Registro nº 10. Data: 30/10/2007.

Fato: Um aluno do 3º ano esmurrou um aluno do pré-escolar deixando a criança sangrando pelas narinas.

Registro nº 11. Data: 23/11/2007.

Fato: Duas alunas do 3º ano brigaram em sala de aula com agressão física, arrancavam os cabelos uma da outra e a professora não conseguindo separá-las chamou a orientação para conversar com as meninas.

Registro nº 12. Data: 11/12/2007.

Fato: Uma avó de três crianças moradora na comunidade procurou a escola para resolver um problema de família. A mãe denunciou o pai dos menores na Delegacia da Mulher e a avó temendo pela prisão do filho dela e o sofrimento dos netos, buscou solução junto à escola para evitar que isto acontecesse. Os pais das crianças se fizeram presentes também, ao que a Direção da escola esclareceu-lhes que esta não era sua função e que deviam procurar o órgão competente. A mãe dos menores ficou de pensar na retirada da queixa.

Esse último registro demonstra a visão distorcida de muitos moradores da comunidade acerca das funções da escola e das atribuições dos servidores, reforçando a hipótese de que buscam a solução dos seus problemas dentro da própria comunidade, sobre a qual trataremos mais adiante neste estudo.

Dentre os relatos apresentados após consulta aos registros, devem ser destacados alguns aspectos:

1º) Há incidências de atos agressivos, embora em menor frequência que aqueles observados pela equipe pedagógica e durante o tempo em que permaneci na comunidade levantando os dados.

2º) Nota-se que no Relatório de Acontecimentos Escolares da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira tem a frequência nas anotações diminuídas a partir do segundo semestre do ano de 2007, reforçando o temor que passou a figurar no ambiente escolar diante das anotações, que também é uma das formas de violência.

3º) As incidências são marcadas por agressões que não necessariamente ocorrem em sala de aula, mas, sim, no recinto escolar.

4º) Das estratégias adotadas pelos agressores, todas são marcadas por graus elevados de violência corporal, ocorrendo muitas vezes até “sangue.”

5º) A última ocorrência (Nº 12) é diferenciada das demais, pois aponta para a comunidade como promotora, indicando a necessidade de buscar outras instâncias de direito.

Os registros contidos no Relatório dos Acontecimentos Escolares da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira denotam atitudes marcadas pela

presença infantil em suas manifestações que ocorrem na linha da constituição individual e social local.

Demonstram e justificam a gênese de uma violência infantil que promove na escola constantes conflitos que, embora “abafados” e regidos pela lei do silêncio entre os profissionais, influenciam no processo de aquisição do saber sistematizado, componente integral do currículo e dos conteúdos escolares culturalmente difundidos.

Por outro lado, as crianças, frequentadoras desta escola ou não, são violentadas pela “composição infantil inventada” que faz com que esta população se adeque às normas estabelecidas pelo saber constituído desde que se tornou foco da modelagem como reflexo do eu-adulto-ideal.

Esses acontecimentos remetem ao pensamento Foucaultiano da degradação humana, a pauperização a qual o sujeito vive a falsa idéia que se faz de uma gestão do Estado que seja responsável pelas estruturas de base, zelando e promovendo a manutenção das necessidades populacionais. Há uma inversão tutorial neste processo: a população é quem o mantém por ser parte deste, dando-lhe poderes e *status* de soberania total.

5 O acontecimento e suas repercussões na sociedade

A violência infantil aborda questões impactantes na sociedade representada pela relação binária extremista: o medo e a compaixão. A individualização circundada pela autoproteção, o isolamento, a insegurança e por vezes o silêncio são características da resistência ao acontecimento que o indivíduo coloca a si e à sua família, afastando-se por conveniência dos perigos desta representação.

Por outro lado, a necessidade do convívio social promove a compaixão, que se materializa na coragem de encarar a vida driblando os medos. Esta postura cristaliza-se pela sobrevivência difícil que cada indivíduo enfrenta no cotidiano quando se depara com acontecimentos que os deixam sempre vulneráveis, os quais pela sua sujeição e educação internalizadas promovem a sua perpetuação.

Os crescentes casos de violência sofrida e praticada pela criança têm preocupado educadores, o governo e a sociedade em geral.

A violência sexual deixou de ser focada como uma das principais causas pelo surgimento de outros organismos e modalidades implicadas que englobam atitudes cruéis de maus tratos e negligências. As estatísticas, conforme apresentadas neste estudo, apontam o ambiente familiar como *locus* de maior número dos casos.

Há famílias que convivem com este acontecimento diariamente como se fosse algo “natural”. Agem como se a ordem do disciplinamento fosse a única forma de promover a educação.

Agridem as crianças pensando em corrigi-las, discipliná-las, reproduzem uma “verdade” imposta socialmente como “responsabilidade da família”. Com efeito, sofrem agressões vindas também das suas crianças que internalizam-nas e revidam, quando não nos adultos, pelas inculcações morais, nos seus pares como descarga de ira.

Tudo fica no campo do necessário. Aceita-se esta verdade social. A necessidade de disciplinarização por meio da repressão para melhor adequação à vida em sociedade, à normas subjetivas de educar, independente da necessidade de coação.

Tendo por base a oposição das teses de Ariès (1973) e DeMause (1975), Azevedo e Guerra (2001, p. 12) comentam:

As teses de Ariès e de deMause opostas, principalmente no sentido de que uma aponta que o pesadelo das crianças começou a partir do conceito de infância e a outra de que este pesadelo está ficando muito para trás na história da humanidade, mostram-nos que a verdadeira história da infância tem sérios obstáculos a transpor do ponto de vista da sua reconstrução, uma vez que as divergências teóricas sobre ela são acentuadas. De qualquer forma, estas divergências servem para nos mostrar o quão longe estamos em termos da possibilidade de afirmarmos se este ou aquele período da história trouxe mais ou menos violência no relacionamento pais-filhos. As dúvidas persistem e a única certeza que temos é a de que ao chegarmos ao novo milênio ainda nos defrontamos com este fenômeno e em números assustadores.

Com os propósitos enfocados pela pesquisa em destaque, por intermédio dos pressupostos arqueogenealógicos norteados pelas modalidades determinadas pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP), busquei tecer relações entre as atitudes das crianças e a compreensão dos fatos analisados em cada arquivo folheado nos órgãos e instituições pesquisados.

6 Entre os ditos e os escritos: horizonte averiguado, comunidade, órgãos e instituições

Para entender o comportamento considerado como violência infantil na Vila Princesa, no Município de Porto Velho/RO, dentro dos princípios estabelecidos pela abrangência da conceitualização buscada para sua compreensão – relações de gênero, agressividade e as modalidades defendidas pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP) –, empiricamente destaco a consulta nos arquivos das instituições que trabalham diretamente com as notificações destes fatos.

O objetivo destas consultas foi encontrar atendimentos, denúncias e registros de ocorrências policiais que comprovassem a vitimização/participação das crianças residentes na comunidade em atitudes consideradas violentas.

Durante os meses de dezembro de 2007, janeiro e fevereiro de 2008, a visita nas instituições e na comunidade se fez. Este levantamento possibilitou-me o retorno à Vila Princesa com o afã de observar o acontecimento na origem e analisar o Relatório dos Acontecimentos Escolares da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, ponto de encontro para todos os assuntos relevantes na comunidade, não só pedagógicos.

Na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente e no II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO, os critérios na seleção do documento que foram analisados nos arquivos foram: a) Registros de ocorrências e atendimentos de janeiro de 2003 a dezembro de 2007; b) Localização do acontecimento e c) faixa etária de 0 a 12 anos.

Procurava por ocorrências registradas e atendimentos realizados envolvendo o endereço da Vila Princesa e, ao localizá-lo, fazia a leitura do caso em destaque relacionando-a com o enfoque Foucaultiano e as modalidades da violência infantil que servem de parâmetros para tal análise, buscando entender os enunciados de cada discurso.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira as conversas informais ocorreram nas diversas visitas concomitantes à análise documental. Na Associação dos Moradores a busca foi pelo registro do número de famílias e de crianças existentes na comunidade e dados para compreensão geográfica local. Na

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico de Porto Velho/RO (SEMDES), busquei informações sociais e econômicas sobre a comunidade por meio de conversas informais e análise documental, com vistas à formação do quadro sociológico.

6.1 Seleção de arquivos

Optei em estudar os últimos cinco anos por que este período corresponde ao meu contato inicial com esta população e, conseqüentemente, a observação e vivência com tais acontecimentos. Em dezembro de 2007, iniciei a pesquisa na comunidade e nos arquivos da Escola.

O ano letivo estava por terminar e os alunos presentes estavam em recuperação. Não sendo possível uma observação grupal das atitudes dos mesmos, mergulhei na análise documental enquanto aguardava o reinício das aulas em fevereiro daquele ano.

Ao estudar os registros escolares disponibilizados, notei que os acontecimentos em destaque apresentam atos praticados por crianças que por resistência à disciplina escolar se rebelam e assumem posturas de medição de forças com o adulto, se vingam em seus colegas com agressões por motivos banais, ira e falta de disciplina. A maioria cometidas por reincidentes.

Como diz Foucault (2007a, p. 41), “O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe.”

Ficar em recuperação é uma das formas de punições aplicadas pela escola àqueles alunos que trazem em sua essência a incapacidade de ter aprendido durante o ano letivo, devendo em poucos dias e em poucas horas superar as dificuldades apresentadas nos 200 dias letivos determinados no art. 24 da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (1996) como carga horária mínima a ser cumprida pelos estabelecimentos de ensino.

Nas observações e conversas informais com professores, supervisora e com a direção da Escola, o discurso é unânime e afirmativo quanto à existência elevada de

atos violentos entre as crianças, também calcados na negação do aparato pedagógico imposto.

A preocupação com a constância e o aumento dos casos fomentaram aos responsáveis pela administração escolar a busca pelo reforço das suas ações junto à Polícia Militar, reivindicando a atuação dos policiais ministrantes do curso do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD – na escola.

Visando trazer informação e prevenção quanto ao uso e a venda de drogas, principalmente entre as crianças, este curso foi dado pela primeira vez na comunidade aos alunos do quinto ano, em 2007. Outra atitude da Escola foi pedir à Patrulha Escolar que incluísse a localidade em suas escalas de ronda, para coibir esta prática.

Apesar de a escola estar em funcionamento na comunidade desde janeiro de 1999, inseriu o livro de registros somente oito anos após estar atuando no local, ou seja, no ano de 2007, o qual guarda anotações referentes aos atos que se enquadram nas modalidades estudadas como violência.

A defasagem no quadro de funcionários da Instituição nos anos anteriores e a demanda de trabalho no ambiente escolar têm sido a justificativa apontada que dificultou uma sequência no processo de registro dos acontecimentos.

De posse dos registros escolares, ao estudá-los notei que os acontecimentos em destaque apresentam, no geral, atos praticados por crianças que, por resistência à disciplina imposta pela escola, se rebelam e, assumindo posturas de medida de forças com o adulto, investem contra seus pares.

O eixo de reação não se dá entre autoridade instituída e sim entre seus pares, tendo a mesma característica e reprodução da agressão sofrida, reafirmando assim as expressões utilizadas por Foucault que o ataque pessoal também é uma forma de regulamentar a vontade do soberano.

A forma de reação à punição vem por meio de ações aplicadas aos seus pares, provocando a delinquência entendida pela prática pedagógica. Dependendo do agravamento da ocorrência, suspende o aluno, comunicando aos responsáveis e, dependendo do caso, até se encaminha ao Conselho Tutelar. Esse “castigo” gera vinganças como forma de poder por parte do aluno.

Mas o castigo é também uma maneira de buscar uma vingança pessoal e pública, pois na lei a força físico-política do soberano está de certo modo presente: [...] Na execução da pena mais regular, no respeito mais exato das formas jurídicas, reinam as forças ativas da vindita (FOUCAULT, 2007a, p. 42).

Em janeiro de 2008 iniciei a consulta nos arquivos da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) e do II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA), observando cada registro de ocorrência do período determinado e registrando aqueles que se tornavam relevantes para a pesquisa. As dificuldades estiveram presentes na análise de cada ocorrência, pelo volume e composição, demandando dias para sua realização.

As regras pré-estabelecidas de captação das denúncias seguiram as normas dos órgãos visitados estabelecidas dentro de uma linguagem própria, termos técnicos que articularam com as palavras no registro dos fatos, validando um discurso técnico/policial e usual da função dos conselheiros que desenvolvem mais uma atividade de polícia.

Esse trabalho fortalece a visão de que a ação discursiva tanto liberta quanto dociliza o indivíduo, pois a intenção deste discurso, desta vontade de verdade, determina seus efeitos e quem o promove se insere num contexto de subjetivação que procura desqualificar os saberes locais em nome de uma verdade constituída a partir das suas próprias “verdades”.

Nessas análises iniciais, deparei-me com um número reduzido de registros, onde as denúncias são:

- “- abandono de incapaz”;
- “- responsável que troca as cestas básicas recebidas por bebidas e drogas deixando crianças sem alimentos”;
- “- crianças que ficam sozinhas sem cuidados”;
- “- abuso sexual”;
- “- pais que se prostituem”;
- “- quebra de acordo de guarda e posse ilegal de criança”.

No II CTCA, foram encontradas notas de atendimentos que abrangem:

- “- abandono”;
- “- pedidos de pensão”;
- “- transferência de guarda”;
- “- solicitação do sobrenome do pai no registro da criança e aliciamento sexual”.

Tanto os registros de ocorrências policiais quanto as notificações e atendimentos do II Conselho Tutelar de Porto Velho/RO apresentam a modalidade da negligência como a principal violência cometida contra as crianças da comunidade. A maioria delas não tem as suas necessidades básicas supridas, comprometendo sua educação.

A familiaridade entre elas é grande, senão por sangue também por amizade, pois muitas nasceram ali e estão crescendo juntas. Vivem livres na comunidade e brincam de pés no chão em meio à sujeira. Outras fazem do ato de brincar o momento para agredirem os colegas, pelo simples prazer de impor força e serem temidas pelos demais.

No convívio escolar, demonstram resistência na adequação às regras disciplinares da escola. Qualquer motivo simples torna-se um estopim pronto para explodir em atitudes de muita agressividade. O ambiente reúne crianças com histórias de vida diversificadas, havendo casos de utilização do fato de ser filho de presidiário para imposição de poder repressivo ameaçando os colegas caso seja contrariado em seus desejos, aterrorizando-os com promessas de retaliação por parte do pai – um dos fatos captados nas conversas informais na escola em fev/2008.

Há casos em que a vontade de vingança se faz presente criando uma tensão constante entre as crianças, como diria Foucault (2007a, p. 88), “[...] que o castigo decorra do crime; que a lei pareça ser uma necessidade das coisas, e que o poder aja mascarando-se sob a forma suave da natureza”.

A repressão – uma das facetas do poder – por vezes violenta ao extremo, se faz presente no cotidiano envolvendo os indivíduos que, sem alternativas, se adequam pela imposição das leis, regras e normas. O espaço para o diálogo é cada

vez mais minoritário entre as crianças que buscam resolver suas dificuldades na base da força e do grito.

Foucault fala do lado repressivo do poder definindo-o como inadequado para fixar a produção do que antes fora planejado, ainda que utilize termos como a clausura, a cerca, a fila, delimite os lugares, o horário, o exame, a vigilância geral e/ou individual que tem por base a repressão como ferramenta na busca por resultados.

Em dias de aula seguem para a escola, uns limpos e organizados demonstrando atenção familiar, outros se arrumam sozinhos, dentro das suas possibilidades. A relação entre meninos e meninas no ambiente escolar é um misto de amizade e ódio. Os alunos mais revoltados agridem os colegas para ferir e vê-los sujeitados a si.

Apontam o lápis e usam como arma, ou mesmo levam para a escola objetos cortantes e/ou pontiagudos, tendo como único fim sua imposição perante os demais. Nas observações e relatos informais dos professores e equipe pedagógica, atitudes de violência se fizeram presentes, inclusive com ameaças a adultos que buscam trabalhar a humanização no ambiente.

No período em que estive coletando dados na comunidade, observei alguns acontecimentos intrigantes de ação infantil que fomentam e torna consistente este estudo, como por exemplo, ver os colegas chorando e até sangrando, como uma relação de poder do corpo do dominado.

Aqui há um poder infame sobre quem luta pela dignidade de uma vida mais feliz, sofrendo pela própria incapacidade de superação. Uma dor silenciada pela “proteção” da conveniência de um poder público que detém, acompanha e controla, que precisa do silêncio da população para se perpetuar. Poder que tem a “punição como arma” utilizada pelos adultos na educação das crianças e estas as reproduzem como que para fugirem da própria fragilidade que é sua existência.

Castigos corporais, psicológicos e morais que penalizam as crianças, tanto pelos adultos quanto pelos seus pares, passam a ser a regra na comunidade para a formação de uma sociedade disciplinada e controlada. A criança é vitimizada pelo olhar punitivo, vivenciando abusos e agressões com vistas à normalização. Porém, há crianças que encontram no suplício a “sua” saída: resistem e rebelam-se.

Este fenômeno se manifesta nas famílias com pouca instrução que têm nas mesmas uma fonte de arrecadação de recursos sem dar-lhes, contudo, a educação basilar, e também se faz presente nos estratos mais altos da sociedade embutida pelo medo e pelos diversos desejos, destacando superproteção e negligências, retratos da degeneração social.

A aparente tranquilidade e ordem que esta atitude representa encobre atos de insubordinação e desrespeito de adultos para com as crianças, ocorrendo o mesmo entre as crianças. O século XVIII figura como o nascedouro da disciplina infantil como referencia Foucault (2007a, p. 32-33) ao apresentar o que seria um modelo de “máquina a vapor para a rápida correção das meninas e dos meninos” com a seguinte propaganda, apresentada abaixo:

Avisamos aos pais e mães, tios, tias, tutores, tutoras, diretores e diretoras de internatos e, de modo geral, todas as pessoas que tenham crianças preguiçosas, gulosas, indóceis, desobedientes, briguentas, mexeriqueiras, faladoras, sem religião ou que tenham qualquer outro defeito, que o senhor Bicho-Papão e a senhora Tralha-Velha acabaram de colocar em cada distrito da cidade de Paris uma máquina semelhante à representada nesta gravura e recebem diariamente em seus estabelecimentos, de meio-dia às duas horas, crianças que precisem ser corrigidas. Os senhores Lobisomem, Carvoeiro Rotomago e Come-sem-Fome e as senhoras Pantera Furiosa, Caratonha-sem-Dó e Bebe-sem-Sede, amigos e parentes do senhor Bicho-Papão e da senhora Tralha-Velha, instalarão brevemente máquina semelhante, que será enviada às cidades das províncias e, eles mesmos, irão dirigir a execução. O baixo preço da correção dada pela máquina a vapor e seus surpreendentes efeitos levarão os pais a usá-la tanto quanto o exija o mau comportamento de seus filhos. Aceitam-se como internas crianças incorrigíveis, que são alimentadas a pão e água.

Percebe-se que as modalidades da violência contra as crianças que se discute hoje; a violência física no suplício do corpo, a violência psicológica nos medos e suspenses utilizados com os cruéis e temidos personagens, possíveis abusos do uso da máquina e negligência de cuidados, podem ter promovido a violência fatal e a superproteção certamente existia sobre aquelas crianças que recebiam educação inversa a que estava posta.

A supressão da liberdade sexual e a proibição da sexualidade infantil suscitaram o ilícito e a violência sexual contra a criança, como que numa conduta de transgressão às leis estabelecidas, um enfrentamento do poder e a autoafirmação deste, independente das estratégias e meios de superação.

A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra (FOUCAULT, 2005, p. 59).

A normalização pretendida por meio das leis controla os atos, mas não os instintos e este é o fator determinante neste acontecimento. Esta suposta rebeldia exige do indivíduo o silêncio e o mistério, quadrante do não dito, do suprimido em favor de livrar-se de possíveis penas que viriam a enquadrá-lo. Eis a reação aos dispositivos reguladores que não passam de uma desregulamentação social para fortalecimento do controle.

Ao longo dos séculos que corresponderam à época clássica, as punições violentas constituíram um corpo social dócil e útil, necessário àquele momento histórico. Esta herança punitiva alojou em cada indivíduo a adequação às normas e a autodisciplina como modo de vida até a atualidade.

Isso faz do corpo o alvo e da alma o escudo, e, assim, se implantou o modo de vida burguês no interior de cada célula do corpo social, onde se desenvolveu como via de sobrevivência na correlação de poderes implícitos e explícitos o sujeitamento individual e coletivo aos condicionantes marcados pela violência referendados pela sociedade.

Por este caminho, as gerações que foram surgindo agregaram a disciplina pela punição como prática instrutiva e de organização da conduta populacional. Partindo desta premissa, as Instituições se apoderam do espaço social e fazem frente aos reflexos do iluminismo expandindo e fomentando a ordem social tanto nas ciências quanto nas minúcias da sociedade. Eis a sobrevivência.

Nesse conjunto complexo das relações sociais, dá-se a estrutura corporal, intelectual e cultural humana. A origem do homem enquanto indivíduo se fundamenta na infância. Concebida como fase de experiência e aprendizado, está sob a tutela de adultos que representam instituições (Estado, Família, Escola, Igreja, dentre outras) que teriam por função cuidar e dar-lhes a atenção necessária, mesmo que seja pela violentação.

Essas Instituições, como parte integrante da História, foram criadas para prover as necessidades de um ser que tem no nascimento a única certeza de

existência, convicção que não permanece pelas agruras do sistema. As agressões que violentam as crianças aniquilam os corpos e as mentes e promovem lacunas imensas de dor e de ódio, interferem no desenvolvimento intelectual e se propagam como redes de saber e de poder, numa concorrência pelo domínio e, conseqüentemente, pelo controle, reproduzindo assim, aquilo que lhes é posto como tutela.

A conjuntura social de todos os tempos se fez a partir de modelos de lutas estruturais hierarquizadas entre os indivíduos. A liderança, o auge, o brilho, a posição social e o poder econômico sempre foram pontos de superioridade visados pelo ser humano, nem que para isso a maioria tenha que ser violentada.

A partir do século XVII, o ser humano internalizou a importância de se adquirir conhecimentos através do avanço científico e das descobertas em todos os campos do saber. Tudo lhe seria possível e suas conquistas facilitadas através do atrelamento saber/poder. Porém, o que se tem hoje nessa correlação são novas estratégias de violentação e de dinâmicas sociais para a preservação do que seria hipoteticamente um infantil educado.

Assim, para dar consistência a esse estudo no que concerne ao ser infantil, busquei subsídio na infância e nas diferentes atribuições dadas a este estado do ser nos diversos momentos da história. A genealogia se faz presente na investida pela compreensão desta etapa da vida, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III

A INFÂNCIA

Nossos primeiros deveres são para conosco; nossos sentimentos primitivos concentram-se em nós mesmos; todos os nossos movimentos naturais dizem respeito inicialmente à nossa conservação e ao nosso bem-estar. Assim, nosso primeiro sentimento de justiça não nos vem da que devemos e sim da que nos é devida (ROUSSEAU apud PISSARRA, 2003, p. 95).

Este capítulo tem como objetivo destacar diferentes compreensões pela cronologia da História nos registros sobre a infância, suas nuances de existência, concepções pedagógicas, sociológicas, filosóficas, políticas e econômicas atribuídas pelas práticas sociais e culturais a esta etapa da vida, num ritual de submissão traduzida pelos discursos de proteção e assistência, tendo o propósito da guarda marcado pela restrição – sujeição.

Por vezes acredita-se em uma realidade supostamente imutável. Na promoção de uma ilusão de ótica, o olhar superficial é incentivado e a condução dos rumos sociais incita a urgência do novo.

Sobrepõem-se, assim, os discursos, soterrando acontecimentos importantes para a reflexão e teor da valorização e indiferença, contradição que se alude à infância. Os acontecimentos que envolvem a população infantil são submersos no mar da banalidade, do efêmero.

Assim, ao abordar a infância em três momentos distintos (condição de vida, generalidade e realidade discursiva), busco enfatizá-la na Antiguidade Grega, na modernidade e na atualidade, destacando o movimento em que insere suas atribuições na sobreposição discursiva em que ora lhes dá direitos, ora os suprime.

A inutilidade infantil se destaca nos desenhos e cores de compreensões, na cultura marcante do pátrio poder que tem na disciplina corporal a tecnologia política de controle fundamental para a formação do indivíduo tanto útil, quanto obediente e submisso que a sociedade capitalista necessita.

1 Condição de vida

Como no panoptismo um olhar que tudo vê é instaurado, o controle da criança se dá pela atribuição de incapacidade formulada e direcionada à infância. Ser/estar na infância contempla uma série de acontecimentos disciplinatórios que buscam modelar o Ser de acordo com os anseios sociais e a normalização.

Considerada como a primeira fase da vida humana, a infância teve seu momento de introdução no pensamento humano na Grécia Antiga com Heráclito e Platão. Filosoficamente, um estado do Ser; sociologicamente, potencialidades para o desenvolvimento, fortemente marcadas pelos discursos de verdade, que servem de base para sua constituição.

Para Rousseau (1979), este é o momento em que um retorno ao estado natural da humanidade seria possível, a partir de uma educação também natural, em que somente orientações objetivas seriam suficientes para a formação do homem de bem.

Registra-se a reversão genealógica (foucaultiana) ocorrida na visão de infância da Antiguidade Grega e suas atribuições a partir da Renascença, firmando-se na época clássica e se estabelecendo na Idade Moderna, bem como sua constituição por meio de princípios que estão presentes na atualidade da Vila Princesa, em Porto Velho/RO.

Busco entender as atribuições dadas à infância, seus comportamentos e os cuidados referendados pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Enfoques relacionados a este estado do Ser e a verificação da sua gênese num momento de efervescência científica e da valorização humana como potência máxima de realizações nesta fase da vida.

No campo psicológico comportamental, segundo Javeau (2005), é onde se centra o termo “criança” pelos discursos alusivos às “fases do desenvolvimento” e etapas de aquisição de conhecimentos e maturação que geralmente costumam ignorar o contexto em que este “ser” está inserido e suas experiências adquiridas. O segundo plano da psicologia para a criança segue padrões estabelecidos por verdades fabricadas classificando-as, firmando diagnósticos quanto a personalidade.

Para Javeau (2005), o termo “crianças” suscita uma análise antropológica pelo agrupamento de seres com sentimento, imagens e ações próprias. O autor se mostra contrário a ação adultocêntrica de conduzir o pensamento sobre as crianças afirmando que:

Não é certo que se possa confiar-lhe a tarefa de preencher totalmente a relação ao mundo das crianças como segmento de população mais ou menos cuidadosamente delimitável. Existiria perfeitamente uma racionalidade infantil que deitaria por terra toda tentativa de fazer das crianças uma espécie de ‘primitivos’ numa escala de evolução cultural, que faria eco a um darwinismo social ao qual a antropologia clássica nem sempre soube renunciar. (JAVEAU, 2005, p.386).

A “infância” para Javeau (2005), se encaixa na perspectiva demográfica por ser considerada improdutiva delimitação de um momento da vida situado entre o discurso econômico e o discurso sociológico em que suscita investimento escolar. Dentro de um “[...] paradigma econômico” (JAVEAU, 2005, p. 383).

Segundo Osório (2006, p.1), é necessário discutir também conceitos que permeiam e configuram as instituições como um segundo movimento dos estudos realizados, até então sobre os pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault, especialmente conceitos sobre práticas discursivas, sujeito e heterogeneidade do discurso, neste caso, a infância.

A intenção primeira consistiu no mapeamento de alguns subsídios teóricos e metodológicos que se explicitam na íntima relação entre discurso e poder em diferentes instituições, bem como as várias e complexas formas de investigar as “coisas ditas” e “instituídas” no interior da sociedade.

Em destaque o retrato da infância vivida, imaginada, criada e esperada nos diversos momentos da vida na sociedade ocidental. Filosoficamente não se fixa especificamente na criança, mas em suas atitudes. Suas características encontram-se no nível do surgimento e da limitação da linguagem, o aventurar-se da fala na ousadia da escrita. Um filosofar nascente de potencial elevado, delimitado e condicionado.

O fomento para isso se daria a partir da educação direcionada a indivíduos selecionados. Este pensamento adentra a “Era Comum” chegando à Renascença, origem das efervescências do intelecto humano, direcionado a si como

potencialidade. Nesse momento se começa a pensar numa infância composta por outras bases e outras redes. Concede-se uma identidade à infância, ainda que superficial, mas, trazendo idéias novas, caracterizando-a, sujeitando-a.

2 Infância: generalidade e realidade discursiva

De uma sociedade para outra e de um momento histórico para outro é possível encontrar variações de significados da infância que impressionam. Enquanto umas práticas superprotegem suas crianças, outras permitem a luta desigual como fomento pedagógico.

Há quem lance um olhar protetor para com as crianças, admitindo que esta primeira fase da vida humana necessita ser isenta de qualquer tipo de maus tratos e poupada da dor de qualquer natureza. Ao passo que existe quem defenda que, para ser disciplinada e consiga sobreviver numa sociedade adulta, individualizada, altamente competitiva e massacrante, é necessário abolir a segregação da infância. Em comum o domínio sobre a infância.

Kohan em sua obra **Infância entre educação e filosofia** (2005), permite o contato com a infância na Antiguidade, momento da História registrado no pensamento grego em Platão, que a problematiza numa visão educativa e, portanto, politicamente intencional, direcionada e preservada.

Na Grécia Antiga, diz o autor, a questão da infância figurava como um mito, num contexto balizado pela compreensão da qualidade de vida dos indivíduos e da *Pólis* em que habitavam, importando-se com a educação das crianças de forma urgente e necessária. As idéias pedagógicas de Platão contemplam a instrução como ponto de partida para a formação de “[...] homens comedidos que facilmente perceberão tudo isto, assim como outras questões que de momento deixamos à margem [...]” (PLATÃO, IV 423e).

Nessa referência, a infância é pontuada sob quatro “marcas”: a primeira, a partir de uma visão de “possibilidade” e da dúvida contraditória, de que pode ser referido a tudo e a nada, cidadão ou escravo, herói ou vilão da *Pólis*. As crianças eram passíveis de modelagem, pela ausência de personalidade e de autocrítica,

tornando-as presas fáceis para qualquer utilidade e direcionamento. Era a ausência da alma.

A segunda, a visão de “inferioridade” manifestada pela condição de estado “inferior”, no sentido comparativo ao adulto, físico/espiritualmente, marcado pelas inquietudes naturais da infância e enquadradas como incapazes de autocontrole ao estarem livres. Sua natureza é sinalizada pela ausência do governo de si presente na velhice e no estado de embriaguês, com a credibilidade comprometida e a confiança “a zero”. Neste sentido, o indivíduo não tem e nem terá capacidade para assumir compromissos valorativos em sua vida individual e social, nem ser responsabilizado.

A terceira marca aborda a inexperiência própria da criança, ausência de posturas ‘adultas’, conhecimento político e falas claras, às quais se possam creditar pontuando a “infância como outro desprezado” e que:

De um lado a filosofia, a educação, o falar mal, o balbuciar, o brincar; de outro lado, o homem adulto, a política, o falar bem, o falar com clareza. Por natureza, a filosofia e a educação estão juntas e são próprias de uma idade tenra, como o falar mal, o balbuciar e o brincar (KOHAN, 2005, p. 53).

A Filosofia é então relacionada com a infância, denotando um tempo certo para acontecer na vida do ser humano. Segundo Kohan (2005, p. 53), “[...] para ‘Cálicles’, a infância e a filosofia podem estar juntas porque ambas são, por natureza, coisas sem importância”. Platão dirá então, segundo o mesmo autor: “[...] a filosofia é inútil, porque a *pólis* está sem rumo, perdida, desordenada, com os valores invertidos” (KOHAN, 2005, p. 53).

Assim, há uma manifestação da infância abordando um momento vivido, ou em vivência, numa alusão de que o filosofar não é próprio do cidadão atuante, mas, daqueles a quem se deve ignorar.

A criança entra assim, no círculo do desprezado, excluído, devendo permanecer longe das idéias governamentais ao mesmo tempo em que uma parte desta população é preparada para futuramente assumir com competência e habilidades os rumos do governo de si e dos outros.

A quarta e última marca refere-se ao “uso político da infância” em relação às ambições políticas e o preparo para futuras funções administrativas. A ausência

da noção de posses individuais define os pais dos selecionados como guardiões do futuro da *Pólis*. A preocupação platônica se dá, então, pela qualidade de vida dos cidadãos gregos conferida à instrução do governante, devendo ter noção da vida em sociedade por ter sido fruto de uma educação plena.

Dessa forma, homens e mulheres escolhidos tinham por função viver pelo bem comum, participar da manutenção e do sucesso governamental. Dentre suas atribuições estava a de procriar sem possessividade pessoal ou material e seus filhos eram filhos da *Pólis*.

Essas crianças privilegiadas selecionadas antes de existir por meio da seleção dos pais nasciam de um prévio acordo entre a *Pólis* e seus guardiões. Recolhidas pelo Estado gozavam de uma educação diferenciada contemplando as artes, composta pelo trabalho mental e corporal.

A procriação entre os guardiões e a criação de suas crianças está rodeada de uma série de intrigas e mistérios justificados pelo legislador para manter e melhorar a ‘qualidade humana’ da *pólis*. Mentiras e enganos diversos, sorteios espúrios, festas orquestradas são planejadas com a intenção de permitir mais procriações entre guardiões do que entre as classes “inferiores”, sem que estas o saibam. Uma vez nascidos os pequenos, homens e mulheres, especialmente designados para isso, se ocuparão deles em uma casa especial, em um bairro específico da *pólis*, prévio ocultamento secreto dos que nascem com alguma deformidade. Ali, nos primeiros anos as crianças serão indistintamente alimentadas pelas mães no período de amamentação sem que se reconheçam seus filhos. Os jogos infantis serão regulamentados rigorosamente para que as crianças apreciem desde pequenas a estima e o apego pelas leis. A música e a ginástica serão praticadas segundo critérios igualmente escritos, cuidando para que não se introduza inovação nenhuma perante a ordem estabelecida pelos fundadores da *pólis* (KOHAN 2005, p. 57).

A educação neste sentido segue um modelo formador, onde o saber vem do outro; é o “outro” que detêm o saber para ser repassado. O aprendiz apresenta-se como aquele de conhecimento raso, propício à modelagem. A instrução fica a cargo dos professores, filósofos, políticos, legisladores e fundadores da *Pólis*, a formação do indivíduo será aquela pretendida por quem a articula.

As marcas deixadas pelo pensamento Platônico agraciam a educação como movimento responsável pela delimitação da infância como lastro para a aquisição de conhecimentos importantes e necessários à gestão da vida individual e coletiva.

Ainda na Antiguidade Grega, onde “os pré-socráticos seriam a infância da filosofia”, para Kohan (2005, p. 121) a abordagem em Heráclito vem por meio das leituras feitas nos fragmentos que restam do seu livro. Sob uma perspectiva infantil, o autor busca a decifração da infância no pensamento do filósofo do “fogo” e do “tudo flui” e encontra em sua forma de escrever (falar) a ausência de estrutura gramatical como: “[...] sentenças sem verbo, sem estrutura de sujeito, [...] mistura de adjetivos e numerais” (KOHAN, 2005, p. 140), sendo própria de uma linguagem infantil.

Segundo Kohan (2005), a potência da palavra encontra em Heráclito seu iniciante e propagador, enquanto diversidade explicativa das formas e das coisas e, projeção política na Pólis devido ao momento em que ele vive. Momento de erupção da palavra como ação, como realização, como solidificação dos pensamentos por meio da escrita.

Nesses fragmentos, o termo criança aparece de duas formas: na oposição ao adulto, como primeira etapa da vida humana e na referência ao “tempo da vida [...] alude não ao tempo ‘objetivo’, mas ao tempo enquanto destino, o período limitado de vida humana” (KOHAN, 2005, p.147), grifo do autor.

A infância na Grécia Antiga é composta por uma forma de pensar as bases humanas ocidentalmente. Seus pressupostos contemplam a organização social. Esta conduta de vida permeia as ações que desenham o nascimento da infância moderna.

Da Antiguidade grega aos séculos XII e XIII, vive-se a infância como um período transitório do nascer ao se fazer adulto. A partir deste período da história, a sociedade volta-se para o Ser infantil, com uma atenção diferenciada.

Retomando a purificação da raça humana existente na Grécia Antiga, políticas higienistas e de saúde global são dirigidas ao primeiro momento da vida humana, uma nosopolítica que, segundo Foucault em **Microfísica do poder** (1979): “O século XVIII não a inventou. Mas lhe prescreveu novas regras e, sobretudo, a fez passar a um nível de análise explícita e sistematizada [...]” (FOUCAULT, 2007a, p. 194).

Na obra **O Emílio** (1762), Jean Jacques Rousseau busca transformar a cultura de que a criança era um adulto em miniatura e embalado pelos anseios iluministas, descreve os rumos educacionais para uma infância ideal.

Rousseau (1979, p. 149) concebe a criança numa visão infantil de pureza, ressaltando a necessidade de um olhar diferente, separando-os do mundo adulto e diz: “[...] uma criança não tem a estatura de um homem e não deixa de usar uma roupa como a dele”. Ao falar das idades da vida, Ariès (1981) utiliza-se das gravuras e registros artísticos e corrobora com Rousseau ao demonstrar vestígios da infância dos séculos XII ao XIX, onde a criança aparece retratada como um adulto em menor tamanho, sendo esta a única definição que diferenciava o menino do homem, visto que ambos usavam trajes iguais.

Nota-se também que por esta época tornou-se crescente o modismo de retratá-las e que por meio dessa prática é que se pode conhecer o nascimento da identidade infantil, sua crescente distinção e separação dos adultos. Este acontecimento foi se firmando e galgando espaço na sociedade, favorecendo a identificação da idade da criança em suas diferentes fases, demarcadas pela forma como eram vestidas.

Para Ariès (1981), as roupas infantis figuram como degraus na compreensão das etapas do nascimento da infância entre a Idade Média e a Idade Moderna, sendo que a preocupação em compor o visual infantil em todos os momentos contemplou os trajes dos meninos.

Segundo o autor, as crianças de ambos os sexos eram visualmente semelhantes nos primeiros quatro anos de vida. Usavam vestidos compridos com abotoaduras na frente, por baixo, uma saia e meias longas e quentes. As meninas tradicionalmente vestiam-se como as mulheres adultas desde que saíam dos cueiros.

Erasmus de Rotterdam, na obra **A civilidade pueril** (1530), destaca o capítulo dois à elegância dos trajes, onde discute a disciplina corporal sendo instrumentalizada também por meio das roupas por eles usadas. O traje dos meninos foco das modificações passou por etapas de uso e adequação.

Segundo Ariès (1981), essas experimentações de vestuário aconteceram até o início do século XX, quando, após a I Guerra Mundial, as rendas e os babados presentes nas roupas infantis masculinas, cederam lugar à imitação dos uniformes usados pelos soldados e marinheiros. Com grande aceitação, esta moda fixa-se e permanece como base para as vestimentas dos dias atuais.

Ariès (1981, p. 10) dispõe elementos que encaminha ao entendimento de que, no século XVIII, a fase infantil envolveria a criança do nascimento à idade de 12 anos, “chamada de *enfant*”, aos 13 anos era “chamada de *optimus adolescens*”. Outros termos frequentemente usados para a definição de crianças na escola numa aparente divisão de turmas segundo o autor eram: “[...] *petits, moyens e grands*” (ARIÈS, 1981, p.12), e ainda havia outro termo para as “crianças bem pequeninas, *poupart*” (ARIÈS, 1981, p.13).

Essa manifestação clareia a compreensão do processo divisório das fases que definiram por tamanho e idade o momento da vida que seria compreendido por infância. Delimitar a fase da vida humana dada por infância foi uma preocupação importante ao entendimento do domínio inerente à soberania do adulto na constituição de um saber sobre as crianças e de como lidar com elas, “Era necessário conhecer a criança, procurar desvendar seu pensamento e os porquês de sua ação e desenvolvimento” (ARCE, 2002, p. 83).

A contenção e controle dos impulsos naturais das crianças adviriam do conhecimento e da compreensão sobre elas. Ao possibilitar-lhes mais vida, por meio dos cuidados com a higienização e com a saúde, dispensou-se grande atenção à formatação de uma pedagogia propriamente infantil.

Admitiram-se idéias prescritas em manuais claramente intencionais de fundo moral e disciplinatório, bem como valorizou-se a administração dos locais de recrutamento feitas por meio da repressão em que a punição figura com ares de conteúdo obrigatório nas escolas e na família, disseminando o poder de posse entre as pessoas, a começar pelas crianças.

O discurso da infância, naquele momento, caracterizava a criança como um ser ‘a-histórico’, “acrítico”, fraco e incompetente, economicamente não produtivo e que o adulto deveria guardar. Surgem as primeiras creches para abrigar filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas acima de tudo, do Estado intervir nesses degenerados. Conjuntamente, surgem as primeiras propostas de educação e moralização infantil, a partir do princípio que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura, estendendo o castigo corporal como forma de educação (disciplinar), por considerar a criança frágil e incompleta (OSÓRIO, 2006, p. 12).

Educar esta população infantil com vistas à sua normalização; eis um desafio a encarar como necessidade básica e urgente do corpo social. As crianças não só aprendiam as lições de civilidade pela disciplina como também se destacavam nas reflexões dos adultos sobre as fases da vida, os problemas da infância, a fragilidade do ser humano e a necessidade de atenção e educação direcionada.

A sociologia da infância depõe que: “A infância é uma construção social [...] os papéis sociais atribuídos a este grupo geracional mudam com as formas sociais” (SARMENTO, 2001, p. 13). Afirmando que a globalização fomenta a mudança e as diversas identidades infantis que figuram como “[...] o traço mais marcante da infância” (SARMENTO, 2001, p. 15). Assim como “[...] o aumento dos indicadores de pobreza infantil, por efeito da sua maior variabilidade ao incremento da desigualdade social que tem caracterizado o processo” (SARMENTO, 2001, p. 16-17).

Sarmento (2005) sinaliza que a situação de pobreza no mundo afeta em maior grau e volume a população infantil e que as modificações sociais atingem de diferentes maneiras as diversas gerações.

Para o autor, além da globalização da infância que impõe a normalização de formas de vida, outro fator que tem suplantado a infância é a crise educacional e as mutações nas profissões que, segundo Sarmento (2001, p. 17-18), assim se exprimem:

[...] mudanças contemporâneas na criação e na difusão de saberes encontraram na estrutura formal da escola [...] condições não apenas pouco propícias, pela lentidão dos processos de difusão da informação, continuamente renovada, como profundamente desafiadas pela disseminação, e pela eficácia, as tecnologias modernas de difusão de informação, especialmente a televisão e a internet.

Assim, a infância, enquanto segmento populacional, passa pelo descompasso da humanidade de um modo especificamente diferenciado, considerando suas possíveis fragilidades e limitações, acalentado pelos privilégios econômicos ou não, quer professe uma religião ou não, pertença ao sexo feminino ou masculino, seja negra, branca ou mestiça, a sua individualidade há que ser considerada.

3 O estar na infância: desenhos e cores de compreensões

Buscando explicitar e compreender o significado para as atribuições ao termo “infância”, Corazza, em sua obra **História da infância sem fim** (2004, p.128-129), transita por dicionários etimológicos e enciclopédicos de décadas diferentes, variando em setenta anos, desde 1912, 1946, 1951 e 1974, explicitando configurações diferenciadas nas atribuições dadas à expressão “infância”.

Nessas consultas, a autora encontra sinônimos (mesma compreensão com simbolização gráfica diferenciada), como a incapacidade de realização de algo grandioso, ao qual se possa valorar a ingenuidade, período da vida e definição de estatura dentre outras características.

Outras significações para infante como uma palavra derivada da infância, se readequa à prática cultural local com diferentes posições sociais chegando até a condição de uma atividade profissional, todas marcadas por atribuições regadas como condição de inferioridade, como poderá ser observada a seguir:

1) “pueril, infantil” (o que está na infância), 2) “o peão” [no Brasil, usado para amansador de cavalos burros e bestas; condutor de tropas; trabalhador rural; e no Rio Grande do Sul, para serviçal de estância, conchavado], 3) “o soldado de infantaria” [que é dito da tropa militar que faz o serviço a pé], 4) “o filho de reis que não tem direito a herdar a coroa” [nesta acepção tem por feminino “infanta”] (CORAZZA, 2004 p. 129).

As atribuições para “infantil” postas por Corazza (2004, p. 130) estão cerceadas pelas qualidades atribuídas: [...] “próprio de crianças, ingênuo, inocente, simples, tolo, pueril, frívolo, criancice”.

Bujes (2002) diz que a visão do infantil passa a ser produzida pelos discursos institucionais a seu respeito; os significados e significações destes discursos impõem a fabricação, de outros discursos, distinguindo diferentes sentidos e atribuições que damos hoje à infância.

Não é uma simples evolução, mas uma modelagem de diferentes significados que explicitam diferentes fontes de poderes estabelecidos propositores de diferentes articulações discursivas, referendadas por culturas, onde a linguagem ao constituir o pensamento mantém como um fenômeno histórico e social. Para a

sociologia da infância, este grupo geracional é uma construção simbólica da modernidade, segundo Sarmiento (2005, p. 367):

Esse projecto não pode deixar de ser iniciado pela análise da construção histórica da infância. Longe de ser meramente constituída por factores biológicos, correspondentes ao facto de ser integrada por um grupo de pessoas que têm em comum estarem nos seus primeiros anos de vida, a infância deve a sua natureza sociológica, isto é, o constituir-se como um grupo com um estatuto social diferenciado e não como uma agregação de seres singulares à construção histórica de um conjunto de prescrições e de interdições, de formas de entendimento e modos de actuação, que se inscrevem na definição do que é admissível e do que é inadmissível fazer com as crianças ou que as crianças façam.

Com isso, o poder sobre as crianças intercalado com a vontade de saber sempre mais sobre elas sustenta o sentimento de infância, tornando-a um produto social. Sua manutenção é garantida pelos discursos médicos, psicológicos e pedagógicos.

Percebe-se nos séculos XVII e XVIII que, com esta conduta em relação à infância, tornaria possível um ganho social com o controle e cuidados específicos sobre esta população. Na obra **A Infância** (2006) Stearns diz:

[...] é possível verificar como muitos aspectos da infância contemporânea decorrem do passado, o que por seu turno, permite entender bem melhor a infância contemporânea, inclusive alguns novos problemas que ocupam a nossa atenção (p. 14). O propósito fundamental da infância foi redefinido e disso resultou uma série de consequências instigantes (STEARNS, 2006, p. 14; 19).

O uso da infância no plano político/econômico torna-se oficial, contida na tecnologia da regulação. Sua disciplinarização expande-se como norma a ser cumprida pelos integrantes do corpo social.

A pedagogia, com seu discurso moderno, abraça a questão da infância promovendo o seu “amparo” e justificando sua intervenção. Na tentativa de compor uma educação idealizada numa racionalidade cidadã, institui-se precocemente a Educação Infantil.

A infância é esquartejada. O corpo infantil e sua sexualidade foram um dos dispositivos utilizados como foco da disciplina e de sua docilização. Ao repreendê-la, marcou-se um novo tempo e um novo jeito de encarar a infância e de sujeitá-la desde

a sua origem, enquanto fenômeno cultural. Esta forma de controle significa a garantia de saúde e boa descendência às futuras gerações, essencialmente na vida adulta.

Para que isso fosse garantido, o menor gesto da criança passa a ser moldado de acordo com os anseios dos adultos, seja pelos prazeres ou frustrações, destacando Stearns (2006, p. 15), quando descreve: “[...] basta lembrar as histórias dos professores ou pregadores vagando pelas salas de aula ou na igreja, prontos para golpear os dedos de crianças indisciplinadas ou sonolentas”. A disciplina alcança a criança e a sua potencialidade se emerge nos desejos ou frustrações dos adultos de se autorrealizar.

Essa nova visão da infância, comportada, disciplinada, “como anjos” – assexuados – se propaga em rede por todos os ambientes onde se possa imaginar a existência de crianças. Vigia-las em casa e na escola, eis uma nova tarefa social, em nome do bem comum e do bem estar social. A punição exercida por diferentes estratégias materiais ou subjetivas torna-se parte inseparável da disciplina e das ações reguladoras e normalizadoras das práticas pedagógicas, que não se limitam à sala de aula.

As atribuições dadas às crianças permanecem na atualidade, com leves mudanças no decorrer do tempo, porém a base permanece fincada no momento histórico que englobou o século XVII, quando a infância foi direcionada em massa para sua base educacional, a escola, ambiente de controle coletivo desta população, como uma política de Estado pela necessidade da guarda e o exercício da domesticação.

Campanhas pela saúde e normalização se fizeram junto à urbanização dos logradouros e das cidades onde as pessoas se encontravam amontoadas à mercê das doenças que dizimavam a população na época clássica, pelo acúmulo de dejetos humanos e cadáveres em decomposição a céu aberto (FOUCAULT, 2007a).

Nesse momento de valorização da vida humana, a infância torna-se o centro das atenções médicas e políticas, por conta da sua subjetividade e divergência em relação ao que se considerava como pensamento racional. A curiosidade científica em conhecer o “Ser infantil” direciona esse interesse”.

A partir dos séculos XVI e XVII a atenção e os cuidados com a criança ganharam importância e começaram a se disseminar pela sociedade como fundamentais para a formação de pessoas de caráter, essencialmente pelo número significativo de crianças e a necessidade de intervenção do Estado para estabelecer controles neste novo grupo da sociedade, dando ênfase e apoiando, sobretudo, as manifestações eugênicas, preservando e destacando a necessidade da descendência de indivíduos saudáveis, controlados obedientes, submissos, sujeitados principalmente aqueles calcados no comportamento.

Os ares da modernidade acolham a existência da criança como ser em desenvolvimento e potencial de mudança social com significativas possibilidades de purificação da raça humana e a composição do tecido social.

Esta noção de infância contribuiu para a articulação das ações em todos os campos do saber, sobrepujando visões cristalizadas de indefinição para esta fase da vida.

Esse novo olhar para a criança e sua existência ditou normas, regras e leis que transformaram a vida social, o campo do saber científico das Ciências Humanas e Sociais pontuando a vida infantil como um novo componente de investigação científica. A criança entra na rachadura da História para modificar o que estava posto como verdade e instituir novas teorizações pela necessidade constante.

4 Pátrio poder: uma cultura marcante

A discussão acerca do poder entre soberano e súditos e a base para definição das relações entre pais e filhos moldam um pensamento de posse, de dispor do outro, de fazer valer a vontade. Neste ponto, coloca-os na linha de frente para defender o território, ou defenderem-se a si próprios das agruras e desafios em vias de materialização.

Fixa-se a organização do poder sobre a vida. Com as disciplinas, cultua-se o corpo máquina, adestrando-o e ampliando suas aptidões ao mesmo tempo em que tornavam os corpos dóceis para utilização da sua força, integrando-o ao sistema de controle (século XVII).

As intervenções e regulações demarcaram o corpo-espécie. Preocupação fortificada pelo suporte dos processos biológicos e sociais da vida familiar, que se ocuparam da proliferação, dos nascimentos, da mortalidade, do nível de saúde, da duração da vida, da habitação e da longevidade (século XVIII).

Foucault (2006) diz ser assimétrico, tanto a forma de direito absoluto como o limitado já que tudo pertencia ao soberano – inclusive a vida dos seus súditos – e cabia somente a ele causar a morte ou deixar viver. Eis o princípio da relação entre os pais e filhos; embora descontínuo e diferenciado nas formas de punição, buscava seguir a lógica moderna do direito, preservando os interesses de cada época.

Essas intervenções e regulações movimentaram a sociedade pensante da época na idealização e implementação de instituições e aparatos de controle e disciplina. Hierarquicamente estes braços do poder buscaram dentro dos objetivos calculados a todos para abraçar.

A consolidação das estratégias e ações das mais variadas e englobantes penetraram em cada célula do corpo social de forma a garantir o controle em nome de uma guarda. O Estado e a Igreja tomaram a dianteira na propagação das ordenações disciplinares que foram redistribuídas pelos quartéis, pelas prisões, pelas fábricas, pelas escolas e pela família desde o século XVII.

Diversas disciplinas se desenvolveram buscando técnicas e estratégias mais eficazes para a sujeição dos corpos e do controle das populações pela via das instituições disciplinares. Coordenadas pelo biopoder e pela biopolítica num discurso abstrato, elaboraram teorias gerais propagadas em forma de Leis, Decretos, Normas e valores de cunho social e cultural.

Em seu artigo **Estranho medo da inclusão**, Osório (2006) comenta sobre o biopoder:

A dinâmica da governamentalidade se instaura mediante processos constante de disciplinarização dos corpos dos indivíduos, tentando sempre, na medida do possível, garantir a obediência e a docilidade, numa submissão mais eficiente possível (OSÓRIO, 2006, p. 7).

Dentre essas teorias gerais enquadra-se a sexualidade como o dispositivo mais importante na tecnologia do poder do século XIX, indispensável ao

desenvolvimento do capitalismo, aperfeiçoando o controle dos corpos na produção e no ajustamento da população com o processo econômico e social.

4.1 A família, a criança e a disciplina moral e corporal de outrora

A família da Idade Média, como retratado na obra **História social da criança e da família**, de Philippe Ariès (1973), era idealizada e figurava nas artes harmoniosamente. Contudo, no cotidiano, as crianças conviviam com os adultos e realizavam as mesmas tarefas junto aos mais velhos, mecanismo presente até os dias de hoje para as crianças sem privilégios econômicos.

Apesar dos colégios naquela época, a educação se firmava em bases familiares, suas funções davam continuidade a um paradigma de guarda e de assistência. As crianças tinham vivência restrita, como até hoje, entretanto os pais tinham sentimento pelos filhos, mas sem possessividade. Na atualidade este sentimento é restrito se reduzindo à garantia de bens materiais em alguns casos; na maioria, nem isso.

O fator educação para a vida era mais forte e esta se aprendia convivendo com pessoas esclarecidas e mais velhas, participando das atividades socializantes. De forma geral registra-se que hoje o conceito de família foi totalmente reestruturado e a guarda na medida do possível deve garantir a proteção.

A disciplina figurava como ação natural e necessária à correção das falhas de adequação, na medida do possível. Nos dias atuais é marcado pela violência de ambas as partes, enquanto mecanismo de defesa da criança e do adulto. Para Ariès (1981), a noção de criança bem educada pautava-se na postura social e na educação moral, inculcadora dos requintes necessários à formação do pequeno-burguês, limitando assim, o modelo de infância a ser seguido. Hoje a disciplina calca-se na inadequação da criança na sociedade tendo o caráter de vigília para punir.

Ariès (1981) busca desmistificar o aparecimento da infância e sua inserção na história da humanidade. Estudando gravuras, calendários, livro de horas, capitéis, dentre outras manifestações artísticas, compôs a *iconografia* – palavra de origem grega *eikon* (imagem) e *graphia* (escrita), compondo: "escrita da imagem" –

identificou, descreveu, classificou e interpretou a criança e sua relação com os costumes sociais do século XII ao século XX nas representações figurativas.

Neste sentido, a arqueologia praticada por Ariès nas representações artísticas e iconográficas da Idade Média e da Idade Moderna representa uma das fontes de compreensão sobre a criança e a descoberta da infância no campo pedagógico.

Ariès (1981) possibilita ao leitor uma viagem no tempo, um passeio pelo cenário da Idade Média, pela Era Victoriana e, vivenciar a infância do século XV, XVI e sua gradual supressão pela repressão ocorrida no século XVII. Crianças livres do passado impondo toque de recolher às futuras gerações por meio das tecnologias disciplinatórias. Por mais que tente educar pela repressão, as estratégias hoje garantem esta possibilidade pela “ausência” do adulto com a criança.

Esse recorte permite a visualização da punição infantil, camuflada como disciplina com o afã de explicitamente docilizar o indivíduo em tenra idade adequando-o às normas vigentes de cada modelo de sociedade. Com a aceitação e rejeição, o aval social de que criança se educa em casa, não importando como isso seja feito ou não.

Ariès (1981) constata em seus estudos que a infância enquanto tal não existia até o fim da Idade Média, e que esta noção de cuidados específicos e alusivos à criança é invenção recente, inerente à consolidação das sociedades modernas, principalmente pelo fato que o Estado, nos dias atuais, é o gestor destas responsabilidades.

Esse novo conceito de infância se constitui na passagem do século XVII para o XVIII. Esta transição acontece pelo novo olhar dado ao ser humano e atribui-se a ingenuidade e a fragilidade do indivíduo a este período da sua vida. Elementos pelos quais são totalmente ignorados nos dias atuais, pois os atributos dados à criança são idênticos aos dados ao adulto.

Segundo Ariès (1981), a característica que marca esta mudança de paradigma infantil nos fins da Idade Média se define como o mimo e a paparicação das crianças. Também se tornam meio de entretenimento dos adultos (principalmente da elite). A morte na infância passa a ser recebida com dor e muita tristeza,

suprimindo a banalidade dos “acidentes”. Fato que hoje é registrado como fenômeno no tecido social.

Essa evolução engloba o campo da moral no século XVII sob forte influência de campanhas “educativas”, num movimento promovido por Instituições que tomaram como tarefas e contribuições na expansão do pensamento reinante de organização social.

Assim, segundo Ariès (1981), os laços da Igreja com a família tornaram-se estreitos por volta do século XII, quando o cristianismo passou a ditar as regras para a sociedade. Esse contato direto e imediato com a população se tornou um forte veículo de transmissão das idéias inovadoras e docilizantes na recomposição social, embora, nos dias atuais, tenha sido esvaziados.

A Igreja participou ativamente da implantação de campanhas educativas voltadas para a família, que no século XVII e XVIII figurou como a célula primordial de educação pelo controle social, mecanismo adotado até os dias atuais, limitados a discursos epidérmicos. Isto abriu espaço para o pensamento educacional no século XVIII e a instituição de procedimentos que contivessem a criança disciplinando-a para educá-la, reforçados até os dias atuais.

Durante o século XV, a monarquia se preocupou mais com o político, deixando o social à margem. A sociedade hierarquizou-se e as crianças formaram coro aos adultos “numa rede de contatos cotidianos, sensoriais” (ARIÈS, 1981, p.164).

Numa adequação à liberdade que se tinha nesta ordem social, buscava-se manter as relações sociais junto ao grupo de origem, visando o seu auge dentro desta rede de relações. A posição social era o foco do desejo, bens e materialidade não tinham importância em *status*, a preocupação enfatizava a reputação.

Ao final do século XVII, buscava-se instruir as crianças para o enfrentamento de uma vida adulta e desafiadora. A disciplina era passada durante as conversações que, longas e constantes, permitiam, com moderação, se falar sobre tudo. Ariès (1981) afirma que os assuntos se fixavam no polimento das falas numa arte de saber o que falar e onde falar, na prática e por meio de manuais que “ensinavam as línguas vivas que não eram lecionadas no colégio” (ARIÈS, 1981, p.171).

Isso denota que a segregação do saber escolar sempre esteve presente nos diversos momentos da história, fomentando a impossibilidade do acesso ao saber como materialidade do domínio e do poder exercido. Assim, o contato e vivência com indivíduos “cultos” ampliariam as chances de manutenção de *status* e constituição de saberes específicos para a regulação.

A domesticação do sexo, força selvagem e instintiva, atua como forma de controle do poder no corpo social, difuso e presente em todos os lugares numa relação intrínseca entre os discursos, as verdades e os acontecimentos. Foucault (2006) não vê o poder como opressor e nem como repressor da liberdade do indivíduo. Este faz suas concessões diante das opções colocadas à sua frente pelas condições de vivência, afirmando:

Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2006, p. 102-103) grifo do autor.

Esse poder, que insurge de todas as partes, presente em cada relação e em todos os pontos possíveis e inimagináveis, representa seu movimento dinâmico, coletivo e individual. Os pontos de resistência têm força para manter ou destruir esquemas e ao mesmo tempo em que estão a favor de uma situação opõem-se a determinadas atitudes em seu próprio interior.

A pedagogização dos corpos dos indivíduos, inclusive das crianças, se enquadra nos diferentes controles sendo alvo da repressão ao sexo e seus atos sociais. Em prol de uma infância saudável estas estratégias se relacionam à negação do

próprio exercício da infância, antecipando sua institucionalidade através da escolarização da educação infantil, reduzindo cada vez mais a sua liberdade. Inserido na sociedade por meio de campanhas educativas e punitivas, de inibição e supressão; eis a obrigatoriedade dos nove anos do Ensino Fundamental e o “direito” à Educação Infantil.

A socialização das condutas de procriação voltava-se aos cuidados quanto à fecundidade, nascimentos e freios, controle por meio de medidas políticas, responsabilizando os casais e ao mesmo tempo o corpo social; eis a proibição do discurso da sexualidade na infância.

O discurso que produz o poder e classifica ou desvaloriza saberes institui normas e reivindica espaços. O apoio mútuo entre os focos locais de poder e sua influência nas formalidades globais permeia estratégias cada vez mais aprimoradas de sujeição da infância.

Kohan (2005) analisa a disciplina imposta à infância dentro da congruência das idéias de Foucault e Ariès e aborda a instituição escolar como força motriz desta docilização infantil bem mais que a familiar.

Menciona o poder hierárquico exercido nas escolas, como o foco da ocupação do professor no disciplinamento em nome da ordem institucional. Visto que, depois dos responsáveis diretos, estes são os indivíduos próximos por mais tempo das crianças e sintetiza:

O professor ocupa, dessa forma, uma posição estratégica na disseminação do poder disciplinar na escola. Mas não se trata de fazer do professor o vilão da história. Ele também é, em muitos sentidos, rebanho dos orientadores, dos conselheiros e dos diretores que, por sua vez, são também rebanho dos administradores, dos supervisores, e dos macrogestores, e assim por diante. Ele também está preso ao controle e à dependência dos outros (KOHAN, 2005, p.88).

Isso possibilita a idéia de que os responsáveis detentores do poder sobre o indivíduo infantil lançam mão de estratégias diversas para a obtenção de êxito em tal tarefa, pois são papéis diferenciados. Por vezes, ocultam fatos violentos que o silencia pela vida e compromete seu desenvolvimento enquanto ser livre, criador, atrelando-o ao que está posto de forma natural, muitas vezes sem questionamentos, simplesmente pela acatção.

Essa ação se apresenta como racionalidade dos responsáveis perante o corpo social, dado como resposta à demanda disciplinatória, no cuidado de si e do outro, numa lógica interpretativa comum inerente à sua condição de vida direta nas bases materiais.

Nesse conjunto complexo de correlações de forças nas relações sociais, o adulto se apossa do poderio momentâneo sobre a criança muito em função das suas atribuições institucionais determinadas pela sociedade e, com naturalidade, impõe-se a ela como autoridade a ser respeitada.

Mediante isso, a infância fica pressionada entre o autoritarismo por vezes exagerado e gerador de violência corpóreo/psicológica demarcando as experiências e aprendizados, os quais, para muitas, nem é dado importância. As instituições que estariam responsáveis em promover-lhes uma vida sem traumas, muitas vezes ignoram sua força intelectual em formação em prol de uma ordem a ser vista de fora, desrespeitando e violentando suas experiências anteriores sendo contempladas com prêmios e ovação, próprios da vontade de poder instituído.

As agressões por diferentes instituições violentam a infância, aniquilam os corpos e as mentes e promovem lacunas imensas de dor e de ódio, interferem no desenvolvimento intelectual e se propagam como redes, numa concorrência pelo domínio e consequentemente pelo poder, reproduzindo assim, aquilo que lhes é imposto como verdade. Criando indivíduos agressivos e aliados do contexto social.

Durante a Educação Infantil o ritual da aprendizagem se situa nas atitudes que valorizam diferentes comportamentos. Dentre elas a importância da higiene após utilizar os sanitários. Quando a criança adentra o primeiro ano, a estrutura institucional com relação às suas necessidades retrata outra realidade. Não são disponibilizados recursos básicos para suas necessidades fisiológicas, cabendo a ela lidar com esta contradição e reaprender as diferentes formas de punição institucional.

A criança vagueia em sua existência vigiada e nas contradições institucionais; há que se enquadrar cedo às normas para um corpo saudável e a continuação da espécie dentro de uma lógica fabricada e unívoca compartilhada e aceita por todos, cabendo a ela se adequar.

Assim, nos séculos XVII e XVIII, não se pensava a criança como um ser em desenvolvimento, mas como um adulto em potencial, que deveria aderir aos preceitos

postos e aceitá-los sem contestação. Viglada e punida com rigor sempre que um “deslize” fosse cometido.

Conhecer aspectos da vida da população para melhor administrar é o modo de gestão que interessa ao Estado. Este fenômeno que tem acompanhado os movimentos sociais desde o século XVIII se fortalece a cada geração, incorporando um discurso convincente e arrebatador apoiado por novas abordagens jurídicas, tendo a dinâmica de sedução como estratégia de intervenção do próprio Estado.

A sociedade inventada tal e qual apresenta Foucault (2006), a partir da ascensão da burguesia, busca por meio do discurso generalizar a vida e dominar a infância para a expansão mercadológica e a supremacia capitalista.

A busca pela pacificação social e enquadramento da infância nesta nova ordem administra a partir do controle, calcula a vida e investe no maior legado humano que é o corpo. É no corpo que se inscrevem as leis, impondo-lhes costumes e tradições, vigiando intimidades e delimitando a liberdade.

A aparente tranquilidade e ordem que esta atitude representa mascara atos de insubordinação e desrespeito que se diluem no cotidiano de muitas crianças que hoje são consideradas vítimas das modalidades de violência pelas discursividades normalizadoras, constituídas pela promulgação das leis em cada Estado. Especificamente no Brasil, a **Constituição Federativa do Brasil** (1988) e **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990).

5. A infância nas malhas da política

Buscando transformar a cultura de que a criança era um adulto em miniatura, na obra **O Emílio** (1762), Jean Jacques Rousseau coloca seu ponto de vista de uma infância ideal: “Ela não deve ser nem animal, nem homem e sim criança mesmo” (ROUSSEAU, 1979, p. 75), sendo esta obra fundamental para as novas atribuições infantis.

Segundo Foucault (2005, p. 42), este era o “[...] momento de construir, contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas, um modelo alternativo, o das democracias parlamentares”.

Um dos dispositivos utilizados na pedagogização da infância fixou-se na sexualidade infantil e consequentemente na sua repressão. Tê-la sob controle passa a significar a garantia de saúde e boa descendência às futuras gerações, bem como enquadrá-la nas normas de vida disciplinada.

A disciplina alcança a criança e a sua potencialidade se emerge nos desejos adultos de autorrealização. Esta nova visão da infância se propaga em casa e na escola tendo como foco o comportamento e as atitudes como andar, brincar até as posturas corporais, reproduzindo o mesmo modelo ensinado e cobrado dos soldados nos quartéis.

Vigiar as crianças em casa e na escola passou a ser uma atitude cobrada do adulto responsável. A punição corporal foi justificada para a obtenção do êxito disciplinar. Tais ações avançaram no tempo e a criança, com vistas à normalização, deparou-se com muitos deveres, entre os quais, socializar-se em sua base educacional, a escola.

Porém, nem todas as crianças desta época foram disciplinadas neste prisma educacional. Algumas não tiveram tutores ou puderam frequentar uma escola. Segundo Arce (2002), a maioria, por viver em situações precárias, eram tiradas dos seus leitos nas madrugadas sob o peso do sono, seguiam seus pais às fábricas onde permaneciam trabalhando por longas horas até a exaustão completa do seu corpo.

Para essas, a nova visão de infância não chegou e a necessidade de sobrevivência fez com que passassem por este período de olhos vedados aos acontecimentos que os circundavam. O trabalho infantil para muitos era a garantia de vida. Cabe então a seguinte indagação: como garantir às crianças os direitos que as leis lhes asseguravam? Isso explicita as diferentes correlações entre o que está estabelecido e o que é operacionalizado. Cultura regulatória que permanece até nossos dias como a própria **Constituição Federativa do Brasil** (1988).

Essa contradição entre a norma e a regra praticada pode ser evidenciada no **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), que, em seus artigos, busca a abolição dos castigos dirigidos às crianças no processo educativo, para protegê-la dos maus tratos familiares e de outros, tendo como maior objetivo amparar com base na lei a “mitigação das penas” conferidas à criança e ao adolescente.

O art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 (ECA), estabelece a faixa etária entendida como infância, buscando normalizar os direitos que a criança adquiriu ao longo do tempo, desde seu surgimento como ser em potencial.

Suas proposições dão conta de pontos importantes deste processo, quando esclarecem os direitos das crianças e os deveres dos seus responsáveis. Ao atingir a maioridade, o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990) amenizou, mas não aboliu, a punição com castigos corporais, abusos e negligências, como demonstram as estatísticas do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI/IP/USP) anteriormente apresentadas.

O parâmetro das condições das crianças hoje no Brasil é o Relatório “Situação Mundial da Infância 2008”, do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), que destaca a queda na mortalidade infantil.

Segundo o Relatório, entre os 194 países estudados, o Brasil tem melhorado sua posição na avaliação de vida infantil até os cinco anos de idade. Porém, as diferenças regionais ressaltam a diferença quanto a possibilidade de morte do nascimento aos seis anos de idade.

Esse Relatório destaca ainda o “Programa de Saúde da Família” (PSF) como responsável pela redução de mortes de bebês, especialmente nas regiões mais pobres do país, pela introdução do programa de agentes comunitários de saúde desde 1990.

No entanto, o Relatório lança crítica ao governo brasileiro pela forma que conduz a política social pautada em programas de assistência, por serem pontuais e não efetivos, faltando aos brasileiros um melhor atendimento em saúde e educação.

6 Características que marcam o estar na infância

Ao voltar-se para a primeira fase da vida humana, aos primeiros anos do indivíduo, a maquinaria da governabilidade se detém nas minúcias do corpo infantil, conforme citado anteriormente no estudo. É preciso corrigir seu desenvolvimento e aparente irracionalidade por meio da disciplina. A infância é vista como um Ser comparado aos loucos pela incapacidade de compreensão prévia das suas atitudes, necessitado de normalização, vigia e controle.

Em **História da infância sem fim** (2004), ao afirmar que “[...] a loucura é infância”, Corazza (2004, p. 151) traça um paralelo entre a infância e a loucura, com sustentabilidade para esta afirmação em uma das obras de Michel Foucault. A autora descreve que foi na obra **A História da loucura** (1961) que aparece pela primeira vez uma “[...] interseção entre a criança e o louco” (CORAZZA, 2004, p. 151).

A criança como representação do proibido, do indesejado, aquele Ser causador de problemas, que precisa desaparecer enquanto é pequeno. Se a sorte o favorecer com a vida deverá ser disciplinado para tornar-se um adulto racional; se a morte for do seu “destino”, estará entregue a ela tornando-se mais um “anjinho” no céu a velar pelos pais.

Que contradição! O adulto maltrata a criança, negligenciando a atenção e os cuidados básicos necessários à vida. Ao mesmo tempo, crê cegamente, espera e cobra “possíveis” cuidados fomentados por esta criança viva-morta por meio de milagres de cura aos seus males, ajudas assistenciais e a crença de que a sua “recepção no céu” esteja garantida, quando chegar a sua vez.

Expandem-se a idéia de inocência e pureza atribuída à criança e implantada no imaginário humano por meio da força cristã. Surge a noção de anjo, “[...] o adulto deveria lutar contra a leviandade da infância formando-a moralmente, afinal as crianças eram semelhantes aos anjos, seres mais próximos de Cristo” (ARCE, 2002, p. 83). Segundo Arce (2002), doutrinas e dogmas contribuíram fortemente para o estabelecimento da noção de pureza e santidade à criança. O mistério criança-anjo mira-se à santidade do Menino Jesus.

Assim, há possibilidades de que a preservação da característica angelical na infância tenha contribuído para o nascedouro da subjetivação humana, um papel em branco pronto para ser inscrito por linhas disciplinatórias moderadoras do controle e disciplina. A infância moderna nasceu sob a égide da sociedade disciplinar, a configuração do corpo social em transição com base na moral comum moldou-a com ênfase na idéia de inocência, incapacidade e devir, seara para investimentos disciplinatórios, punitivos e reguladores das potencialidades inerentes ao Ser infantil em constante formação e adequação.

O controle social da infância pelo Estado se materializou na construção e manutenção das escolas e no domínio da composição curricular. Enclausuradas para

melhor controlá-las e sob a panóptica normalizadora das leis e das imposições discursivas, veem-se as creches, as escolas, os consultórios médicos e psicológicos como laboratórios, reforçando esta finalidade.

Assim, os olhares se voltam para as crianças desde a época clássica. Criam as suas necessidades. Inventam os seus desejos, suas alegrias, suas tristezas, a resolução das suas necessidades. Tudo é problematizável em nome da criança e pelo “bem” dela.

Nos liames da sobrevivência, a luta primordial, a superficialidade solidária presente na sociedade denota-se fortemente descartável e tendenciosa. Busca-se conhecer a infância tendo por parâmetro um menino e uma menina idealizados e modelados pela vontade de verdade que permeia os discursos ditos e escritos e pela vontade de poder estabelecido, do domínio sobre a criança e da autorrealização adultocêntrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar essa pesquisa uma gama de questionamentos me povoa a mente. Penso em sua gestação e nas múltiplas possibilidades de se entender a infância e a generalidade da sua interpretação hoje.

A necessidade de sobrevivência cobra dos pais e/ou responsáveis a busca por recursos. Estes, na Vila Princesa, vêm da coleta e venda de recicláveis desprezados pelos moradores do Município de Porto Velho e disputadíssimos pelos catadores em um trabalho cansativo desenvolvido em condições sub-humanas.

A reciclagem e o reaproveitamento dos dejetos são básicos para o equilíbrio econômico local. Em todas as casas é possível notar a existência de objetos reaproveitados. No trabalho de coleta e vendas estão envolvidos os jovens e os adultos, homens e mulheres.

As crianças, por não participarem das atividades, ficam a mercê de constantes perigos por estarem sós enquanto seus responsáveis estão envolvidos no trabalho. Também ocorre que os pais, quer sejam biológicos ou não, ou responsáveis não conseguem ter dignidade mínima em suportar aos desdobramentos a que são expostos pelos processos de exclusão social marcados por suas precariedades humanas.

Neste sentido percebi que um dos responsáveis pelo alto índice de violência entre as crianças é a disputa por objetos achados no lixão e tidos como produtos de primeira necessidade. Esses atos de ira individual exercem influência na aprendizagem escolar.

O nascimento da violência infantil e as atitudes provedoras de tal ato por parte do adulto envolvem um conjunto de relações culturais e sociais nas quais a guarda e a proteção readquirem um significado de exploração abusiva, implementada pela violência intrafamiliar, sendo constantemente negligenciada a responsabilidade e os compromissos pelas pessoas.

Diante da autoproteção crescente formulada para o indivíduo infantil, que no Brasil é propiciada pelos artigos e parágrafos do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), busca-se proteger a criança dos maus tratos e com isso solidifica a individualização infantil, pois fomenta uma cultura da infância com

novos elementos aglutinadores de saberes constituídos como verdades em nome do indivíduo infantil.

De carona com o avanço tecnológico e com as descobertas médico/biológicas, a sociedade das últimas duas décadas tem dado à luz indivíduos infantis com possibilidades diferentes de adaptação aos desafios que estão postos. Com o referendo psicopedagógico, a criança nasce com sua trajetória traçada, sendo regida pelas leis do mercado. Este pressuposto biológico é fortemente rebatido pela sociologia da infância. O primeiro momento da vida humana se faz por meio de um discurso planejado com forte apelo consumista e controlador.

É fácil encontrar crianças que aprendem cedo a lutar pelo básico e que encaram este fator como o dado principal da vida em todas as esquinas do Brasil, porém volto a atenção à Vila Princesa, um lugar em que o campo de batalha não lhes oferece grandes possibilidades para mudanças.

A vontade de saber sobre a violência com gênese infantil nas crianças da Vila Princesa que provocou o início deste estudo converteu-se na investigação acerca deste acontecimento evidenciando-o enquanto atitude constatada nos arquivos escolares, nas conversas informais com os moradores e com a comunidade escolar e, enquanto fato considerado real por meio de registros de ocorrências e notificações, os quais são levados em consideração por terem sido denunciados, estratégia considerada válida pela documentação.

A documentação oficial que torna real os acontecimentos em destaque, não contempla as observações locais. Assim pode-se compreender relacionando os fatos contidos nos arquivos escolares em contraposição com aqueles provenientes dos documentos oficiais consultados que, na comunidade, está presente a cultura do silêncio e a resistência.

A internalização das precariedades da vida pelos indivíduos e a idéia de que os “meios” de proteção dos seus direitos e/ou as ditas “facilidades” para buscá-los não estão ao seu alcance. O custo e as dificuldades para a sua obtenção os desestimulam. Assim, o processo de desenvolvimento de vida particular e a marginalização da qual seriam vítimas é considerado normal pelos moradores, visto que esta situação para muitos é uma opção de vivência.

Aos que vivem este movimento ou observam-no em seu cotidiano ignoram-no, pois, sendo essa temática naturalmente inibidora, as pessoas não querem se envolver. Os fatos são presenciados todos os dias numa banalidade grandiosa, o que é registrado nas ocorrências policiais e notificado pelos conselheiros tutelares são acontecimentos esporádicos e denunciados por terceiros. Enquanto no local a vida continua, os fatos incorporam-se na rotina cotidiana, o panorama permanece.

A motivação para o silêncio provém do medo: medo da exposição e possíveis consequências pelo ato da denúncia. Este comportamento do adulto corrobora para que esse tipo de acontecimento torne-se uma prática que silenciosamente se expanda numa reação em cadeia/oculta.

A violência infantil na Vila Princesa se manifesta no dia-a-dia da população como algo natural, não considerado abusivo, visto que a comunidade vive numa disputa contínua por espaço. A sobrevivência coloca-se na linha de frente quando o assunto se volta para a busca de recursos e a manutenção da família.

Estão normalizados a uma vida de que “o pouco se torna o bastante” (dito popular), ou acreditam que o que conseguem fazer é o suficiente para sobreviverem e outros que fazem opção de viver com “sobras”. Também há neste local indivíduos que se estabelecem visando lucros e rentabilidade, quer seja com o comércio ou com a prestação de serviços. É a expansão capitalista presente em todos os lugares.

Neste sentido, viver à margem não os incomoda. O modo de vida que proporcionam aos filhos, para muitos não provoca comoção. As crianças “são felizes”, brincam em liberdade. Mas que liberdade é esta? A liberdade de se fazer o que quer? De ter a mídia como orientadora? De ter contato com todas as pessoas como quiserem e da forma que quiserem? Descarregar suas fúrias e desejos frustrados no corpo dos colegas?

Observa-se nesse caso que o poder soberano encontra-se nas crianças, nas condutas e tomadas de decisões, de ir para a escola ou não, ter contato com o fumo e a bebida dentre outras atitudes.

A família, responsável pelo bem estar da infância e dos cuidados com os filhos, tem apresentado, nas últimas décadas, outras formações. Com a saída dos adultos ao mundo do trabalho, permite-se uma reversão de papéis.

Ao assumir a condução da casa, os filhos tornam-se imperadores e tiranos alimentando esta dimensão para a violência ao sentirem-se “donas” dos seus próprios atos (sem, contudo, ter como se responsabilizar por eles) sujeitando os demais aos seus desejos.

Na comunidade reproduzem o que vivenciam e o que captam da mídia (definem os filmes que vão assistir, usualmente impróprios para menores e filmes de ação nos quais a violência está sempre presente). Driblam as normas estabelecidas, numa alusão à resistência e à falsa noção de liberdade.

Suas condutas e atitudes são determinadas num estilo de vida livre da noção de regras reproduzindo o modo culturalmente difundido na localidade. Ao abordar os temas voltados à política e à educação, na investigação destaca-se o caráter desumano na condução das ações públicas encaminhadas à população, pois este representa um grupo de risco social.

A idolatria ao conhecimento sistematizado e normalizado com sua base opressora e o banimento seletivo de uma vida com conforto e acesso ao saber já os deixam à margem. A base cultural em que estão inseridos, fundamentada na visão local, é desconsiderada pela normalização de uma cultura humana de base geral que valoriza o que se configurou como verdade.

Os moradores da comunidade Vila Princesa tentam constituir uma verdade própria e uma prática cultural que busca a resolução dos seus problemas localmente, esquecendo que isto é impossível, pois são frutos de relações mais amplas da sociedade, portanto são consequências da marginalidade social.

Ainda que suas crianças representem estar adaptadas a este espaço, suas posturas atitudinais enveredam para uma formação de personalidade resistente ao que está posto na sociedade, à sua marginalidade e ao próprio sistema, embora detenham um discurso de forte apelo assistencial como mecanismo de concessão, impondo limites entre aquilo que é possível negociar de acordo com aquilo que lhe é peculiar enquanto grupo. Compreendem que causam compaixão e tiram proveito disto. Conhecem seus direitos de liberdade e atenção, em particular, o art. 60 do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990).

Incorporaram com rapidez a este artigo do ECA quando suas presenças começaram a ser barradas no lixão na chegada do caminhão do “bamburro”, na

linguagem local ou “bambúrrio”, que significa no dicionário etimológico online: sorte inaudita, fortuna inesperada e acaso feliz, ou seja, momento em que todos correm na busca por conseguir levar algum alimento despejado pelo caminhão, mesmo que vencido, é uma fortuna, um presente, uma força a mais na manutenção da casa e da família.

O corpo resiste às intempéries do ambiente, a exposição aos riscos de doenças é ignorada. Muitas crianças nos primeiros anos de vida estão com a saúde bucal comprometida pelos maus hábitos alimentares e a ausência de higienização e cuidados.

Assim, a noção de constituição do indivíduo infantil a partir das práticas sociais vivenciadas e praticadas por estas crianças em meio a disputas pelo básico da vida tem direcionado seus comportamentos e lhes cobram posturas e atitudes. Seus saberes são rotineiros, formados no cotidiano comunitário, onde a educação é focalizada nas reproduções punitivas que escamoteiam a violência justificando-a como disciplina para a “ordem e o progresso”.

As duas hipóteses que havíamos levantado no ponto de partida como possíveis razões para as condutas violentas: a) estas crianças querem se fazer conhecer, destacar-se perante as outras e a comunidade e b) a proteção legal destacada como direito no **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), que ameniza a punição para o indivíduo infante/juvenil infrator.

A focalização nos resultados obtidos no decorrer da pesquisa encaminhou para a análise com maior cuidado para a primeira hipótese, visto que suas atitudes representam uma forma de chamar a atenção para as suas necessidades e seus desejos. Conhecem detalhadamente a comunidade e sabem como e o que fazer para viver naquele espaço, onde se percebe que a competição é a atitude máxima para a sobrevivência.

No levantamento de dados pela consulta em arquivos nas instituições que lidam diariamente com os casos de violência que envolvem a criança, constatei que há uma disparidade gigantesca entre o discurso local sobre os fatos e as notificações registradas nas ocorrências policiais e nos atendimentos sob nota dos conselheiros tutelares.

Esta constatação suscita pensar que: a) os casos são absorvidos na própria comunidade, por ser da cultura local não procurar ajuda por pressupor o seu arquivamento; b) não registram ocorrência por acreditarem não haver retorno positivo para suas denúncias e c) temem uma conversão discursiva do fato e o denunciante ser considerado cúmplice ou réu e acabar sendo punido.

Outra razão a se pensar seria a distância entre a comunidade e os órgãos competentes de proteção, já que muitas notificações são feitas por terceiros ou mesmo pela própria polícia que, nas diligências ou na captura de suspeitos, encontra casos de maus tratos e negligências contra a criança e encaminham à Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente (DEPCA). Esta, dependendo do caso, direciona ao II Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Porto Velho/RO (CTCA).

Os acontecimentos são “suprimidos” dentro da própria casa, não saindo da comunidade, onde se curam as feridas corporais, mas as cicatrizes causadas pela vivência junto à situações de vida desconfortáveis regadas por atos de diferentes formas de violência serão por muito tempo motivo para traumas e até mesmo de possíveis desvios comportamentais.

Representados pela relação binária extremista, o medo e a coragem, a individualização circundada pela autoproteção, o isolamento, a insegurança e por vezes o silêncio que são características da resistência ao acontecimento que o indivíduo coloca a si e à sua família, afastando-se por conveniência dos perigos desta representação.

Por outro lado, a precisão do convívio social promove a coragem, que se materializa na necessidade de encarar a vida driblando os medos. Esta postura cristaliza-se pela sobrevivência dos indivíduos no cotidiano quando se deparam com acontecimentos desta natureza, dos quais, pela sujeição e educação internalizada, exercem grande influência em sua perpetuação.

Embora nos escritos pouco se revelem tais acontecimentos, nos ditos eles se manifestam em abundância no discurso espontâneo das pessoas que convivem diariamente com esta população.

A partir das marcas identificadas nas ocorrências registradas e analisando as características dos atos considerados como violência contra a criança e o adolescente

por Azevedo; Guerra (2007), o controle das atitudes destes acontecimentos na comunidade tem se dado no âmbito escolar, nas ações que impõem soberania e domínio das técnicas disciplinares para, a bom termo, conduzir o trabalho pedagógico.

Nos arquivos em que foram pertinentes a busca pela compreensão deste acontecimento, nas teorizações selecionadas para dar seguimento ao trabalho e na noção de infância presente na época clássica e na Grécia Antiga, obtive subsídios para os caminhos que ousei percorrer neste trabalho, o qual permitiu-me observar a consistência dos acontecimentos analisados como fatos históricos.

A descontinuidade na composição discursiva factual apresenta-se como a maior articuladora das questões que notifiquei nas análises documentais. As verdades inseridas nos discursos não referendados e nas estruturas de sustentação ocultas nas notificações e registros trazem à tona uma forma de vida “quase” primitiva. As crianças da Vila Princesa não estão em seu estado natural como desejaria Rousseau, porque estariam “sob a tutela” do descompasso da humanidade.

Concede-se poder ao outro, e nesta concessão abrem-se espaços para o imaginário de que o outro tem as palavras certas para dizer o que eu queria ouvir ou falar. Idolatra-se o conhecimento sistematizado, normalizado e geral com sua base delimitada e busca-se suprimir a cultura humana de base e valorizar o que se configurou como verdades. Por este caminho, as gerações agregaram a disciplina pela punição como prática instrutiva e de organização da conduta populacional.

Os aparatos de poder que se manifestam nas leis que regem o Estado de Direito da criança brasileira não as alcançam. A ineficácia das ações institucionais em sua defesa ficam visíveis quando se mostram incapazes de coibir certos acontecimentos maculadores da infância – no caso, a violência germinando na criança.

Com efeito, adentrar ao pensamento foucaultiano favoreceu a compreensão do significado da vida comunitária numa sociedade socialmente fragmentada e eticamente diluída. Possibilitou compreender e interpretar a condição de sujeição do indivíduo frente ao sistema estabelecido. Forneceu elementos para o trabalho intelectual e transpôs a circunstância dada inicialmente, subsidiando-o e

encaminhando-o às novas condições de entendimento do acontecimento – infância e violência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças (Coord.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **A violência e a escola: caso Brasil**. Disponível em <http://miriamabramovay.com/vio_e_escola_caso_bra.html>. Acesso em: 20 dez. 2008.

AGUIAR, Deise Maria dos Santos. **O olhar das crianças sobre a diferença e a desigualdade: pobreza, gênero e raça nas relações escolares**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST51/Deise_Maria_dos_SAntos_Aguiar_51.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2008.

AQUINO, Julio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1996, p. 39-55.

_____. A Indisciplina nossa de cada dia. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diálogos com Educadores: o cotidiano Escolar Interrogado**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 59-70.

_____. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Cadernos CEDES. Campinas; UNICAMP, n. 47, dez., 1998, p. 7-19.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

ARCE, Alessandra. Infância, maternidade e família. In: ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Foebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 77-137.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução de Dora. Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARQUIVOS OFICIAIS DO II CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PORTO VELHO/RO. Consulta em jan. e fev. 2008.

ARQUIVOS OFICIAIS DA DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PORTO VELHO/RO. Consulta em jan. e fev. 2008.

AVANCI, Joviana Q. et al. **Escala de violência psicológica contra adolescentes**. Revista Saúde Pública 2005; v.39 nº 5, p. 702-8. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsf/v39n5/26288.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes**. 2004. Meio de divulgação: Digital. São Paulo-SP: Inst. promotora/financiadora: LACRI. Disponível em: <www.usp.br/ip/laboratorios/lacri>. Acesso em: 27 jul. 2007.

_____. **Advocacy em Rede**. Pré-Textos em debate In: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri - Acesso em: 27 jul. 2007.

_____. **A ponta do iceberg: dados de incidência e prevalência**. Brasil – 1996 à 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

_____. **Apresentação: como não mentir com estatísticas**. Brasil - 1996 à 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

_____. **Violência psicológica doméstica: vozes da juventude**. Versão virtual. www.ieditora.com.br . 2001.

_____. GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência doméstica na infância e adolescência** . São Paulo: Robe Editora, 1994.

_____. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil**. São Paulo: Iglu, 1998.

BRASIL. **Código de Menores**. Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Constituição do Estado de Rondônia.** Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Administrativa do texto constitucional promulgado em 28 de setembro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 01/1990 a 24/2002.

Disponível em: <www.ale.ro.gov.br/legislacao/constituicao_estadual>. Acesso em: 16 abr. 2008.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Lei 8069/90 de 13 de junho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 16 mai. 2008.

_____. **Lei Orgânica do Município de Porto Velho - Rondônia.** Câmara Constituinte. Porto Velho (RO), 27 de março de 1990. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_ro_porto_velho.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2008.

_____. **Violência contra a Criança e o Adolescente:** proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Ministério da Saúde – MS Brasília (DF). Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2008.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Alguns apontamentos sobre as relações infância/poder numa perspectiva foucaultiana.** ULBRA/PPG-Edu. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/mc07mariaisabelbujes.doc>. Acesso em: 26 mar. 2008.

CONSULTA NACIONAL SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. **Recomendações e propostas sobre a violência doméstica.** Parlatino, São Paulo de 15 a 23 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/saude/sms/seminario/consulta.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

CORREIA, Sabrinna de Sousa. SOUSA, Ailton Elisiário de. SILVA, José Irivaldo. **Violência familiar**: um estudo de caso da ação repressiva do estado. Relatório final do programa de iniciação científica (proinci/uepb)-quota 2000/2001. Disponível em: <http://www.datavenia.net/artigos/Direito_Penal/ViolenciaFamiliar.htm>. Acesso em: 04 ago. 2007.

CRUZ, Tania Mara. **Meninas e meninos no recreio**: gênero, sociabilidade e conflito. 1v. 194p. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA ON-LINE PRIBERAM. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 14 jun. 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. Série Discussão Aberta. 19 ed. São Paulo: Ática, 2000.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. PRADO, Patrícia Dias (Org.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002a.

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. 7 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2002b.

_____. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 10 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Microfísica do poder.** 23 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 33 ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2007b.

_____. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007c.

_____. **História da sexualidade II:** o uso dos prazeres. 12 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007d.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **Pedagogias críticas e subjetivação:** uma perspectiva foucaultiana. Petrópolis: Vozes, 2002.

GULLESTAD, Marianne. **Infâncias imaginadas:** construções do eu e da sociedade nas histórias de vida. Revista Educação e Sociedade, 2005. v. 26, nº 91, p. 509-534, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

JAVEAU, Claude. **Criança, infância(s), crianças:** que objetivo dar a uma ciência social da infância? Revista Educação e Sociedade, 2005. v. 26, nº 91, p. 379-389, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

KOHAN, Walter. O. (Org.). **Lugares da Infância:** filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. **Infância: entre educação e filosofia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de Filosofia e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Siomara Borba (Org.). **Filosofia, aprendizagem, experiência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Gondra José (Org.) **Foucault 80 anos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MALTRATO INFANTIL: AS FACES DA VIOLÊNCIA. Disponível em:
<<http://boasaude.uol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocID=3205&ReturnCatID=1800>>. Acesso em: 20 set. 2008.

MARTINS, A. **Biopolítica.** Interface. v.8, n.14, p. 21-32, set.2003/ fev.2004.

MÁXIMO, M. A. **As contribuições metodológicas da concepção histórico-cultural à luz da pedagogia histórico-crítica enfatizando os métodos de ensino na alfabetização infantil na Vila Princesa – Porto Velho/RO.** In: Relatório final do programa de iniciação científica PIBIC/CNPq. 2004. Porto Velho. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.unir.br/html/pesquisa/pibic.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

_____. **A concepção vygotskiana de aprendizagem e desenvolvimento à luz da pedagogia histórico-crítica embasando o processo de alfabetização de crianças de seis anos: uma pesquisa-ação na comunidade da Vila Princesa em Porto Velho/RO.** 2004. 54f. Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/RO.

_____. **A prática cultural da criança no lixão; o caso de Porto Velho/RO.** In: 9º ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED – CENTRO-OESTE, 02 a 04, jul. 2008. Brasília: UCB, 2008a. Anais eletrônicos. CD ROM.

_____. **A invenção da infância e a fabricação do sujeito infantil.** In: IV COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: “FILOSOFIA, APRENDIZAGEM, EXPERIÊNCIA” 20 a 22, ago. 2008b. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Anais eletrônicos. CD ROM.

_____. **Disciplina pela punição corporal:** a face oculta da violência infantil. In: I COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, HISTÓRIA - TRANSVERSAIS, 03 a 05, set. 2008. Uberlândia: UFU, 2008c. Anais eletrônicos. CD ROM.

MINAYO, M. C. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cadernos de Saúde Pública, 1994. v. 10, nº 1, p. 07-16.

MOROZ, Melania, GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa:** iniciação. Série pesquisa em educação, v. 2. Brasília: Plano, 2002.

NEVES, Paulo. **Agressão como forma de resistência e recusa nas relações de gênero:** uma primeira aproximação. In: II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS. 2005. Belém. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000269.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral.** Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

O DIREITO À MORADIA EM PORTO VELHO E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: **Relatório da missão da Relatoria Nacional à Moradia e à Terra Urbana em Porto Velho/RO em maio de 2004.** Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_199.pdf>. p. 32 a 35. Acesso em: 15 jan. 2008.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Estranho medo da inclusão.** Revista do Centro de Educação. Edição 2007 – vol. 32 – nº 02. Campo Grande – MS. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/r2.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2008.

PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau:** a política como exercício pedagógico. São Paulo: Moderna, 2003.

PLAISANCE, Eric. **Denominações da infância:** do anormal ao deficiente. Revista Educação e Sociedade, 2005. v. 26, nº 91, p. 405-417, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

PLATÃO. **A República.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo; Martin Claret, 2008.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Palestra proferida pela Dra. Viviane Guerra no **I Seminário Regional de Combate à violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes – Ação em Debate** – ocorrido em 23/11/2004, na cidade de Uberaba-MG. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA JOÃO AFRO VIEIRA. **Histórico da Escola Municipal João Afro Vieira**. Porto Velho, 2004. (Mimeo).

RELATÓRIO DOS ACONTECIMENTOS ESCOLARES DA ESCOLA JOÃO AFRO VIEIRA NA VILA PRINCESA EM PORTO VELHO/RO. 2007.10p. (Manuscrito).

REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade; os processos de construção da informação**. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RODA DOS EXPOSTOS. Verbete elaborado por Jussara Gallindo. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm>. Acesso em: 09 dez. 2008.

PRIMEIRA RODA DOS EXPOSTOS NO BRASIL. Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Disponível em: <<http://www.santacasaba.org.br/curiosidades.php>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

ROTTERDAM. Erasmo de. **De pueris (dos meninos)**. Tradução, introdução e notas: Luiz Ferracine. São Paulo; Escala.

_____. **A civilidade pueril**. Tradução, introdução e notas: Luiz Ferracine. São Paulo; Escala.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1979.

SANTOS. Benedito Rodrigues dos. et all. **Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Coordenação

técnica de Rita Ippóllito. 2 ed. Ver. E atual. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163p.

SARMENTO, Manoel Jacinto. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, Regina Leite. LEITE FILHO, Aristeo (Org.): **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-28.

_____. **Gerações e alteridade:** interrogações a partir da sociologia da infância. Revista Educação e Sociedade, 2005. v. 26, nº 91, p. 361-378, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – SEMDES. **Diagnóstico Social dos Catadores de Porto Velho-RO**. Porto Velho, julho de 2005. 25 p. (Mimeo).

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A experiência filosófica brasileira da atualidade: uma proposta de sistematização**. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit3/severin.htm>>. Acesso em: 30 out. 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA PEDIÁTRICA (SBOP). **Maus tratos na infância e adolescência**. Texto publicado em: Proato – programa de atualização em traumatologia e ortopedia, módulo 1. Artmed/panamericana editora, p. 125-162. 2004. Disponível em: <http://www.sbop.org.br/index.cfm?home=sbo_dcientificos02>. Acesso em: 14 jul. 2007.

SOUZA, Solange Jobim e. (Org.) **Subjetividade em questão:** a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: FEUSP, v. 27, n.1, jan./jul. 2001, p. 87-103.

STEARNS, Peter N. **A infância**. Coleção: História mundial. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2008: Sobrevivência Infantil.** Produzido, traduzido e distribuído por Editorial, Design and Publications. Section, Division of Communication. Versão em português sob responsabilidade do Escritório da Representante do UNICEF no Brasil. SEPN 510 – Bloco A – 2º Andar - Brasília, DF – 70750-521. Janeiro 2008. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008_br.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2008.

_____. **Situação mundial da infância 2008:** Caderno Brasil. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Representante do UNICEF no Brasil Sra. Marie-Pierre Poirier SEPN 510, Bloco A - CEP 70750-521 Brasília – DF. Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/cadernobrasil2008.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

_____. **Delegacias de proteção a infância:** em defesa dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2004.

UNIMED-RO. **Cadastro dos moradores da Vila Princesa.** Porto Velho: 2004. Mimeo.

_____. **Censo da Vila Princesa.** Arquivos digitalizados. Porto Velho/RO, 2006.

VASCONCELLOS, Tânia de (Org.). **Reflexões sobre infância e cultura.** Niterói: EdUFF, 2008.

XAVIER FILHA, Constantina. O “despertar de um homem” e as “marcas do silêncio” na violência contra crianças e adolescentes: gênero e relações de poder. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. LOPES, Jandicleide Evangelista. CARVALHO, Arianne (Org.): **Por uma escola que protege:** a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. p. 125-160.